ANTOLOGIA BRASILEIRA

JOSÉ BONIFÁCIO

(O VELHO E O MOÇO)

Ministério da Instrução Pública

Secretaria Geral

Considerando que é um dever patriótico estimular tôdas as iniciativas que visem a um melhor entendimento luso-brasileiro;

Tendo as livrarias Aillaud e Bertrand concorrido para êsse fim com a publicação, em Lisboa, da sua **Antologia Brasileira,** dirigida pelos ilustres escritores Afrânio Peixoto e Constâncio Alves e que é iniciada com um complemento indispensável da *Antologia Portuguesa,* da mesma casa editora:

Manda o Govêrno da República Portuguesa, pelo Ministro da Instrução Pública, que ao editor Júlio Monteiro Aillaud, e aos referidos escritores Afrânio Peixoto e Constâncio Alves, seja dado público testemunho de louvor.

Paços do Govêrno da República, 11 de Fevereiro de 1921. — O Ministro da Instrução Pública, *Augusto Nobre.*

Diário do Govêrno, II série, n.º 44, 24 de Fevereiro de 1921.

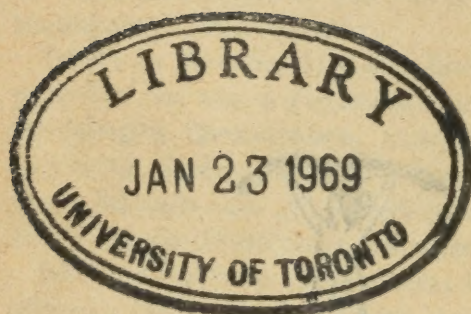
Antologia Brasileira
organizada por
Afrânio Peixoto e Constâncio Alves

José Bonifácio
(O velho e o moço)

Livrarias Aillaud e Bertrand
PARIS-LISBOA

Livraria Chardron
PÔRTO

Livraria Francisco Alves
RIO DE JANEIRO

1920

ANTOLOGIA BRASILEIRA

Não faz muito tempo, um grande escritor do Rio da Prata escreveu-me, pedindo que lhe indicasse livraria brasileira onde se pudesse prover de autores nacionais: nomeava José Bonifácio, o patriarca da nossa Independência, sábio de reputação mundial, que êle principalmente queria conhecer. Corei, comigo mesmo: eu, brasileiro, de uma certa cultura, nada havia lido dêsse grande homem, que tanto interessava ao estrangeiro.

Andei pelas livrarias tôdas, e a vergonha me cresceu não encontrando, em nenhuma, livro algum de José Bonifácio. Tão pouco nos antiquários; nas bibliotecas públicas e privadas alguns raros e salteados folhetos... Não sei confessar a minha confusão, ao dizer isto ao meu correspondente.

Isto era relativo ao maior dos Brasileiros, sábio notório ao velho mundo e a quem nós devíamos nada menos que o benefício da liberdade política, pelo qual lhe levantámos uma estátua. O que não seria dos outros, dos tantíssimos outros, que serviram um dia, uma vida de esforços e sacrifícios, com o coração e a inteligência, a êste ingratíssimo Brasil!

§

Como confesso, não pensei em mim; se outro mais capaz não se atrevera à obra, cumpria que alguém a ela se oferecesse: para o exercício de um dever não é necessário nomeação, talvez discutível. Tenho confiança, não só a que dá a causa. senão também pela primeira vitória dela, a do auxílio que lhe irá dar a colaboração de Constâncio Alves, sábio humanista, primoroso escritor, crítico e artista, meu mestre e meu amigo, que assim acostumarei talvez, tudo é possível, a ver o próprio nome no dorso de um livro: não será o menos formoso da «Antologia». As boas disposições da clássica livraria Aillaud, à qual tantos serviços já devem as letras pátrias, não serão menores razões de bom êxito. Da justiça dos leitores temos todos a certeza.

A. P

José Bonifacio de Andrada e Silva

O Patriarca da Independência

... o Patriarca da Independência da Terra da Santa Cruz o Conselheiro José Bonifácio de Andrada, para quem a História imparcial resguardará o Título de SALVADOR DO BRASIL, pelos seus conselhos a D. Pedro I, Fundador do Império Constitucional na América.

JOSÉ DA SILVA LISBOA (Visconde de Cairú) — *Diário do Rio de Janeiro* de 18 de Março de 1835. (1)

José Bonifácio de Andrada e Silva nasceu na vila de Santos, capitania de S. Paulo, a 13 de Junho de 1763, filho do coronel Bonifácio José de Andrada e de D. Maria Bárbara da Silva. Era sua família ramo dos nobres Bobadela, e d'Entre-Homem e Cávado, do Minho, que foram Condes de Amares e Marqueses de Montebelo. Alèm do sangue fidalgo, os talentos elevados sobravam na parentela, apontando-se, — entre os tios, os Drs. José Bonifácio de Andrada, médico e naturalista, Tobias Ribeiro de Andrada, jurisconsulto e canonista, Padre João Floriano Ribeiro de Andrada, letrado e poeta ; — entre os irmãos António Carlos Ribeiro

---

(1) A atribuição a Cairú, dêste artigo do *Diário* (sem assinatura) é feita por contemporâneo o Dez. Cândido Ladislau Japiassú, perseguido como José Bonifácio, e que lhe publicou a *Defesa*, Rio 1835, p. 75.

de Andrada Machado e Silva, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, como êle formados em Coimbra, oradores, polemistas e homens de Estado, que tiveram nas gerações subseqùentes gloriosa descendência, a qual ainda hoje não lhes desluz a glória e lhes continua a fama.

FORMAÇÃO DO ESPÍRITO

Os primeiros estudos fê-los na terra natal, dirigidos pelo bispo D. Manuel da Ressurreição, que pensou encaminhar as brilhantes aptidões do discípulo para a carreira religiosa, no que foi contrariado pelas disposições naturais dêste, propenso ao estudo das sciências, pelo que o enviaram os pais a Coimbra, em cujos cursos universitários conseguiu a láurea de bacharel em leis e filosofia natural.

À amizade e protecção do Duque de Lafões, D. João Carlos de Bragança, deveu ser admitido como sócio livre da Academia de Sciências de Lisboa, onde seus talentos e sabedoria logo lhe grangearam o pôsto de secretário, que ilustrou com raro mérito. Tanto para lhe evitar a volta à terra natal, onde sua cultura pareceu perigosa ao Ministro Martinho de Melo, como para satisfazer ao seu valioso padrinho, foi José Bonifácio, e mais dois dos seus condiscípulos, enviados em missão de estudos a Paris e depois a outros pontos da Europa, para aperfeiçoar seus estudos de química e mineralogia. Discípulo de Lavoisier, Chaptal, Four-

croy, Jussieu, Haüy em França, de Werner, Lempe, Köhler, Klotzsch, Freisleben, Lampadius na Alemanha, completou José Bonifácio os seus conhecimentos, merecendo a estima e o respeito de seus mestres e colegas, os sábios mais reputados da Europa por onde andou. E por muitas andou, percorrendo quási tôda a França, a Itália, o Tirol, a Hungria, a Boémia, fronteiras da Turquia, a Alemanha, a Dinamarca, a Suécia, a Noruega, recolhendo observações, tentando experiências, descobrindo minerais novos, com que em dez anos ilustrou o seu nome e do seu país.

Latino Coelho, no elogio histórico com que lhe celebrou a memória na Academia das Sciências de Lisboa, com a competência de mestre de mineralogia, aponta cinco espécies e sete variedades de minerais novos descobertos por José Bonifácio, segundo a relação dêste, na «Carta» a Beyer, citada na Bibliografia. Foram elas, as espécies novas: a *Petalite*, a *Espodumene*, (isomorfa com a Piroxene, chamada Trifone por Haüy), a *Scapolite*, a *Wernerite*, (identificada à anterior) e a *Criolite*; as variedades: a *Akantikone* (variedade do Epidoto), a *Salite* (variedade de Piroxene), a *Cocolite* (variedade granular de Piroxene), a *Ictioftalma* (variedade de Apofilite), a *Indicolite* (variedade azul da Turmalina, a Safira brasileira), a *Afrisite* (também variedade da Turmalina, T. de ferro), e a *Alocroite* (variedade da Granada comum).

Nos livros da especialidade mineralógica estão consignados os achados e as descrições de nosso eminente patrício, com as reverências ao nome de

D'Andrada, como é chamado, havido entre os mais respeitados. Nas memórias da Academia Rial das Sciências estão publicadas numerosas memórias sôbre minas, veeiros, jazidas metalíferas, viagens mineralógicas e geognósticas que empreendeu por todo Portugal, à actividade prática do qual as revelou e descobriu. Vai prova na Bibliografia, adiante publicada.

José Bonifácio, alêm dos talentos naturais, estava preparado para êsses cometimentos: falava seis línguas, entendia onze e, alêm da cultura literária possuia a scientífica, na sua especialidade a mais completa que ainda teve alguêm de nosso povo.

RETRIBUIÇÃO A PORTUGAL

Tornou então a Portugal, diz seu ilustre panegirista, Latino Coelho, «festejado por nacionais como uma das suas glórias, saùdado por estranhos como um consumado sabedor, inscrito nos seus catálogos pelas mais notáveis academias que o igualam na honra e na veneração aos cultores mais eminentes da sciência contemporânea». Veio prestar-lhe os serviços de sua notável capacidade. Atestam-no os cargos públicos em que serviu, a criação da cadeira de Metalurgia na Universidade de Coimbra, a superintendência e direcção dos serviços de canalização do Mondego e das obras públicas de Coimbra, o curso de docimásia na Casa da Moeda de Lisboa, a intendência geral das minas e metais do Reino, a direcção e admi-

nistração das minas e fundições de ferro de Figueiró dos Vinhos, a intendência da polícia no Pôrto, e, nesta cidade ainda, o cargo de dezembargador da Relação, que não só depõem da confiança que inspirava aos mandantes, senão de excepcionais dons de diversa competência do mandatário. Quando foi da invasão dos Franceses, em 1808, José Bonifacio tenta pagar com o seu sangue essa preferência, aliciando colegas e discípulos para milícia académica oposta aos invasores, servindo nas fileiras como major, sempre bravo e dedicado até que os inimigos abandonam o solo da Pátria. Torna José Bonifácio às suas ocupações pacíficas, colaborando com os sábios da Rial Academia das Sciências, onde seus conselhos e luzes são tão prestadios à nação como os seus serviços à administração pública. Nas actas da Academia há provas sobejas; baste um exemplo: quando o Govêrno a consultou sôbre a adopção do novo sistema de pesos e medidas, respondeu por ela José Bonifácio:

«Talvez pareça aos espíritos acanhados que a adopção do sistema metro-decimal para base das novas medidas ofende de algum modo o pundonor nacional: porêm reflictam que o verdadeiro e o útil não tem pátria, pertencem a tôdas as nações, pertencem ao Universo inteiro. Seria capricho pueril não adoptar o que há de bom entre os inimigos, só porque êles dizem que é seu. ¡Que seria da república das letras, se os ódios e guerras das nações houvessem de invadir os domínios pacíficos da verdade e das sciências úteis!» *(Mem*

da Acad. t. III, p. 2, 56-57 sessão de 24 de junho 1813).

Tal era o sizo, a competência e a operosidade que concorrem nos outros volumes, nos relatórios e discursos nos quais se conserva memória de sua benemerência. Obra de tômo ficou mesmo iniciada, embora sem publicação, a «História Natural» de Plínio, a explanar ou pôr em moderno, como a universalidade de seus conhecimentos de sciências físicas e naturais seria capaz.

VOLTA AO BRASIL: VOCAÇÃO DO ESTADISTA

Paga a sua dívida a Portugal, José Bonifácio, que não esquecera o Brasil, pensa em tornar, deixando «o antigo, que o adoptara por filho, para ir habitar — o novo Portugal, onde nascera». Via o destino próximo que o esperava e consolava-se da saùdade de deixar os seus amigos portugueses, pensando que pagariam «a obrigação em que está todo o Portugal com sua filha emancipada, que precisa de pôr casa, repartindo com ela vossas luzes, conselhos e instruções».

Quanto a êle, chamado ao Brasil para o exercício de um cargo político, o de ajudante ao ministro Vila Nova Portugal, seu amigo e seu admirador, recusou-o tenazmente, conseguindo «que o deixassem viver e morrer como simples roceiro no lugar em que nascera». Isto era em fins de 1819, mas estava escrito que não seria assim: então é que ia começar a vida política de José Bonifácio.

Recolheu-se a Santos, a suas terras dos Outeirinhos, com sua mulher, D. Narcisa Emília Oleary, senhora de origem irlandesa, e as três filhas que haviam. As íntimas condições políticas do Brasil, as condições políticas continentais que seriam estímulo, as reacções que se originaram do outro lado do Oceano, em Portugal, que seriam provocação, não permitiriam indiferença a um patriota esclarecido como José Bonifácio. A América espanhola se emancipara; o Brasil tornado metrópole desde 1808, ganhara instituições, progresso e fumos de soberania; de principado, tornara-se reino unido e, feito maior pelas circunstâncias históricas e pelo natural desenvolvimento, não podia volver à tutela e à dependência a que as Côrtes Portuguesas, depois da volta de D. João VI, entenderam de novo submetê-lo. Partindo de Portugal, José Bonifácio aludira «à filha emancipada, de maior idade, a que era preciso pôr casa»: não entenderam assim inábeis políticos da metrópole e precipitaram a ruptura, agora violenta e completa, de relações, que seria a Independência. José Bonifácio iria contribuir tanto para isso que a Posteridade, ainda em vida dêle, lhe daria o nome de Patriarca da Independência do Brasil.

No seu sistema de reacções contra as liberdades outorgadas ao Brasil as Côrtes ordenaram ao Príncipe Regente D. Pedro que se recolhesse a Portugal. Em S. Paulo onde os nacionalistas eram mais numerosos e exaltados, José Bonifácio, informado da próxima retirada do Príncipe, como Vice-Presidente da Junta Provincial, convoca, às

onze horas da noite, os seus colegas, e consegue que assinem uma representação, na qual se declara a S. A. que a sua partida seria o sinal de separação do Brasil. Nesse documento se alude aos principais interêsses nacionais em jôgo, e já há o cuidado da integridade nacional.

«¿ Como agora êsses Deputados de Portugal sem esperarem pelos do Brasil ousam já legislar sôbre os interêsses mais sagrados de cada Província e de um Reino inteiro ? ¿ Como ousam desmembrá-lo em porções desatadas, isoladas, sem lhes deixarem um centro comum de fôrça e de união ? ¿ Como ousam roubar a V. A. R. a Lugar-Tenência, que seu Augusto Pai, nosso Rei, lhe concedera ? ¿ Como querem despojar o Brasil do Desembargo do Paço e Mesa da Consciência e Ordens, Conselho de Fazenda, Junta do Comércio, Casa de Suplicação, e de tantos outros estabelecimentos novos, que já prometiam futuras prosperidades ? ¿ Para onde recorrerão os povos desgraçados a bem de seus interêsses económicos e judiciais ? ¿ Irão agora, depois de acostumados por doze anos a recursos prontos, a sofrer outra vez como vis colonos, as delongas e as trapaças dos tribunais de Lisboa, através de duas mil léguas do Oceano, onde os suspiros dos vexados perdiam todo o alento e esperança ? ¡ Quem o crerá, depois de tantas palavras meigas, mas dolosas, de recíproca igualdade, e de felicidades futuras ! !»

Enviada a mensagem, preparou-se José Bonifácio para a seguir, com o fim de reforçar pessoalmente os seus argumentos, informa Armitage

(*História do Brasil,* 1837, p. 42). Movimento semelhante se manifestava em Minas: «Conhecendo os habitantes do Rio de Janeiro o que se passava naquelas Províncias» requerem então a D. Pedro, num manifesto escrito por Fr. Francisco de Sampaio e assinado por oito mil assinaturas.

E o «Fico», a desobediência do Príncipe Regente, o primeiro acto de rebeldia nacional: promovera-o, dando a primeira voz ao sentimento público, José Bonifácio. (2)

---

(2) A representação de S. Paulo era datada de 24 de Dezembro, a do Rio de 29, o «fico», apenas solenidade pública de reposta e condescendência, foi a 9 de Janeiro de 1822.

As cartas do Principe Regente ao Pai, em Portugal, são a melhor deposição da influência de José Bonifácio nos acontecimentos que terminaram pelo «Fico»:

«Em S. Paulo houve concussão para juramento das bases da Constituição, e formaram uma Junta Provisória, obedecendo-me menos no que toca a mandar dinheiro, e que querem para a Junta as mesmas autoridades, que tinha o governador, que ficou Presidente, e Vice-Presidente José Bonifácio de Andrada e Silva, a quem se deve o sossêgo hoje de S. Paulo...»

Carta de 17 Julho 1821.

«Hoje soube, que por ora não fazem (aqui) representação sem que venham as procurações de Minas, de S. Paulo, e outras e que a representação é dêste modo, segundo ouço: — ou vai, nós nos declaramos independentes; ou fica, então continuamos a estar unidos.»

Carta de 15 Dezembro 1821.

«Ontem pelas 8 horas da noite chegou de S. Paulo um próprio, com ordem de me entregar em mão própria o ofício que ora remeto incluso, para que V. M. conheça e faça

A CAMINHO DA LIBERDADE

Reconheceu-o o próprio D. Pedro, nomeando-o Ministro dos Negócios do Reino e Estrangeiros, por onde se fazia a política interna e externa do Brasil, a nossa direcção política portanto, uma

---

conhecer ao Soberano Congresso, quais são as firmes tenções dos Paulistas, e por elas conhecer quais são as gerais do Brasil.

Ouço dizer que as representações desta Província (Rio) serão feitas no dia 9 do corrente: dizem mais que S. Paulo escreveu para Minas: daqui sei que há quem tem escrito para tôdas as Províncias, e dizem que tudo se há de fazer debaixo de ordem».

Carta de 2 Janeiro 1822.

«Dou parte a V. M. que no dia de hoje, às dez horas da manhã, recebi uma participação do Senado da Câmara pelo seu Procurador, que as Câmaras, nova e velha se achavam reunidas, e me pediam uma audiência: respondi que ao meio dia podia vir o Senado, que eu o receberia. Veio o Senado, que me fêz uma fala muito respeitosa, de que remeto cópia (junta com o auto da Câmara) a V. M., e em suma, era, que logo desamparasse o Brasil, êle se tornaria independente; e ficando eu, êle persistiria unido a Portugal. Eu respondi o seguinte: — Como é para bem de todos, e felicidade geral da Nação, estou pronto: diga ao Povo que fico».

Carta de 9 Janeiro 1822.

De onde se infere a influência de José Bonifácio nos negócios de S. Paulo; propaganda de S. Paulo a Minas; dependência da atitude do Rio, a de S. Paulo e Minas; finalmente, acção do Rio conseqùente, e nos mesmos termos do dilema pôsto pela representação paulista, redigida por José Bonifácio. Não é de hoje que S. Paulo governa o Brasil.

semana após essa sua resolução, quando José Bonifácio, ainda a caminho, apenas se aproximava do Rio. Soube com efeito da notícia no Curato de Santa Cruz, e da bôca da Princesa Rial D. Leopoldina, declarando então recusar a honra, no que foi combatido por S. A., espírito culto e avisado, dado aos estudos das sciências naturais, e que, portanto, ainda mais que os outros sabia e podia aquilatar dos méritos do grande brasileiro. Ouçamos agora um historiador, cujo depoimento vale tanto mais quanto nunca lhe foi branda a pena para os Andradas: é Varnhagen:

«A entrada principalmente de José Bonifácio no Ministério veio a dar-lhe mais unidade, o que foi de grande conseqüência para a marcha que seguiram os negócios. O seu grande saber, o seu génio intrépido, o seu carácter pertinaz que quási chegava a raiar em defeito, contribuíram a fixar a volubilidade do príncipe. E o conhecimento especial, que a estada de tantos anos em Portugal lhe dera dêsse País, dos seus recursos, do forte e fraco dos seus habitantes e especialmente dos que dirigiram a política em 1821 e 1822, a êste respeito principalmente, nenhum outro Brasileiro de então lhe levava a palma. Cegava-o por vezes, como a seus irmãos, o muito orgulho, a falta de prudência e o excesso de ambição, bem que acompanhada de muita instrução e natural bonomia, mas a sua vivacidade e o seu génio entusiasta o levavam a falar demasiado e a ser de ordinário pouco discreto e pouco reservado, como estadista.»

«Entretanto, cumpre confessar que parte dos

seus defeitos na crise que atravessava o Brasil, foram qualidades recomendáveis, conforme também sucedeu com respeito ao chefe do Estado, o príncipe-regente e fundador do Império». Varnhagen, «História da Independência, *Rev. do Inst. Hist.*, t. LXXIX, 1917, p. 139-140.

Os actos do ministro seguiram-se aos do patriota, na mesma direcção: foi restabelecida a centralização das províncias, que as Côrtes tentaram separar; convocado um conselho de seus representantes, para instruir e representar ao Príncipe sôbre todos os negócios de importância: Rio de Janeiro, Minas, S. Paulo e Rio Grande uniram-se logo nesse desígnio, salvador da integridade nacional; a Baía teria de ser defendida contra a reacção portuguesa; Pernambuco, também dividido pelas dissensões, viria a aderir ao movimento, graças à eficácia dos esforços de Vasconcelos de Drummond, amigo de José Bonifácio.

Nesse mesmo mês de Fevereiro em que foram convocados os representantes das províncias, outro decreto submete à aprovação do Príncipe Regente as leis portuguesas referentes ao Brasil, início de nossa soberania. Confirmação tácita dessa conquista é a Convocação a 3 de Junho da Assemblea Geral Constituinte e Legislativa, acto íntimo de independência ou autonomia, do qual o de 6 de Agôsto, convidando as nações estrangeiras a entrar em relações com o Brasil, é a proclamação internacional.

Documentos até agora secretos demonstram que José Bonifácio dava ordens aos nossos agentes di-

plomáticos no Prata para a tentativa, e tentava com Rivadavia, a criação de uma liga ofensiva e defensiva, que opusesse «justa e firme repulsão contra as imperiosas pretensões da Europa». Portanto, não só a emancipação, mas o pan-americanismo, «a América, dos americanos», antes de Monroe.

O Príncipe, que em Minas havia sentido o coração do Brasil, que ansiava pela liberdade, parte para S. Paulo, para apaziguar dissensões, a 14 de Agôsto, e parte, diz Varnhagen:

«... quási resolvido a declarar a independência, segundo se vê da seguinte circular passada por José Bonifácio nesse dia ao corpo diplomático, comunicando-lhe o manifesto: «Tendo o Brasil que se considera tão livre como Reino de Portugal, sacudido o jugo da sujeição e inferioridade com que o reino irmão o pretendia escravizar, e passando a proclamar solenemente a sua independência...»

Essa «resolução» a que chegara o Príncipe, a despeito dos seus protestos e juras de fidelidade ao Pai e à nação Portuguesa, prepararam os acontecimentos, movidos e promovidos por José Bonifácio, que incarnava nesse momento, o maior de nossa nacionalidade, o sentimento e a vontade do Povo Brasileiro. Havia porêm necessidade de um acto, uma «proclamação solene» da Independência: foi o que se deu nas margens do Ipiranga. D, Pedro estava pronto e preparado para ela, como se preparara para o «Fico», mercê das solicitações de amigos e da opinião pública, quando no Senado da Câmara deu a reposta que foi

o primeiro facto de insubmissão: se não fôsse aí, e nessa hora, tarde de um sábado, 7 de Setembro de 1822, depois de receber o seu correio, despachado com urgência (3) por José Bonifácio, seria adiante, e daí a pouco.

O correio trazia-lhe as últimas notícias de Lisboa (até 3 de Julho), chegadas ao Rio a 28 de Agôsto, nas quais o Govêrno Português tomava várias disposições, anulava actos do Príncipe Regente, nomeadamente a convocação dos representantes das províncias, de 16 de Fevereiro, responsabilizava o Ministério do Rio de Janeiro e os membros da Junta de S. Paulo, signatários da representação de 24 de Dezembro, — em uma palavra, atingia o Príncipe e, principalmente, José Bonifácio. Em vez de carta do Pai, uma de António Carlos, na qual lhe dava conta «que não poupavam a rial pessoa de V. A. R., de envolta com ataques ao Brasil. O horizonte nada promete... O augusto pai de V. A. R. é um perfeito escravo de um ministério vendido ao partido desorganizador das Côrtes...» (4). A medida cheia ia trans-

(3) Ao correio (Pedro Bregaro) dissera José Bonifácio, segundo informa Drummond: «Se não arrebentar uma dúzia de cavalos no caminho, nunca mais será correio».

(4) São do parcial e portanto, no caso, insuspeito, Varnhagen:

«Não cremos que o conteúdo desta carta entrasse por parte na resolução do príncipe (*de declarar a Independência*), que já, independente dela, viria preparada do Rio de Janeiro» *Op. cit.* 185.

bordar (5). Enchera-a principalmente José Bonifácio, representando o nativismo brasileiro, auxiliado, indirectamente, pelos reaccionários lusitanos.

A conseqüência foi isto — a Independência, ou os actos «irretratáveis» que lhe deram corpo na scena histórica, realizando as aspirações de um povo, assim concretizadas e que se iam naturalmente desenvolver nessa direcção, rumos da Soberania e da Liberdade.

PATRIARCA DA INDEPENDÊNCIA

Foi, pois, de justiça, que ainda em vida lhe deram, e a Posteridade o confirmou, a José Bonifácio. o galardão de Patriarca da Independência.

É exacto que a paixão política, a inveja e a ingratidão procuraram negar e até desviar para outros essa glória, indisputável; é deplorável que na maior parte dos livros e compêndios de história do Brasil, ainda quando êsse título é expresso, não se exponha à evidência a razão mesma dêle, para

---

(5) São do mesmo Varnhagen, sôbre o correio trazido a D. Pedro:

«Provávelmente José Bonifácio escreveria alguma carta, insistindo acêrca da necessidade de romper de uma vez o véu e proclamar a independência.

A verdade é que, antes de poderem chegar ao Rio as resoluções do Príncipe tomadas em S. Paulo, já a proclamação da mesma independência se resolvia também no Rio de Janeiro no Grande Oriente, de que José Bonifácio era grão-mestre, em sessão de 9 de Setembro». *Op. cit.* p. 183.

convicção dos pósteros, que não devem crer sob palavra, mas dos factos, que só êles fazem fé.

Se alêm dêles, dos factos, fôsse necessário, a José Bonifácio, a confirmação de um testemunho, chamaríamos a depor o único que vale, o do Príncipe Fundador do Império e da Nacionalidade, que dêle diz: «ser aquele, que me ajudou na luta da Independência, em que nenhum dos que hoje atroam os céus e a terra com urros tomou parte activa em favor, e muitos contra» (6). Estava José Bonifácio vingado dos seus inimigos, confundidos de ingratos e invejosos; está reconhecida

---

(6) *Carta de D. Pedro I a José Bonifácio, destituído da tutoria dos Príncipes.*

Pôrto, 28 de Setembro de 1832

Meu Amigo. Com grande mágoa e menoscabo de meus paternais e inalienáveis direitos, recebi a notícia da despótica *resolução* tomada pela Câmara dos Deputados por 45 votos contra 31, para se lhe tirar a Tutoria de meu querido filho, e adoradas filhas.

Triunfa a Intriga, a Inveja, e a Ignorância da Honra, de Paternidade e do Patriotismo: impera o Despotismo, a Desmoralização e a Tirania aonde devia imperar a Razão e a Lei, a Boa-fé e a Moral, a Segurança e a Liberdade. Postergam-se todos os foros e direitos ainda os mais sagrados, a despeito de tôdas as considerações. Finalmente, querem-se entregar os Príncipes Brasileiros a homens, conhecidamente, incapazes, e que de modo algum poderiam, mesmo querendo, concorrer para dar-lhes uma educação como convêm, principalmente às Princesas, e que tivessem o decidido interêsse por suas pessoas. Ah! meu caro Amigo, que desgraça é a minha, longe de meus amados filhos, e estes, a es-

a dívida nacional, que uma estátua não paga, concedida a tantos que não as merecem, mas que no tempo amortizam a gratidão e o reconhecimento das gerações. O que sofreu, para isso, e por isso, é o quinhão inevitável que cabe aos bemfeitores da Humanidade, a quem os seus semelhantes e contemporâneos nunca perdoam a benemerência, recompensando-os mais tarde... pelo arrependimento dos vindoiros. É sempre assim. Sem isto, não seria completa a glória de José Bonifácio.

Depois da Independência declarada, havia mister

---

tas horas, entregues ao cuidado de pessoas minhas inimigas, e incapazes de os educarem!

Não sei se o Senado anuirá pela sua parte; mas é impossivel que existindo nêle invejosos da Tutoria, êle não vote conformemente com a Câmara dos Deputados. O partido dominante, que hoje tiraniza o Brasil, deseja acabrunhar o meu Amigo, só porque é meu Amigo; só por ser aquele, que me ajudou, na luta da Independência, em que nenhum, dos que hoje atroam os céus e a terra com urros, tomou parte *activa em favor, e muitos contra.* Peço-lhe que faça os meus cumprimentos a seus manos; e que se não esqueça do que me disse a bordo da Nau «Warspites» — Quando a Assemblea não aprove a nomeação, esteja certo que, como Brasileiro, lhe hei de defender seus filhos: e que, se quiserem atentar contra êles, lá lhos levarei. — A sua palavra para mim é sagrada; e conto que, ainda que, por segunda vez, e contra a sua pessoa prevaleça a Intriga e a Ingratidão, à Honra e ao Patriotismo, o meu Amigo olhará por êsses desgraçados inocentes.

Seu verdadeiro amigo

D. PEDRO.

mantê-la e preparar o Brasil autónomo, íntegro, pacificado no interior, reconhecido entre as nações: foi o que se começou a fazer, a despeito das oposições, das retaliações pessoais, por aqui chamadas «política». Resolveu José Bonifácio, assediado por elas, deixar o poder e pediu demissão a 28 de Outubro. Tendo grande dificuldade de organizar novo ministério e cedendo às reclamações populares chamou-o de novo ao cargo, «com grande satisfação da populaça, que arrastou a carruagem de José Bonifácio em triunfo para a cidade», diz Armitage (op. cit., p. 65). Só êste indício bastaria para mau prenúncio, talvez bem próximo: D. Pedro viria a demiti-lo em 17 de Julho de 1823, não sem as expressões honrosas que lhe devia.

Nunca no Brasil houve meio termo, — ou o poder ou a oposição: José Bonifácio, chefe de família ilustre e de um partido político, não escaparia à regra. Diz Armitage:

«Cumpre ao cronista ser imparcial: fôrça é portanto confessar que, quando revestidos do poder (os Andradas) foram arbitrários; e quando decaídos tornaram-se facciosos, mas as suas vistas eram extensas, e sua probidade ilibada. Foi José Bonifácio quem fixou as resoluções do volúvel D. Pedro, quem lhe fêz sentir o contraste entre governar um império nascente ou um reino em decadência, e quem, representando-lhe a perda do Brasil como inevitável se se retirasse, reanimou a expirante ambição dêste Príncipe, e conduziu a revolução efectuada com muito pequeno sacrifí-

cio, e quási sem derramamento de sangue. O desinterêsse de José Bonifácio e de seu irmão Martim Francisco é altamente digno de elogio. Honras e riquezas estiveram a seu alcance; contudo retiraram-se do poder sem títulos nem condecoração, e em honrosa pobreza.» *Op. cit.*, p. 90.

A RECOMPENSA

As intrigas e os ódios que haviam de vir, vieram. As veleidades oposicionistas da Assemblea Geral Constituinte e Legislativa moveram o golpe de Estado de sua dissolução, em 16 de Novembro de 1823, seguindo-se imediatamente a prisão de José Bonifácio, de seus dois irmãos António Carlos e Martim Francisco e de alguns dos seus partidários, logo desterrados para o estrangeiro. Com efeito na charrua «Luconia» a 20 de Novembro partiram para a França, alêm dos Andradas, José Joaquim da Rocha, Francisco Gé Acayaba de Montezuma, Belchior Pinheiro, suas famílias e criados, onde iam padecer cinco longos anos de exílio. José Bonifácio passou-os em Cauderan, Talance e outros arredores de Bordéus, dedicando-se às suas leituras predilectas, de sciências físicas e naturais, compondo e imprimindo seus versos antigos e novos, desabafando-se na conversa de amigos e emigrados, escrevendo a Vasconcelos de Drummond, exilado em Paris, com quem se entretinha dos desatinos da Pátria. Embora a penúria de meios, que até o forçara a vender a sua

colecção mineralógica, obrigaram-no a realizar aquele gôsto que um dia definira no seu jornal de oposição, o *Tamoio*, de 2 de Setembro de 1822:

«Cada vez mais me persuado que não nasci senão para homem de letras... No retiro do campo terei tempo... de dar a última mão à redacção das minhas longas viagens pela Europa, aos meus compêndios de Metalurgia e de Mineralogia e vários opúsculos e memórias... Se não servirem para o Brasil, como creio, servirão talvez para os doutos da Europa, que conheço e me conhecem. ¿E que maior consolação pode ter um amante das sciências e boas artes que comunicar suas ideas e pensamentos a quem pode entendê-los e aproveitá-los? É um prazer puro da alma espalhar pelo mundo o fruto dos seus estudos e meditações ainda sem outra remuneração que a consciência de fazer bem. O sábio despreza as sátiras e ingratidões de ânimos vis, que não podem deixar de reputar-se, queiram ou não queiram, muito inferiores aos homens de virtude e de saber».

Entretanto, nem todo o Brasil lhe era ingrato: a Baía, à distância, contra os poderosos da hora, como não sabia e não saberia fazer a filhos estranhos, tanto lhe sobejam os próprios, elegeu-o senador (1826) e depois deputado (1828), mas duas vezes, como êle mesmo diz com a mais funda amargura, «foram baldados votos»... É exacto que para se emendar, quási um século depois, a mesma Baía enjeitou, dessa vez um filho, o maior dos seus, Rui Barbosa (1919)...

Quando os seus inimigos se cansaram, ou o Imperador deixou de ser dócil ao ódio dêles, pôde José Bonifácio volver à Pátria: a galera «Phenix» desembarcou-o a 23 de Julho de 1829 no Rio de Janeiro, onde D. Pedro I, entre arrependido e jubiloso, o recebeu com inequívocas demonstrações de carinho e de aprêço.

Por fim, como se um acto fôsse necessário para provar a sua sinceridade no arrependimento ou a confiança na grandeza de ânimo do outro, permitiu-lhe a sorte que a ocasião se oferecesse: quando abdicou, em 7 de Abril, partindo para Portugal, que ia libertar do absolutismo, deixando aqui D. Pedro de Alcântara e suas irmãs menores, nomeou-o, na dupla qualidade de Príncipe e de Pai, tutor dêles...

Duas vezes na vida preferia-o a todos os Brasileiros: — quando, em 1822, precisou de um estadista para dar independência ao Brasil, — quando, em 1831, precisou de um guia, e um educador, para aquele que representava a causa monárquica e, portanto, a integridade nacional no momento, e seria a esperança e depois a felicidade do Brasil, D. Pedro II.

Tamanha honra devia custar ainda mais caro a José Bonifácio: tivera o destêrro, seria agora a enxovia. Em 13 de Dezembro de 1833 entram os seus inimigos políticos, então no govêrno, pelo Palácio Imperial, prendem-no e o conduzem à ilha de Paquetá, destituindo-o da tutoria dos príncipes. Processado e julgado como conspirador, é absolvido (facto assombroso!), é absolvido pelo

júri. Esquecem-no finalmente em Paquetá, onde vive os últimos anos, vindo a morrer em Nicterói, a 6 de Abril de 1838.

Quando volveu de todo a consciência, em 1872, levantaram-lhe uma estátua, no extremo da rua do Ouvidor, a principal da cidade, no largo de S. Francisco de Paula. Representa aquele bronze mais que a gratidão aos benefícios recebidos, mais que admiração aos talentos invejados, — representa a contrição e a penitência de um povo, ao maior dos seus filhos, sábio que lhe honrou o nome, patriota que lhe deu a liberdade, e a quem em vida recompensou, como é da índole humana, com o exílio e com a prisão.

A. P.

BIBLIOGRAFIA

«Memória sôbre a pesca da baleia, sôbre os melhores processos para preparar o azeite e sôbre as vantagens que o govêrno tiraria animando e favorecendo as pescarias que se poderiam fazer nas costas do Brasil». *Memórias da Academia Rial das Sciências de Lisboa,* t. II 1790, p. 388, a 402.

«Memória sôbre os diamantes do Brasil», lida na Sociedade de História Natural de Paris — *Anais de Química,* de Fourcroy, 1790.

Carta ao engenheiro Beyer, inspector das minas de Scheeberg apresentando os caracteres distintivos de doze *novos minerais que descobriu na Suécia e Noruega* — Publicada em alemão, francês e inglês.

«Memória sôbre as preciosas minas de Salha» —Em alemão, no *Jornal de Minas* de Freiberg.

Viagem mineralógica pela província da Estremadura até Coimbra — Idem, idem; escrita em 1800.

Viagem geognóstica nos montes Euganeos no território de Pádua. Escrita em 1794 na Itália; lida em 1812 e publicada nas *Memórias da Academia Rial das Sciências de Lisboa.*

«Memória sôbre o fluido eléctrico» — *Anais de Química,* de Fourcroy, 1812.

«Memória: há terrenos que pelo arado não dão fruto, mas sendo cavados com o picão sustentam mais, do que se fôssem férteis» — No *Patriota,* 1813.

«Memória sôbre as minas de carvão de pedra de Portugal» — No *Patriota,* Rio 1813 e no *Investigador Português,* Lisboa, 1814.

Memória sôbre a necessidade e utilidade do plantio de novos bosques em Portugal, principalmente de pinhais nos areais da beira-mar; seu método de sementeira, costeamento e administração. Publicação da Academia Rial das Sciências de Lisboa, um vol. in-4.º 195 pag., com uma estampa, Lisboa, 1815.

«Memória sôbre a nova mina de ouro da outra banda do Tejo chamada Príncipe Regente»; lida em 1815; *Memórias da Academia Rial das Sciências,* t. 5.º

«Memória mineralógica sôbre o distrito metalífero entre os rios Alve e Zêzere», lida em 1816; *Idem,* 1816.

Elogio académico de Dona Maria Primeira, pronunciado em sessão pública da Academia Rial das Sciências de Lisboa a 20 de Março de 1817 — Rio, 1839, in-8, 58 pp.; outra edição em 57, 79 pp.; traduzido em francês.

«Memória sôbre as pesquisas e lavras dos veios de chumbo de Chacion, Souto, Venlozello e Vilar del-Rei na província de Trás-os-Montes — *Memórias da Academia Rial das Sciências de Lisboa*, 1818.

«*Experiências químicas sôbre a quina do Rio de Janeiro, comparada com outras*». *Memórias da Academia Rial das Sciências de Lisboa*, t. 3.º, parte 2.ª.

«Discurso histórico», recitado na sessão pública da Academia Rial das Sciências de Lisboa, a 24 de Junho de 1818 — *Memórias da Academia*, 1819, pp. 1 a XXV.

«Discurso histórico», idem, idem, de 24 de Junho de 1819. *Idem, idem*, t. 6.º p. 2.ª pp. 1 a XXIX.

Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil — Rio 1823, 12 pp. *in-fol.*

Representação à Assemblea Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sôbre a escravatura. Paris 1825, 44 pp., in-8. Há várias edições posteriores, desta memória, como da anterior.

Poesias de Américo Elisio — Bordéus 1825 — in-32, 151 p. p. Houve 2.ª edição, aumentada de várias composições e de um esbôço biográfico, Rio, Et Laemmert 1861, 204 pp. in-88.º

Amérique meridionale — Voyage minéralogique dans la Province de Saint-Paul du Brésil — Extraída do *Journal de Voyages*, de 1827, 1 vol. in-8.º, reproduzida no *Bulletin des Sciences Naturelles*, de 1829.

Protesto à nação brasileira e ao mundo inteiro pelo cidadão José Bonifácio de Andrada e Silva, deputado da Baía — Rio 1831, 1 fl. *in-fol.*

Geologia elementar, aplicada à agricultura e indústria, por N. Bonbée. Traduzida da 4.ª edição. Rio, 1846, in-4.º, com estampas, 217 pp. Como apenso, a *Viagem mineralógica na provincia de S. Paulo* por José Bonifácio e Martim Francisco, e outras memórias de diversos.

Afora estas obras, INOCÊNCIO e SACRAMENTO BLAKE citam outras, de autoria de José Bonifácio, não subscritas por êle: estatutos, manifestos, editais, jornais; além de obras inéditas, cujo paradeiro se ignora.

O Instituto Histórico e Geográfico possui, doados pelo Dr. Martim Francisco, valiosa colecção de autógrafos, notas íntimas, pensamentos, cartas, projectos de estudos, onde muita preciosidade há digna de publicidade.

As fontes desta notícia, de fôlego curto e apressado, foram: JOÃO ARMITAGE — *História do Brasil* — trad. Rio, 1837; JOAQUIM NORBERTO — *Es-*

bôço biográfico, apenso à edição das «Poesias», de 1861; LATINO COELHO — *Elogio histórico de José Bonifácio* — Lisboa, 1877; JOSÉ BONIFÁCIO — *Os Andradas* — Jornal do Comércio de 7 de Setembro 1911; AZEVEDO AMARAL — *José Bonifácio* (conferência), Rio 1907; F. A. VARNHAGEN — *História da Independência do Brasil* (ed. do Instituto Histórico), Rio 1907; HEITOR LYRA — *O pan-americanismo no Brasil antes da declaração de Monroe.* Revista Americana — Rio, 1919.

POESIAS ESCOLHIDAS

DE

AMÉRICO ELÍSIO

(PSEUDÓNIMO DE JOSÉ BONIFÁCIO)

ODE

À POESIA

Em 1785

Não os que enchendo vão pomposos nomes
Da Adulação aboca;
Nem canto Tigres, nem ensino a Feras
As garras afiar e o agudo dente:
Minha Musa orgulhosa
Nunca aprendeu a envernizar horrores.

Génio da inculta Pátria, se me inspiras
Aceso Estro divino,
Os pórfidos luzentes não mo roubam
Nem ferrugentas malhas, que deixaram
Velhos avós cruentos:
Canto à Virtude, quando as cordas firo.

Graças às nove Irmãs! meus livres cantos
São filhos meus e seus!
A lauta mesa de baixela d'ouro,
Onde fumegam sículos manjares,
Do vulgo vil negaça,
Mal comprados louvores não me arranca

Divina Poesia, os alvos dias,
Em que pura reinavas,
Já fugiram de nós. — Opacas nuvens
De fumo os horizontes abafando,
A luz serena ofuscam,
Que sôbre o Velho Mundo derramaras.

À sêde d'ouro, e à vil cobiça dados
Os filhos teus (ingratos!)
Nas níveas roupas tuas aljofradas
Mil negras nódoas sem remorso imprimem.
Mascarada Lisonja,
Fome, Baixeza, os venais hinos ditam.

Então que densos bosques e cavernas
Os homens acoutavam,
Pela Música e Dança acompanhada
Benéfica Poesia a voz alçando,
Do seio da Mãe Terra
Nascentes muros levantar fazia.

Então pulsando o Vate as cordas d'oiro,
A populosa Tebas
Altiva a frente ergueu, ao som da lira;
E os hórridos costumes abrandando
A sentir novos gozos
Aprende a feroz gente bruta e cega.

Assim Orfeu, se a doce voz soltava,
Os êuros suspendidos,
O Rio quêdo, as Rochas atraía:
E os raivosos Leões e os Ursos feros
Manso e manso chegavam
A escutar de mais perto o som divino.

O Selvagem que então paixões pintava
Com uivos e com roncos,
Pelas gentis Camenas amestrado
Os ouvidos deleita, a língua enrica,
E com sonoro metro
Duráveis impressões grava na mente.

Qual a tenra donzela branca e loira
Da Páfia Deusa inveja,
Os olhos côr do céu, vermelha a face,
O peito faz sentir, que não sentia:
Assim Musas divinas,
Corações bronzeados ameigavam.

Entre os frios Bretões, e os Celtas duros
Reinaram as Camenas:
De pó, de sangue, de ignomínia cheios
Mostra os vencidos Ossian à Pátria;
E a frente coroando,
Canta os triunfos, canta a própria glória.

Qual das aves a mágica harmonia,
Que a primavera canta,
Assim teus feitos, grandes e sublimes,
No dia da vitória hercúleo Fingal,
Teus Bardos celebravam,
E a testa sobrançuda desfranzias.

Soberbos templos teve, teve altares
Na Grécia a Poesia.
Génios brilhantes! Sois antigos Vates
Os sociáveis nós, úteis e doces,
Humanos apertaram:
Simples, e poucas, sábias Leis fizeram.

A frente levantar não se atrevia
O Fanatismo férreo;
Co'a gotejante espada dos altares
Arrancada, vermelho sangue quente,
Que lagos mil formara,
Dos próprios filhos não vertia a Terra.

Nem absurda calúnia perseguia
A razão e a virtude...
Se a Terra via, via heróicos crimes.
Tu Monstro horrendo, horrendo Despotismo,
Ah! sôbre ti caíram
Acesos raios, que na mão trazias!

Maldição sôbre ti, Monstro execrando,
Que a Humanidade aviltas!
Possam em novos mares, novas terras,
Por Britânicas gentes povoadas,
Quebrados os prestígios
Os filhos acoitar da Liberdade!

Então a fome de oiro, mãe de crimes
Negra filha do Inferno!
Não tinha o braço matador armado
Do tirano europeu. A África adusta,
E a doce Pátria minha,
Seus versos inocentes entoavam.

Vós lhes ditáveis, Heliconias Deusas,
Ternos versos chorosos
Do doce amigo morto à sombra ausente!
Outras vezes as vozes levantando,
A glória dos Heróis
Em coreas enérgicas cantavam.

Então nascendo, altíloqua Epopeia
Celebra os Semideuses:
Tal da Grécia recente em alvos dias
A trombeta embocando sonorosa,
Ter fêz a luz Homero,
Que depois imitaste, Augusta Roma.

Não mil estátuas de fundido bronze,
Nem mármores de Paros
Vencem as iras de Saturno idoso:
Arrasam-se pirâmides soberbas
Subterram-se obeliscos,
Resta uma Ilíada, e uma Eneida resta!

Qual rouca rã nos charcos, não pretendam
De mim vendidos cantos.
Se a Cítara divina me emprestarem
As Filhas da Memória, altivo e ledo,
A virtude cantando,
Entre os Vates também terei assento.

ODE

Vem minha Eulina, vem, corramos presto
Às colmadas choupanas, que convidam
Com retirado asilo.
Ali te esquecerão da fútil Côrte
Os bulhosos prazeres que esvoaçam
Os pávidos amores:
Ali solta a ternura, e os meigos beijos,
No seio da singela Natureza
Quantas terás delicias!
¿Que pode embelezar-te a vã Lisboa?
Definha a mocidade, se acanhados
Os nascentes afectos.
Então a comitiva dos Pesares
Virá despir teus dias de alegria
Dias longos, sem gôsto.
Nutre-se Amor com mil prazeres livres,
Com livres expressões de peitos ternos
Que lhe alentam os vôos.
¿Mas onde acharás tu lugar mais próprio
Que o campo escuso, habitação tranqüila
Da amiga liberdade?
Ali sómente o coração ensina
Dos olhos a linguagem maviosa,
Os puros sentimentos!

Nada há que prenda os férvidos desejos:
Nada se opõe ao simples Pegureiro,
Que o peito seu descobre.
Ouvindo-lhe carícias a Pastora
Entre séria e risonha lhe responde
Co'a face nacarada.
Amar entre Pastores não é crime:
Todos sentem os mesmos movimentos
Que sentimos, Eulina!
Nem precisam de juras nossos peitos,
Presos estão em doces nós eternos,
Que o tempo não desata.
Orgulhosa ambição, cuja cobiça
Não envenenam asisados dias
Do Camponês ditoso:
Goza de amores francos e singelos
Pastos ao gado ervosos, gradas ceifas
Afortunam seus dias.
Não sofre a sanha do insolente Grande;
Nem vão Ricaço lhe deslumbra os olhos
Co'a cruz regateada:
Se não habita Paços majestosos,
Onde marmoreos alizares brilham.
Co'a Natureza mora.
Ah! basta-nos sómente que a choupana
Nos acoite das chuvas invernosas,
Das calmas queimadoras!
Quando as músicas Aves alvorada
Derem à rubra destrançada Aurora,
Te espertarei com beijos.
Iremos conduzir as ovelhinhas,
Dos amigos rafeiros vigiadas,

As úmidas hervagens.
Das quentes sestas o calor não temas:
Escolhida por mim mimosa relva
Convidará teu sono.
À sombra dos copados arvoredos
Nosso amor gozaremos, abrigados
Dos olhos invejosos!
Não trajada de púrpura ou de sêda,
Mas de singela natural beleza,
Dominarás meu peito.
Milhões de beijos cobrirão teu seio;
Em vão contá-los ousará cioso
O Zoilo malfazejo!
Assim, Eulina, correrão teus dias:
Assim nos colherá velhice tarda
Entre amores constantes.
Sim, minha Eulina, vem: corramos presto
Às colmadas choupanas, que convidam
Com retirado asilo.

ODE

Á morte de um Poeta Bucólico, amigo do Autor

(A Scena é sôbre o Rio da Bertioga em Santos, no Brasil)

Ali repousa o divinal poeta
No túmulo! ali donde mansamente
A descansada vaga temerosa
Se arreda com respeito
Vós singelas belezas da Natura
Ah! vinde, levantai-vos,
E ornai do vosso Vate a sepultura.

Ali naquele fundo verde leito
De juncos murmurantes enterrada
A frauta está, que anosos troncos duros
Atraía ligeiros
Ah! quem tiver o coração aflito,
Em tristeza ensopado,
Visite uma e mais vezes seu sepulcro!

Aqui tenros mancebos e donzelas
Mil lágrimas darão às cinzas frias;
E emquanto seus sons tristes o contôrno
Encherem de amargura,
A Compaixão co'os olhos disvelados
Crerá que inda lhe escuta
Suas meigas palavras derradeiras.

Melancólica saùdade, quantas vezes
Lá pela margem vagará pensando,
Emquanto a fronte adorna o pátrio Rio
De venais grinaldas!
E quantas vezes golpeante o remo,
Nos ares suspendido,
Tranqùilos deixara seus gentis manes!

Quando o Prazer e a festival Saúde,
Fugindo das cidades se retiram
Aos prados geniais, onde lascivos
Os Zefirinhos folgam,
Triste amigo a cabana descobrindo
Entre a vária paisagem,
A face regará com pranto justo.

Mas tu, Vate Gentil, que friamente
O campesino úmido leito habitas,
¿De que te hão de servir lúgubres cantos
Que a aflição entoa?
¿De que te hão de servir lágrimas tristes
Que amorosa Saùdade
Chora debaixo da ligeira vela?

¿E inda haverá mortal desasisado,
Que sem temor os olhos seus demore
Sôbre o pálido túmulo sagrado,
Que lá reluz ao longe?
A vista dêle, doce Vate, morre
Tôda a alegria minha
Morre o prazer da amena primavera...

E tu paterno Rio desprezado,
Cujas margens tristonhas desamparam
Os verdejantes tortuosos mangues
Ou geie, ou chova, ou vente
Absorto em seus pezares nada sente!
Do Tejo encapelado
Nas pardas praias onde as conchas luzem,
(Quais lá sôbre cabeços verdes brilham
As vivas côres do listrado Iris)
Ondas mil rouquejam.
C'os beiços titubantes, enfiado,
Tinto da côr da morte o triste rosto,
Por entre o horror da noite, e as ondas feras
O batel mal governa
O pávido barqueiro!
Os ventos berram, ferve o Tejo inteiro!
Eu só, meu Bem, em ti sómente absorto,
Na Lapa cavernosa reclinado,
Não temo os elementos.
Na memória teu gesto repintando,
Debalde carrancudo Inverno brame,
E mar, e ventos, e borrascas duras:
Debalde enlutada a Natureza
Meu peito quer tingir de côres pretas;
¿Mas pode em ti pensando,
Cara Eulina, deixar de derreter-se
Em prazeres minha alma,
A quem teu nome só sossega e calma?
Por entre as bastas nuvens, que adelgaça
O vento furioso,
Levanta-te ó Lua. — Sôbre o Tejo,
Espalha os frouxos amarelos raios,

E deslizando as vagas,
Que o nauta cobrem de suor e frio,
Mostra um pouco sereno o irado Rio.
Sim, vejamos ao menos se por entre
Os bruscos ares que alumia a Lua,
A habitação vislumbro!
Ei-lo lá está da minha Deusa o templo,
Se os olhos não me enganam!
Mas ah! que não escuto as falas meigas
Com que tigres amansa encarniçados,
Com que peitos amolga bronzeados!
Talvez, meu Bem, no leito desleixada
Entregues a Morfeu ternas lembranças
Quem pudera de um tiro abalançar-se
À divinal alcova!
Ali contemplaria arrebatado
Mil tesouros de pródiga Natura
O níveo lindo peito
Veria palpitar suavemente
Que meigo sabe amar, que meigo sente:
Gentil Eulina! sim, os lindos pomos,
Ricos cofres de amor e de ventura,
São mais brancos, que a espuma prateada
Que o Tejo lança agora, quando os ventos
Ferem as ondas contra a rocha dura,
Que seu furor atura.
Mas ai de mim, que faço! a Fantasia
De onda em onda, de fictícios gozos
Era mesquinha! Basta já de sonhos!
E na lapa musgosa reclinemos
O fatigado corpo:
Inda talvez que brilhe um alvo dia,
Dia cheio de amor, e de alegria!

CANTATA Iª

Vós me nutris os ternos pensamentos,
Quando à sombra das árvores copadas,
Sombrios vales frescos,
A rédea inteira solto à fantasia!
De beleza em beleza divagando
Sôfrega a mente se me vai nos olhos:
Depois meiga saùdade
Manso e manso do peito se apodera...
Tudo o que vejo então me pinta Eulina.

Eis aquela violeta, que goteja
Das fôlhas frio orvalho,
Os olhinhos de Eulina maviosos
Cheios de mil amores, mil feitiços
Me pinta lagrimosos,
Quando ela dos meus brincos se agastava.
Os recentes jasmins vivos debuxam
Os dentinhos de Eulina que sorria
Aos humildes meus rogos.
Então as níveas faces delicadas,
Se com os beiços meus os seus tocava,
Sorrindo pudibunda
Ah! que eram duas rosas orvalhadas!

¿E há quem possa, ó minha Eulina ver-te,
Inda que seja um mármore,
Sem palpitar-lhe o coração no peito?
Por mim o digam, cara,
Se te vejo, as entranhas se me embebem
De insólito alvorôço;
O sangue ferve em borbotões nas veias!
Sou todo lume, fico todo amores!
¿E ainda se enfada a crua
Se lhe digo a verdade?
Veja-se aquela fonte. Solte o riso,
Que me rouba a mim mesmo,
Verá sorrir com ela a Natureza!
Insofrido esquadrão de alados beijos,
Em tôrno de teus beiços revoando,
Dêles, Eulina, vida estão tirando.
Lábios da minha Eulina,
Lábios, favos de mel, mas venenosos!
De vós depende dos mortais a dita,
Se meigos vos abris... ah! nunca irosos!

Desentrançadas as madeixas de ouro,
Que ondeiam sôbre o colo cristalino,
Meneando com graça o corpo airoso,
Inda mais bela que as Nápeas belas,
Quando as arestas do ondejante trigo,
No folguedo nocturno,
Em rápida carreira apenas tocam!
C'os olhos côr do Céu, branda e serena,
Aqui de manhã vinha, aqui folgava
Conversar às singelas co'a Natura!...

Parece que a estou vendo.
Qual Zefirinho meigo
Que as espigas açoita levemente;
Assim lhe vai tremendo o ebúrneo colo,
Assim os lácteos pomos buliçosos,
Brincos dos Cupidinhos,
Docemente vacilam,
Quando entre as flores, nova flor passeia!
Eulina, Eulina minha!
Ah! não vendas tão cara a formosura,
Se a natureza a deu, deu para dar-se.
O peito às Leis de amor não encrueças:
Quem dura lhe resiste
Vai contra o Céu, a Natureza ofende.

Sim, crê-me, ó cara Eulina
Tudo o que sente, tudo o que respira,
Tudo o que do almo sol calor recebe,
Reconhece de amor supremo mando.

ÁRIA

Se a Natureza
Te fêz tão bela,
Porque és cruel?
Aprende dela;
Sê-lhe fiel.
Eulina amada,
Se tens um peito,
Enche-o de ardor
Verás que efeito
Produz Amor!

CANTATA II.ª

Que alegre madrugada! os passarinhos
Do sono despertando
A Aurora estão saùdando.
Salve, ó bela manhã! Feliz quem pode
Respirar o teu ar, que o sangue esperta;
E longe do tumulto da cidade
Contemplar a Natura!
¡Que scena encantadora a formosura
Dêstes vales amenos me apresenta!
Salve outra vez, ó bela Natureza,
Que os homens desconhecem!
Mas não: Nise gentil, a minha Nise,
Da ingénua Natureza os dons prezando,
Não engrossa o cardume
Dessas almas vulgares. Quantas vezes
Apenas a manhã raiar começa,
Solitária baixando,
Aqui está a Natureza contemplando!
E que cheiro suave
A matutina viração me envia!
Talvez ó Nise, o hálito divino,
Recostada na relva ao fresco espalhes.
Eu não me engano, ó cara:
Se as árvores meneia

Buliçoso Favónio manda aos ares
O cheiro de mil pomos, de mil flores:
Azul regato, que os jardins retalha,
Embebe róseo aroma:
Assim, ó Nise, quando a choça me honras
O hálito, que espiras, coalha os ares
De angélica ambrosia.
Agora que o horizonte avermelhado
Vê fugir com a noite
Opacas nuvens de vapores frios;
E os férvidos Etontes sacudindo
As crinas refulgentes
Querem passar as metas do Oriente,
Oh que quadro gentil alma Natura
Os olhos apresenta!
Ao longe alcantilada penedia,
Aqui e ali orlada
De arbustos verdenegros, vário musgo
A scena fecha! ó Nise,
Vem qual dantes, meu Bem, ah vem comigo
Contemplar um chuveiro de belezas
À face do Universo remoçado
Eterno amor juremos.
Abre a bôca de nácar, um sorriso
Dela a mêdo escapando,
De novas graças a Natura enfeita.
Sim, teus beiços deleites mil gotejam,
Nise, minha divina!
Vestidos de rubim, quando êles se abrem
Em meigo santo riso,
Os ares alvoroçam, aviventam:
Êles de amor se acendem.

Aqui, no vale, que os outeiros fende,
Onde as límpidas águas ajuntando-se
Formam de prata arroios,
Quando passeias entre alegre e triste,
Qual a manhã serena;
Eis o lascivo tremedor arrulho
Das leves avesinhas namoradas
Te pressentem, ó Nise; enternecidas
De raminho em raminho andam saltando,
E parece te dizem gorgeando:

ÁRIA

Nise Tirana
Tem dó de Armido;
Torna inconstante
Torna ao querido
A consolar.

Êle te jura
Por êsses olhos,
Onde os amores
Fervem a molhos
Sempre te amar.

A CRIAÇÃO

Lá sôbre um alto do nascente mundo,
Donde as águas tremendo recuaram,
Quando ouviram a voz do Deus do raio,
Poderosa Energia discorrendo
Por entre a denegrida úmida terra,
Que do abismo a cabeça levantava,
Organizados, nóveis Entes cria,
Viçosas plantas, de que o Globo pasma!
Pelos ventos aromas mil espalham
Os verdejantes ramos seus difusos,
Que do ar expansivo a vida tiram:
Os Zéfiros brincões dependurados
Alegres batem as lascivas ásas:
Já dentre o firme verde labirinto
Voam, cortando o ar, canoras aves:
Entoando canções em seus gorgeios
Lêdas saùdam a menina Aurora.
Então amor de prole em laço estreito
As une tôdas. Laços que Natura
Forjou para os viventes, meigos laços
Que em vão intenta férreo Fanatismo
Quebrar dentre os humanos, Deus piedoso!
Eis pelo novo campo vem saltando
Animais de cem formas, cem figuras!

Lá da noite do Nada, em que jaziam,
Deus lhe faz ver a luz; a luz que tinha
Do estéril cáos fecundado o seio.
Ah! de prazeres mil gozam contentes,
Que Natureza liberal derrama;
Nem austera Razão, — injusta e fraca!
Os atormenta com seus vãos remorsos.
¿Porque teu braço aqui não suspendeste,
Ó sábia, compassiva Divindade?
A criadora Mão parar devera.
Pobres humanos, ah! porque os geraste?
Leves momentos em prazer gastados,
Que os crimes avenenam, sepultados
Jazer deviam no vazio Nada!
Nos campos geniais do Éden formoso,
Gentil morada, que nos destinaras,
Ligeiro sono apenas encetaram
Nossos primeiros Pais, a quem o Fado —
Invejoso! segou em flor os gozos.
Então o negro Averno, ímpio e tirano,
Das sujas fauces vomitou sanhudo
Cerrados esquadrões de horrendos males.
Mil sanguinosos malfazejos crimes.
O filho infame, bravejando de ira,
No sangue maternal ensopa os braços;
E pensa, ó meu bom Deus, que assim lho mandas!
Eis lá da costa d'Aulide saúdosa
C'o vivo sangue de Ifigénia bela
As sacras aras da triforme Deusa
Manchou deslumbrada a Grega frota
Ao vento dadas as madeixas d'oiro,
Cingida a fronte de sagrada faixa

Ao altar se avizinha. O sacerdote,
Em alto alçando o bárbaro cutelo,
O golpe lhe prepara. Ternas gotas
A Dor espreme dos vizinhos olhos.
Cruel, suspende o golpe: ¿e de que serve
Para ventos domar sangue inocente?
Triste Ifigénia, mísera donzela!
Em vez dos laços de Himeneu suaves,
¡Que amor compadecido lhe tecia,
De surdos Deuses vítima cruenta
Cega superstição a sacrifica!
Lá de Haiti nas praias assustadas
De ver cavados lenhos, que orgulhosos
Cerram em largo bôjo espanto e morte,
Desembarcam ousados homens-monstros;
E após o estandarte correm, voam,
Que Fanatismo, que cobiça alçaram.
Imbeles povos, Índios inocentes!
Do armado Espanhol provam as iras.
Que Deus fizera um Mundo crêem os Tigres
Para ser prêsa sua. Em tôda parte
Americano sangue, inda fumando,
A terra ensopa, e amolenta as patas
Dos soberbos ginetes Andaluses.
Deus do Universo! a Natureza freme,
E de horror na garganta a voz se prende!
Tiranos Europeus! e tanto pode
Êsse loiro metal divinizado!
    E tu, que os crimes dos mortais conheces
Deus piedoso, Deus que nos criaste,
¿Porque cruentas mãos livres lhes deixas?
Devias antes seus nefandos feitos

Manso atalhar, do que punir irado!
¿E se para o castigo é que os consentes,
Sendo punidos, deixam de estar feitos?
Se a máquina imperfeita não regula,
O Artista é só culpado, que não ela.
Ah! se a obra de tuas mãos benignas
Rebelde havia ser a teus preceitos,
Antes, ó Deus, antes a não formasses:
Criar folgaste eternos infelizes?
Que perspectiva horrenda! Densas nuvens
O horizonte da Razão me embruscam!
Imenso abismo me rodeia todo!
Fraca Razão humana, cáos vasto
De orgulho e de cegueira, ah! não presumas
Mistérios penetrar a ti vedados:
Ama os homens, e a Deus: isto te basta.

UMA TARDE

No sítio de Santo Amaro perto da Vila de Santos, Província de S. Paulo.

¡ Como êsta mata escura está medonha!
¡ Não é tão feia a habitação dos Manes!
Êste ribeiro triste como soa
Por entre o pardo emmaranhado bosque;
¡ E como corre vagaroso e pobre!
O sol, que já se esconde no horizonte,
O quadro afeia mais. — O vento surdo
De quando em quando só as fôlhas move!
A rouca voz pararão temerosos
Os esquivos *Jacus* (7) nos bastos galhos
Cheios de *Caraguatais* (8), das *Upimbas* (9)
Das àsas vai lançando a fusca Noite
Terror gelado; o grito agudo e triste
Nos velhos *Sapesais* (10) dos verdes grilos
Sómente soa; e o ar cheio de trevas,
Que as árvores aumentam, vem cortando
Do agoureiro morcego as ténues àsas.
¡ É êste da tristeza o negro albergue!
Tudo é medonho e triste! ¡ só minha alma
Não farta o triste peito de tristeza!

Em Paris, no ano de 1790.

---

(7) Os *Jacus* são espécies do género *Penelope* de Lineu.

(8) Pertencem ao género Bromélia.

(9) São árvores das matas virgens, cuja espécie presentemente não posso determinar.

(10) E' uma das gramíneas que se apodera dos terrenos estéreis, por cansados.

AUSÊNCIA

Pode o Fado cruel com mão ferrenha,
Eulina amada, meu encanto e vida,
Abafar êste peito e sufocar-me!
Que pretende o Destino? em vão presume
Rasgar do meu o coração de Eulina,
Pois fazem sós um coração inteiro!
Imagem bela na minha alma impressa,
Tu desafias, tu te ris do Fado.
Embora contra nós ausência fera
Solitárias campinas estendidas,
Serras alpinas, áridos desertos,
Largos campos da cérula Anfitrite
Dois corpos enlaçados separando,
Conspirem-se — até mesmo os Céus tiranos.
Sim, os Céus! Ah! parece que nem sempre
Nêles mora a bondade! Escuro Fado
Os homens bandeando, como o vento.
Os grãos de areia sôbre a praça infinda,
Dos míseros mortais brinca c'os males!
Se tudo pode, isto não pode o Fado!
Sim, adorada, angelical Eulina,
Eterna viverás a esta alma unida,
Eterna! pois as almas nunca morrem,
Quando os corpos não possam atraídos

Ligarem-se em recíprocos abraços,
(Que prazer, minha amada! O Deus Supremo,
Quando fêz com a voz grávido o Nada,
Maior não teve) podem nossas almas,
A despeito dos mil milhões de males,
Da mesma morte. E contra nós que vale?
Do sangrento punhal, que o Fado vibre,
Quebrar a ponta, podem ver os Mundos
Errar sem ordem pelo espaço imenso;
Tòda a Matéria reduzir-se em nada,
E podem inda nossas almas juntas,
¡Em amores nadar de eterno gozo!

ODE SÁFICA

À Primavera

Moço, bebamos; enche o copo, bebe:
Já novas rosas novo aroma espargem.
Eia ligeiros ao jardim desçamos
De Nise asilo.

Outra vez quero renovar amores,
A Filomela acompanhando a lira:
Que gema Nise, como aquela geme
Entre meus braços.

No canto escuso do rosal cheiroso
A Baco brinde, como aqui eu brindo;
Brinde aos amores, que co'as rosas voltam,
E com elas brincam.

A Vida acaba; muda-se a Fortuna,
Que bens e males sem juízo espalha:
Os que hojem vivem, amanhã morreram
Amemos hoje.

SONETO (11)

Improvisado na partida para Portugal em 1783

Adeus, fica-te em paz Alcina amada,
Ah sem mim sê feliz, vive ditosa;
Que contra os meus pesares invejosa
A fortuna cruel se mostra irada.

Tão cedo não verei a delicada,
A linda face de jasmins e rosa,
O branco peito, a bôca graciosa
Onde os amores teem gentil morada.

Pode, meu Bem, o Fado ímpiamente,
Pode negar de te gozar a dita,
Pode da tua vista ter-me ausente:

Mas a-pesar-da mísera desdita.
De tão cruel partida, eternamente
Na minha alma viverás escrita.

---

(11) Tinha então o A. 18 anos.

PARÁFRASE

de parte do *Cântico dos Cânticos*

O Espôso

¡ Ah dá-me, ó cara, os saborosos beijos
Dessa suave purpurina bôca !
Quais em tôrno das rosas orvalhadas
Abelhas diligentes, tais do aceso
Coração pulam férvidos desejos.
Já meus vorazes beijos vão roubando
Balsâmico tesouro sòbre os lábios
Em que Amor mora. A língua sitibunda
De néctar divinal todo me inunda.
Mais jucundo que Arábigos perfumes
É o hálito teu, amada espôsa!
Qual nova Fénix entre aromas puros
Arde contigo já minha alma amante :
Arde, sim—mas ditosos seus ardores!
Pois para doces júbilos maiores
De novo ressuscita, quando morre.
Tu de pombinha azul tens as pupilas:
Dois pomos crus, que o cru Amor nutrira,
Brincam no meio do expandido seio:
Êles, ó cara, são duas aljavas,
Donde mil corações Amor setêa.

Vaidosas Graças mil cingem-te o corpo
Se passeias, e se ligeira corres,
Pareces viração que os trigos move.
Qual do prado rainha as flores vence
A fresca rosa, assim gentis donzelas
Quando te vêem, de inveja amarelecem.
Cristal o cólo, de ébano as madeixas;
Lindos jasmins os cândidos dentinhos;
Nos rubros beiços trazes mel e leite;
Faz dêste mundo Céu um seu sorriso.

A Espôsa

Meu doce Bem, ah cessem teus louvores;
Porque tal formosura eu não a tenho:
Sim, eu ardo de amor, mas não sou bela.
Contigo só, contigo, caro espòso,
Derreter-se de amor esta alma ansia.
Feliz serei, se o fogo meu te acende;
E serão paga minha os teus deleites.
Sim, um só coração de dois façamos
Com simpático lume ambas as almas
Amor nos acendeu — tua sou tôda.
Eu para ti, tu para mim nasceste.
Desde que os olhos teus para mim voltas,
O coração, qual raio, ah! tu me abrasas.
Eu apenas respiro, perco as côres
Ardo, esmoreço; fico tôda amores.

ODE AOS GREGOS

O' Musa do Brasil, tempera a lira
Dirige o canto meu, vem inspirar-me:
Acende-me na mente estro divino
De heróico assunto digno!

Se comigo choraste os negros males,
Que a saùdosa cara pátria oprimem,
Da Grécia renascida altas façanhas
As lágrimas te sequem.

Se ao curvo alfange, se ao peloiro ardente,
Política malvada a Grécia vende;
As bandeiras da cruz, da liberdade,
Farpadas inda ondeiam.

As baionetas que os servis amestram,
Carnagem, fogo não assustem peitos
Que amam a liberdade, amam a pátria
E de Helenos se prezam.

Como as gotas de chuva o sangue ensopa
Árido pó de campos devastados;
Como do funeral lúgubre sino
Gemidos mil retumbam.

Criancinhas, matronas, virgens puras,
Que à apostasia, que à desonra vota
O feroz Moslemim, filho do inferno,
Como mártires morrem.

¿E consentis, ó Deus! que os tristes filhos
Da Redentora cruz, Árabes, Turcos
Exterminem do solo antigo e santo
Da abandonada Grécia?

Contra algozes os míseros combatem;
Contra bárbaros, cruz, honra e justiça:
A Europa geme,— só tiranos frios
Com tais horrores folgam.

Rivalidades, ambição, temores,
Sujo interêsse a inerte espada prendem.
E o sangue de Cristãos, que lagos forma,
Um ai lhes não arranca!

Perecerás, ó Grécia, mas contigo
Murcharão de Albion honra e renome;
O sórdido egoísmo que a devora
E' já do mundo espanto!

Não desmaies, porêm: a Divindade
Roborará teu braço; e na memória
Gravará para exemplo os altos feitos
Dos ilustres passados.

Eis os mirrados ossos já se animam
De Milcíades; já da campa fria
Ergue a cabeça, e grito dá tremendo
Para acordar os netos.

«Helenos, brada, ó vós, prole divina,
Basta de escravidão — Não mais opróbrios!
É tempo de quebrar grilhão pesado,
E de vingar infâmias.

«Se arrasastes de Tróia os altos muros
Para o crime punir que amor causara,
¿Então porque sofreis há largos anos
Estupros e adultérios?

«Foram assento e berço às doutas musas
O sagrado Helicon, Parnaso e Pindo:
Moral, sabedoria, humanidade
Fêz vicejar a lira.

«Ante helénicas proas se acamava
Euxino, Egêo, e mil colónias vão
Levar artes e leis às rudes plagas,
E da Líbia e da Europa.

«Um punhado de heróis então podia
Tingir de sangue persa o vasto Ponto:
Montões de corpos inda palpitantes
Estrumavam os campos.

«¿Ah! porque não sereis o que já fôstes?
¿Mudou-se o vosso céu e o vosso solo?
¿E não são inda os mesmos estes montes,
Estes mares e portos?

«Se Esparta ambiciosa, Atenas, Tebas,
O fratricida braço não tivessem
Em seu sangue banhado, nunca a Grécia
Curvara o colo à Roma.

«E se de Constantino a infame prole
Do fanatismo cego não houvera
Aguçado o punhal, ah! nunca as luas
Tremularam ufanas.

«Depois que fôste, ó Grecia, miseranda,
De déspotas brutais brutal escrava,
Em a esquerda o *Korão,* na dextra a espada,
Barbaria prega o Turco.

«Assaz sorveste já milhões de insultos,
Já longa escravidão pagou teus crimes:
O Céu tem perdoado.—Eia, já cumpre
Ser Helenos, ser homens.

«Eia, Gregos, jurai, mostrai ao mundo
Que sois dignos de ser quais fôstes dantes;
Eia, morrei de todo, ou sêde livres!»
Assim falou,—calou-se.

E qual ligeira névoa sacudida
Pelo tufão do norte, a sombra augusta
Desaparece. A Grécia inteira brada:
«Ou liberdade ou morte.»

ODE AOS BAÌANOS

Na liberdade está a felicidade, e no valor a liberdade

TUCÍDIDES.

Altiva Musa, ó tu que nunca incenso
Queimaste em nobre altar ao despotismo:
Nem insanos encómios proferiste
De cruéis demagogos;

Ambição de poder, orgulho e fausto
Que os servis amam tanto, nunca, ó Musa,
Acenderam teu estro — a só virtude
Soube inspirar louvores.

Na abóbada do templo da Memória
Nunca comprados cantos retumbaram:
Ah! vem, ó Musa, vem: na lira d'oiro
Não cantarei horrores.

Arbitrária fortuna! Desprezível
Mais qu'essas almas vis, que a ti se humilham
Prosterne-se a teus pés, o Brasil todo;
Eu, nem curvo o joelho.

Beijem o pé que esmaga, a mão que açoita
Escravos nados, sem saber, sem brio;
Que o bárbaro Tapuia, deslumbrado
O Deus do mal adora.

Não — reduzir-me a pó, roubar-me tudo,
Porêm nunca aviltar-me, pode o fado;
Quem a morte não teme, nada teme —
Eu nisto só confio.

Inchado do poder, de orgulho e sanha,
Treme o vizir, se o grão-senhor carrega,
Porque mal digeriu, sobr'olho iroso,
Ou mal dormiu a sesta.

Embora nos degraus do excelso trono
Rasteje a lesma, para ver se abate
A virtude que odia — a mim me alenta
Do que valho a certeza.

E vós tambêm, Baianos, desprezastes
Ameaças, carinhos — desfizestes
As cabalas, que pérfidos urdiram
Inda no meu destêrro.

Duas vezes, Baianos, me escolhestes
Para a voz levantar a pró da pátria
Na assembleia geral; mas duas vezes
Foram baldados votos.

Porêm emquanto me animar o peito
Êste sôpro de vida, que inda dura,
O nome de Baía agradecido
Repetirei com júbilo.

Amei a liberdade, e a independência
Da doce cara pátria, a quem o Luxo
Oprimia sem dó, com riso e mofa —
Eis o meu crime todo.

Cingida a fronte de sangùentos loiros
Horror jamais inspirará meu nome;
Nunca a viúva há de pedir-me o espôso,
Nem seu pai a criança.

Nunca aspirei a flagelar humanos —
Meu nome acabe, para sempre acabe
Se para o libertar do eterno olvido
Forem precisos crimes.

Morrerei no destêrro em terra estranha,
Que no Brasil só vis escravos medram —
Para mim o Brasil não é mais pátria,
Pois faltou a justiça.

Vales e serras, altas matas, rios
Nunca mais vos verei — sonhei outrora
Poderia entre vós morrer contente:
Mas não — monstros o vedam

Não verei mais a viração suave
Parar o aéreo vôo, e de mil flores
Roubar aromas, e brincar travessa
C'o trémulo raminho.

Oh! país sem igual, país mimoso!
Se habitassem em ti sabedoria,
Justiça, altivo brio, que ennobrecem
Dos homens a existência;

De estranha emulação aceso o peito,
Lá me ia formando a fantasia
Projectos mil para vencer vil ócio,
Para criar prodígios!

Jardins, vergéis, umbrosas alamedas,
Frescas grutas então, piscosos lagos,
E pingues campos, sempre verdes prados
Um novo Éden fariam.

Doces visões! fugi — ferinas almas
Querem que em França um Desterrado morra:
Já vejo o génio da certeira morte
Ir afiando a foice.

Galicana donzela, lacrimosa,
Trajando roupas lutuosas longas,
Do meu pobre sepulcro a tôsca loisa
Só cobrirá de flores

Que o Brasil inclemente (ingrato ou fraco)
Às minhas cinzas um buraco nega:
Talvez tempo virá que inda pranteie
Por mim com dor pungente.

Exulta, velha Europa: o novo Império,
Obra prima do Céu! por fado ímpio
Não será mais o teu rival activo
Em comércio e marinha.

Aquele, que gigante inda no berço
Se mostrava às nações, no berço mesmo
É já cadáver de cruéis harpias
De malfazejas fúrias.

¿Como, ó Deus! que portento! a Urânia Vénus
Ante mim se apresenta? Riso meigo
Banha-lhe a linda bòca, que escurece
Fino coral nas côres.

«Eu consultei os fados, que não mentem
(Assim me fala a piedosa deusa):
«Das trevas surgirá sereno dia
«Para ti, para a pátria.

«O constante varão, que ama a virtude,
«C'os berros da borrasca não se assusta;
«Nem com fôlha de álamo fremente
Treme à face dos males.

«Escapaste a cachopos mil ocultos,
«Em que há de naufragar, como até agora
«Tanto áulico perverso — em França, amigo
«Foi teu destêrro um pôrto.

«Os teus Baianos, nobres e briosos,
«Gratos serão a quem lhes deu socorro
«Contra o bárbaro Luso, e a liberdade
Meteu no solo escravo.

«Há de emfim essa gente generosa
«As trevas dissipar, salvar o Império;
«Por êles liberdade, paz, justiça
«Serão nervos do Estado.

«Qual a palmeira que domina ufana
«Os altos topos da floresta espêssa:
«Tal bem presto há de ser no mundo novo
«O Brasil bem fadado.

«Em vão de paixões vis cruzados ramos
«Tentarão impedir do sol os raios —
«A luz vai penetrando a copa opaca
«O chão brotará flores.»

Calou-se então — voou. E as sôltas tranças
Em tôrno espalham mil sabéos perfumes,
E os zéfiros as àsas adejando
Vasam dos ares rosas.

O POETA DESTERRADO

O' lira brasileira, que inspiravas
Com teus hinos, no peito amor de glórias;
Tu que o pranto da espôsa suspendias,
Quando ausente o guerreiro;

Ora do triste vate no destêrro
Já não acendes de Mavorte o fogo.
Nem cantas os troféus da pátria amada
Com mágica harmonia.

Fica pois, lira inútil, pendurada
De sêco ramo; ou temperada agora
Em tom mais brando, vai soar tristonha
Em acanhado estilo.

Ah! não digas, ó zoilo, mal do vate,
Se procurando lenitivo à mágoa,
Sob a copada rama solitário,
Enseja amor na lira.

Um mavioso coração aflito
Que abandonado em terra estranha geme,
A qual recorrerá propício nume
Senão a Vénus meiga?

Mas a causa, que a alma ora lhe agita,
E' tambêm de Narcinda a santa causa:
Da terna lira os sons enchem-lhe o peito
De dôr e de saùdade.

Os suspiros que a lira aos ares manda,
Ela com suspiros acompanha:
São sorrisos da lua que embelece
Da negra noite o manto.

Não do regato o plácido sussurro,
Nem o travesso zéfiro, que esperta
Do letargo da sombra a flor cheirosa,
Ao pastor é mais grato!

Fresca e gentil, qual matutina rosa
Pelas gotas de Maio rociada;
Assim do teu dilecto olhos e peito
Arrebatas sorrindo.

Ah! não digas, ó zoilo, mal do vate,
Se ainda se acolhe de Narcinda ao seio;
Pois no meio do sonho dos amores,
Tambêm co'a pátria sonha.

Para a moleza não nasceu o vate:
Em ditosos dias chamejava
Sua alma ardente, do heroísmo cheia,
Quando uma pátria tinha!

A corda que cicia docemente
Sôbre a doirada lira malfadada,
Outrora ousou curvar arco guerreiro,
Vibrar rápida seta.

Os lábios, que ora movem moles versos,
Já levantar souberam da vingança
Grito tremendo, a despertar a pátria
Do sono amadornado.

Mas de todo acabou da pátria a glória!
Da liberdade o brado, que troava
Pelo inteiro Brasil, hoje emmudece
Entre grilhões e mortes!

Sob suas ruínas gemem, choram,
Longe da pátria os filhos foragidos:
Acusa-os de traição, porque a amaram,
Servil, infame bando.

Ah! não digas, ó zoilo, mal do vate,
Se aos lares seus não volta; acicalado,
Súbito ferro aforaria o grito,
Que pela pátria erguesse.

Ali da santa liberdade os filhos,
Êsses poucos que restam, foragidos
Vivem inglórios; pois as honras dão-se
A perjuros escravos.

Almas fracas e vis! ¿e vós não vêdes
Que o facho horrível, que alumia a senda
Das falsas honras, acendeis no fogo
Que abrasa o Brasil todo?

Quando mortes fulmina a tirania,
E calca aos pés o mérito e a virtude,
¿Uma lágrima sequer não vos arranca
A terra em que nascestes?

¡Maldição sôbre vós, almas danadas!
A taça do prazer a vós vos saiba
Como o mel venenoso das abelhas
Da Cisplatina plaga.

Suspirai pelo Céu, morrei no inferno
— Contentes, paz e glória de vós fujam
Como as águas de Tântalo fugiam
No Tártaro dos Gregos.

Ah! não digas, ó zoilo, mal do vate,
Se à pátria deusa algum consôlo pede;
Se a aguda dor, que pela pátria sente,
Sonha abrandar um pouco!

Que um raio de esperança o fado acenda,
Que um relâmpago só penetre as trevas,
Que o seu Brasil envolvem, nesse instante
Em pé se alçará forte!

Então seu coração no altar sagrado
Da liberdade deporá ligeiro
A branda lira — então com nova murta
Coroará a espada.

Oh! quanto é forte um vate, se nutrido
Entre perigos foi! se denodado
Da morte os brados retumbar ouvira
Com não mudado rosto!

Que um Trasíbulo novo se levante.
C'um punhado de heróis a tirania,
No ensangùentado trono já lutante
Caìrá aos pés exangue.

Mas emquanto o Brasil adormecido
Brilhantes dias renovar não sabe,
Repita ao menos o seu nome amado
A lira dos amores.

Da dor profunda, que o seu vate oprime,
Estranhos se condoam; e os suspiros
Da lira, que através dos mares voam
Façam chorar a pátria.

Adeus, ó lira; basta; já se embruscam
Cada vez mais os ares:— sombra espêssa
Envolve em tôrno a plácida ramada,
Em que teu vate geme.

Fica pois suspendida d'alto cachopo:
Nem mais aflita mão as cordas fira;
Ao murmúrio da fonte só responde
Os Zéfiros te movam.

Aos apartados ecos da colina
Muda teus sons; e do pastor a gaita
Frémito doce em ti sómente excite,
Ou zunidora abelha.

Adeus emfim, adeus, lira piedosa!
Ah! quantas vezes o teu pobre vate
Ameigava contigo a dor profunda
Em disveladas noites!

Se tantos males suportou constante,
A ti o deve, ó lira — já não podes
Ora mais consolar dobradas mágoas
Adeus, em paz descansa!

TRECHOS
DE PROSA ESCOLHIDOS

NAS OBRAS DE

JOSÉ BONIFÁCIO

Necessidade da Agricultura

Nação alguma é independente, se precisa de sustento estrangeiro: nação alguma é rica e poderosa, se o terreno onde mora anda inculto e baldio, e se a pouca Agricultura que possui depende inteiramente dos esforços e disvelos únicos da classe mais pobre e menos instruída. ¿Quem haverá hoje tão falto de razão que possa duvidar de tais verdades? ¡E que Português amigo do seu País, e do seu Príncipe, pode ver com olhos enxutos tanta terra inútil e desaproveitada, como vemos entre nós! ¿¡Quem não lamentará o estado desmazelado de nossa Agricultura em um século tal como o nosso, em que a mor parte da Europa lida e forceja por estender e aperfeiçoar a sua?!

Nestes últimos tempos a vasta navegação e comércio que tínhamos, nos trouxeram grandes cabedais, que giravam já por muitas mãos antes da guerra crua, com que nos-

sos inimigos nos apoquentam e ralam, todavia estas riquezas, que vinham de fora não fomentaram à proporção nossa população, que só montava a 3 milhões de almas ou pouco mais; e estes para se sustentarem necessitavam ainda de bastante pão estranho. ¡Hoje, acabada a navegação, estancado o comércio, diminuída a indústria fabril, e desaparecendo o numerário, que no levam em trôco de comer e vestir, quanto se não irá diminuindo progressivamente esta mesma população, que já então era pequena!

Dificuldades se vencem com tempo e constância

... Sendo a Agricultura uma das doutrinas práticas da vasta sciência da Natureza, que ensina as regras e meios, com que cada espécie particular de terreno possa produzir colheitas, que dando ao lavrador lucro certo, conservem ao mesmo tempo, e aumentem, se possível fôr, a fertilidade do chão; tão importantes fins não podem ser obtidos, sem que de uma parte os Governos façam convergir para êste centro comum os socorros do Estado, e as luzes das Nações; e sem que da outra se façam experiências em grande, exactas e seguidas em todos os sítios e torrões capazes de cultura, em cada país; por meio dos quais se reduzam a leis fixas, direi mais, a provérbio e rifões, as operações rústicas de cada distrito. Então, o camponês abandonará costumeiras velhas e danosas; e cederá gostoso às luzes da razão e da experiência, sabendo o que deve

praticar para bem seu, depois de conhecida a natureza do seu chão e a qualidade do seu clima.

Se esta só esperança de um tão grande melhoramento público e particular encanta a imaginação, e inflama o zêlo do patriotismo, cumpre afastar por ora reflexões sombrias, que possam de algum modo acanhar esperanças tão lisonjeiras; cumpre crer firmemente, que também entre nós a razão e o bem público terão fôrças bastantes para debelar o egoísmo e a apatia. Não nos devemos assustar com a grandeza e duração de tão heróica emprêsa: comecemos desde já, mas não queiramos acabar tudo em um dia: esta habitual sofreguidão acalma súbito, e nos tem feito muito mal. Ouçamos o em que seu tempo dizia aos impetuosos Atenienses o grande Xenofonte no seu Tratado ou Projecto de Renda Pública: «As obras e emprêsas, que aconselho, não são de tal natureza que requeiram ser tôdas feitas ao mesmo tempo, sem que aliás possamos delas tirar proveito algum. Pelo contrário, convêm antes fazer umas após outras, do que tôdas juntas; porque se edificarem muitos ao mesmo tempo, farão maior des-

pesa e pior obra, do que se cada edifício se fizer por sua vez. Se levarmos ao cabo. segundo nossos cabedais e faculdades, qualquer emprêsa; sendo esta bem feita e acabada, poderá achar imitadores: e quando falhemos em algum ponto, poderemos então fácilmente emendar nossos erros. De mais, se quisermos fazer tudo de uma vez. muito cabedal e materiais serão precisos; mas se umas coisas se fizerem logo, e outras depois, os lucros das primeiras dão o necessário para as segundas.» Até aqui Xenofonte.

Não desanimemos pois; e pouco importa que comecemos com pouco: uma Nação valente e generosa como a nossa, não deve esmorecer com dificuldades que se vencem com o tempo e constância. Cumpre esperar que virá tempo...

A vantagem das árvores

Sem matas a umidade necessária para a vida das outras plantas, e dos animais vai faltando... o torrão se fêz árido e nu. Tojo, estevas, urzes e carquejas apenas vestem mesquinhamente alguns cumes e assomadas, algumas gândaras e chãs. Diminuídos os orvalhos e chuveiros, diminuem os cabedais, certos e perenes, dos rios e das fontes; e só borrascas e trovoadas arrasam as ladeiras, areiam os vales e costas, e inundam e subterram as searas. O *suão* abrasador apoderou-se das Províncias; e novo clima, e nova ordem de estações estragam campos, outrora férteis e temperados. A electricidade que então circulava pacíficamente da terra para o ar, e do ar para a terra, faz agora saltos e explosões terríveis, invertendo a série e fôrça dos meteoros aquosos, que favorecem a vegetação, e com ela tornam sàdias as Províncias. ¿E

donde vem tantas sezões e febres malignas nos campos abertos e calorosos de Portugal, senão da falta de bosques em paragens próprias, e das águas correntes, que alimentavam? ¿Sem matas quem absorverá os miasmas dos charcos? ¿Quem espalhará pelo estio a frescura do inverno? ¿Quem chupará dos mares, dos rios, e lagoas os vapores, que em parte dissolvidos e sustentados na atmosfera caem em chuva, e em parte decompostos em gases, vão purificar o ar, e alimentar a respiração dos animais? ¿Quem absorverá o gás ácido carbónico, que estes expiram, e soltará outra vez o oxigénio, que aviventa o sangue, e que sustenta a vida?

Sem matas desapareceu a caça, que fartava o rico e o pobre. Sem matas faltaram os estrumes naturais, que subministravam diáriamente suas fôlhas e resíduos. Sem elas mingua a fertilidade do torrão; e a lavoura e à povoação definharão necessáriamente. Elas sustentam a terra vegetal das ladeiras e assomadas, que pela regular filtração das águas adubam os vales e planícies. Em balsedos nas margens dos rios, que extravasam, põem os arvoredos peito às cheias de-

vastadoras, cortando-lhes a fôrça; e coando as águas das areias, fazem depor os nateiros, que fertilizam as lezírias e ínsuas. Se os canais de rega e navegação aviventam o comércio e a lavoura, não pode havê-los sem rios, não pode haver rios sem fontes, não há fontes sem chuvas e orvalhos, não há chuvas e orvalhos sem umidade, e não há umidade sem matas; pois uma árvore de dez anos destila cada dia mais de 30 libras de água, que espalha em redor de si; e um chão desabrigado de 3 $1/2$ pés quadrados perde diáriamente 30 onças de água. De mais sem bastante umidade não há prados; sem prados poucos ou nenhuns gados; e sem gados nenhuma agricultura. Assim tudo é ligado na imensa cadeia do Universo; e os bárbaros que cortam e quebram seus fuzis, pecam contra Deus e a Natureza e são os próprios autores dos seus males.

(*Memória sôbre a necessidade e utilidade do plantio de novos bosques em Portugal.* Lisboa, 1815.)

Modo de catequizar, e aldear os Índios bravos do Brasil

Matéria ... de suma importância; mas ao mesmo tempo de grandes dificuldades na sua execução.

Nascem estas: 1.° da natureza e estado em que se acham estes Índios; 2.° do modo com que sucessivamente Portugueses e Brasileiros os temos tratado, e continuamos a tratar, ainda quando desejamos domesticá-los e fazê-los felizes.

As primeiras proveem: 1.° de serem os Indios Povos vagabundos, e dados a contínuas guerras, e roubos; 2.° de não terem freio algum religioso, e civil, que coíba, e dirija suas paixões: donde nasce ser-lhes insuportável sujeitarem-se a leis, e costumes regulares; 3.° entregues naturalmente à preguiça fogem dos trabalhos aturados, e diários de cavar, plantar e mondar as sementeiras, que pelo nímio viço da terra se

cobrem logo de mato, e de ervas ruins; 4.° porque temem largando sua vida conhecida, e habitual de caçadores, sofrer fomes, faltando-lhes alimento à sua gula desregrada; 5.° para com as Nações nossas inimigas recresce novo embaraço, e vem a ser o temor que teem que depois de aldeados vinguemos a nosso sabor as atrocidades contra nós cometidas: ou porque não tendo ainda provado o devido castigo de seus atentados, desprezam-nos, confiados na sua presumida valentia; e achando ser-lhes mais útil roubar-nos, que servir-nos; 6.° porque os mais valentes e poderosos de entre êles temem perder a ocasião de cobrar entre os seus naturais o nome de guerreiros, que muito prezam, esperando ficar seguros das nossas armas no meio de suas matas e esconderijos; 7.° finalmente porque conhecem que se entrarem no seio da Igreja, serão forçados a deixar suas contínuas bebedices, a poligamia em que vivem, e os divórcios voluntários; e daqui vem que as raparigas casadas são as que melhor e mais fácilmente abraçam a nossa santa Religião; porque assim seguram os maridos, e se livram de rivais.

Por causa nossa recrescem iguais dificul-

dades e vem a ser, os mêdos contínuos, e arreigados em que os teem pôsto os cativeiros antigos; o desprêzo com que geralmente os tratamos, o roubo contínuo das suas melhores terras, os serviços a que os sujeitamos, pagando-lhes pequenos ou nenhuns jornais, alimentando-os mal, enganando-os nos contratos de compra, e venda, que com êles fazemos, e tirando-os anos, e anos de suas famílias, e roças para os serviços do Estado, e dos particulares; e por fim enxertando-lhes todos os nossos vícios, e moléstias, sem lhes comunicarmos nossas virtudes e talentos.

Se quisermos, pois, vencer estas dificuldades devemos mudar absolutamente de maneiras, e comportamento, conhecendo primeiro o que são, e devem ser naturalmente os Índios bravos, para depois acharmos os meios de os converter no que nos cumpre, que sejam.

O selvagem

... O homem no estado selvático, e mormente o Índio bravo do Brasil, deve ser preguiçoso; porque tem poucas, ou nenhumas necessidades; porque sendo vagabundo, na sua mão está arranchar-se sucessivamente em terrenos abundantes de caça ou de pesca, ou ainda mesmo de frutos silvestres, e espontâneos; porque vivendo todo o dia exposto ao tempo não precisa de casas, e vestidos cómodos, nem dos melindres do nosso luxo; porque finalmente não teem idea de propriedade, nem desejos de distinções, e vaidades sociais, que são as molas poderosas, que põem em actividade o homem civilizado. De mais uma razão sem exercício, e pela maior parte já corrompida por costumes e usos brutais, além de apático o devem fazer também estúpido. Tudo o que não interessa imediatamente a sua conservação física, e seus poucos prazeres gros-

seiros, escapa à sua atenção, ou lhe é indiferente; falto de razão apurada, falto de precaução: é como o animal silvestre seu companheiro; tudo o que vê pode talvez atrair-lhe a atenção, do que não vê nada lhe importa. Para ser feliz o homem civilizado precisa calcular, e uma aritmética por mais grosseira, e manca que seja, lhe é indispensável: mas o Índio bravo, sem bens e sem dinheiro, nada tem que calcular, e tôdas as ideas abstractas de quantidade e número, sem as quais a razão do homem pouco difere do instinto dos brutos, lhe são desconhecidas.

Mas o homem por mais apático que seja tem contudo que satisfazer suas necessidades físicas, e indispensáveis, e tem que repelir a fôrça pela fôrça: então êle se agita fortemente, e a guerra vem a ser uma necessidade, e um prazer que o arrasta; e daqui nascem ódios inveterados, desejos de vingança, e atrocidades sem freio.

Então o Índio da América parece um homem novo: então a fraqueza, e cobardia que alguns escritores Europeus fazem ingénita dos Índios, desparecem, e uma coragem, e valentia, de que há poucos exemplos na Europa, tomam o seu lugar.

A civilização dos Índios

São pois as paixões, que não podem ser satisfeitas cabalmente sem a reùnião de novos braços, e vontades, as que obrigaram os selvagens a reùnir-se em tais quais aldeias; mas como estas pequenas povoações sem magistrados e às vezes até sem um chefe, ou cacique poderoso, não os obrigavam a formar de tôda a sua energia um centro comum, bem como os raios dispersos da luz se reúnem no foco dos espelhos côncavos, a inteligência, e actividade individual nunca ganhavam extensão e intensidade para que fôssem obrigados a criar governos regulares, que só podem reprimir as injúrias recíprocas dos sócios, e prevenir os futuros males.

Daqui porêm não se deve concluir que seja impossível converter estes bárbaros em homens civilizados: mudadas as circunstâncias, mudam-se os costumes. E com efeito

se dermos uma vista de olhos pelas diferentes raças de Indios, que povoavam o vasto continente do Brasil, quando os Portugueses começaram a freqüentá-lo, vemos que algumas delas deixadas a si mesmas, e sem a comunicação, e exemplo de Nações civilizadas, já tinham feito alguns progressos sociais, quando outras se achavam ainda na maior barbaridade.

À primeira classe pertenciam os Tupinanquins e Potiguares de Pernambuco, Itamaracá, e Paraíba, que eram grandes lavradores, os Carijós da lagoa dos Patos, que já tinham casas bem cobertas e defendidas do frio, e não comiam carne humana, e alguns outros.

Reflitamos igualmente no que fizeram os Jesuítas nas suas missões do Paraguai, e do Brasil, e mais teriam feito se o seu sistema não fôra de os separar da comunicação dos Brancos, e de os governar por uma teocracia absurda e interessada. Em 1732 em as 30 missões dos Guaranis junto às margens do Paraná, e Uruguai viviam já 141.182 almas, e desde 1747 até 1766 foram baptizadas nestas povoações 91.520 pessoas.

Facilidade, e entretanto desastre das missões

A facilidade de os domesticar era tão conhecida dos missionários, que o Padre Nóbrega, segundo refere o Vieira, dizia por experiência, que com música, e harmonia de vozes se atrevia a trazer a si todos os Gentios da América. Os Jesuítas conheceram, que com presentes, promessas, e razões claras e sãs expendidas por homens práticos na sua língua podiam fazer dos Índios bárbaros o que dêles quisessem. Com o Evangelho em uma mão, e com presentes, paciência e bom modo na outra, tudo dêles conseguiam. Com efeito o homem primitivo nem é bom, nem é mau naturalmente, é um mero autómato, cujas molas podem ser postas em acção pelo exemplo, educação e benefícios. Se Catão nascera entre os satrapos da Pérsia, morreria ignorado entre a multidão de vis escravos. Newton se nas-

cera entre os Guaranis seria mais um bípede, que pesara sôbre a superfície da terra; mas um Guarani criado por Newton talvez que ocupasse o seu lugar. Quem ler o diálogo que traz Lery na sua viagem ao Brasil, entre um Francês e um velho Carijó, conhecerá que não falta aos Índios bravos o lume natural da razão.

Não obstante isto crê ainda hoje muita parte dos Portugueses que o Índio só tem figura humana, sem ser capaz de perfectibilidade.

Eu sei que é difícil adquirir a sua confiança, e amor; porque, como já disse, êles nos odeiam, nos temem, e, podendo, nos matam, e devoram. E havemos de desculpá-los; porque com o pretexto de os fazermos Cristãos, lhes temos feito, e fazemos muitas injustiças, e crueldades. Faz horror reflectir na rápida despovoação dêstes miseráveis depois que chegámos ao Brasil; basta notar, como refere o Padre Vieira: que em 1615, em que se conquistou o Maranhão, havia desde a cidade até o Gurupá mais de 500 aldeias de Índios, tôdas numerosas, e algumas delas tanto, que deitavam quatro a cinco mil arcos; mas quando o dito Vieira

chegou em 1652 ao Maranhão já tudo estava consumido e reduzido a mui poucas aldeotas, de tôdas as quais não pôde André Vital de Negreiros ajuntar 800 Índios de armas. Calcula o Padre Vieira que em 30 anos pelas guerras, cativeiros, e moléstias, que lhes trouxeram os Portugueses, eram mortos mais de dois milhões de Indios.

Perseguição aos Índios

Desde D. Sebastião, conheceram os reis de Portugal tôdas as injustiças, e horrores, que com êles praticavam os colonos do Brasil, matando-os, cativando-os e vendendo-os até para mercados estrangeiros; e para favorecerem a liberdade, e pôrem termo às injustiças cometidas legislaram em 1570, 587, 595, 1609, 611, 647, 655, 680 e finalmente em 1755. El-Rei D. Pedro pela lei de 1680 cortou pela raiz os quatro casos de que abusavam os colonos para continuar com a escravidão dos Índios, que ainda permitia a lei de 1655: a saber, que poderiam ser escravos: 1.° os tomados em justa guerra; 2.° quando impedissem a prégação evangélica; 3.° quando presos à corda para serem comidos pelos seus contrários; 4.° quando emfim fôssem tomados em guerra pelos outros Índios.

Parecia que pela lei d'el-Rei D. Pedro

II ficava esta pobre gente para sempre isenta de ser escrava; mas não sucedeu assim, porque nestes últimos tempos, em um século tão alumiado como o nosso, na Côrte do Brasil foram os Botocudos, e Purus do Norte, e os Bugres de Guarapuava convertidos, outra vez, de prisioneiros de guerra, em miseráveis escravos.

El-Rei D. José na sua lei de 7 de Junho do já citado ano de 1755 conheceu que os Índios do Pará e Maranhão desde o descobrimento até então não se tinham multiplicado, e civilizado, antes pelo contrário, tendo descido muitos milhões dêles, se foram sempre extinguindo; e os poucos que restavam viviam em grandíssima miséria, servindo só de afugentar os outros; nascendo daqui o atraso da agricultura, e a falta de braços úteis naquelas Províncias. Desejando êle melhorar a sua sorte fêz publicar o famoso directório com benignas e paternais intenções, porêm sem advertir que el-Rei D. João IV jà na lei de 10 de Novembro de 1647 confessa que os Índios que se davam por administração no Pará e Maranhão em breve morriam de fome e de trabalho, ou fugiam para o mato; e por isso abolira êle

essas administrações, concedendo-lhes liberdade plena de trabalhar com quem bem quisessem e lhes pagasse. Com a administração porêm dos novos directores, ainda quando o directório fôsse bem executado, nunca os Índios poderiam sair da sua perpétua minoridade, obediência fradesca, ignorância, e vileza. ¿Onde estão as escolas que ordenou em cada povoação? ¿Quais teem sido os frutos colhidos de tão frias, porêm mal pensadas, e pior executadas providências? Ou nenhuns, ou de bem pouca monta. Segundo nossas leis, os Índios deviam gozar dos privilégios da raça europeia; mas êste benefício tem sido ilusório, porque a pobreza em que se acham, a ignorância por falta de educação e estímulos, e as vexações contínuas dos Brancos os tornam tão abjectos e desprezíveis como os Negros. Os matos estão cheios de Indios bárbaros, e as aldeias, que deixaram os Jesuítas desapareceram de todo ou estão quási desertas pelo pouco cuidado dos bispos, párocos, governadores, e directores, ao mesmo tempo, que as capitanias do Espírito Santo, Pôrto Seguro, Ilhéus são ainda agora contínuamente infestadas por estes Índios bárbaros.

Outros meios

...Sem novas providências, e estabelecimentos fundados em justiça, e sã política nunca poderemos conseguir a catequização e civilização dêsses Selvagens. É preciso pois imitar, e aperfeiçoar os métodos de que usaram os Jesuítas. Êles por meio de brandura e benefícios aldearam infinidade de Índios bravos, e o que mais é, até os governadores de Goyaz imitando-os fizeram nossos amigos os Acroás, e os Jovais, os indómitos Caiapós, os cruéis Chavantes. E como o conseguiram? Dando liberdade aos prisioneiros, vestindo-os, animando-os, e persuadindo-lhes a que viessem viver debaixo das santas leis do Evangelho. A-pesar-de sua barbaridade, reconheceram êles os obséquios feitos, e não foram insensíveis às atenções com que os tratavam os grandes caciques dos Brancos, como êles chamavam aqueles generais. Os mesmos

Botocudos e Puris, contra quem se declarou últimamente guerra crua, se vão domesticando. Na província da Baía, pelo bom modo com que lhes soube ganhar a vontade um general, vivem os Botocudos em boa paz connosco, ao mesmo tempo, que na Capitania do Espírito Santo fazem-nos dura guerra, a-pesar-das expedições e postos militares.

Tenho pois mostrado pela razão, e pela experiência, que a-pesar-de serem os Índios bravos uma raça de homens inconsiderada, preguiçosa, e em grande parte desagradecida e desumana para connosco, que reputam seus inimigos, são contudo capazes de civilização, logo que se adoptam meios próprios, e que há constância e zêlo verdadeiro na sua execução.

Projecto de catequese

Os meios porêm de que se deve lançar logo mão para a pronta e sucessiva civilização dos Índios, e que a experiência e a razão me tem ensinado, eu os vou propor aos Representantes da Nação; e são os seguintes:

1.° *Justiça,* não esbulhando mais os Índios, pela fôrça, das terras que ainda lhes restam, e de que são legítimos senhores, pois Deus lhas deu; mas antes comprando-lhas como praticaram, e ainda praticam os Estados Unidos da América.

2.° *Brandura, constância, e sofrimento de nossa parte,* que nos cumpre como a usurpadores e cristãos. Imitemos o missionário Aspilcueta, que ia buscar os Índios desta Província aos matos, e esperava-os quando vinham da caça para lhes dar as

boas vindas, representava-lhes todos os incómodos, que sofria por êles: e quando os via descansados e atentos começava a prègar-lhes então nossa santa Fé, imitando as maneiras e tregeitos de seus *Pagés,* ou feiticeiros.

3.º *Abrir comércio com os bárbaros,* ainda que seja com perda da nossa parte, recebendo em troca os géneros de seus matos e pequena indústria; e levando-lhes canquilharia de ferro e latão, espelhos, miçangas, facas, machados, tesouras, pregos, anzóis, tabaco, vinhos doces e brandos, açúcar, carapuças, e barretes vermelhos, galões falsos, fitas, lenços de côres subidas ou listados, mantas, cães de caça, etc.

4.º *Procurar com dádivas e admoestações* fazer pazes com os Índios inimigos, debaixo das condições seguintes, quais as que o governador Mem de Sá estabeleceu em 1558: 1.º que não comam carne humana, nem mutilem os inimigos mortos; 2.º que não façam guerra aos outros Índios sem consentimento do Govêrno Brasileiro; 3.º que se estabeleça um govêrno digno, um comércio

recíproco entre êles e nós, para que comecem também a conhecer o meu e o teu, abrogando-se o uso indistinto dos bens e produtos da sua pequena indústria.

5.º *Favorecer por todos os meios possíveis* os matrimónios entre Índios e brancos e mulatos, que então se deverão estabelecer nas aldeias, havendo cuidado porêm de evitar, que pelo seu trato e maus costumes não arruínem os mesmos Índios; proìbindo-se que não possam por ora comprar suas terras de lavoura, sem consentimento do pároco e maioral da aldeia, e determinando-se nos postos civis e militares da aldeia haja pelo menos igualdade entre ambas as raças.

6.º Será muito conveniente, que por meios indirectos se procure introduzir para caciques das nações ainda não aldeadas alguns brasileiros de bom juízo e comportamento, que saibam corresponder aos fins políticos desta escolha, e nomeação.

7.º Criar para a catequização dos Índios um colégio de missionários, cuja organização religiosa seja pouco mais ou menos

como a dos padres da congregação de São Filipe Néri, os quais alêm da probidade e zêlo pelo Cristianismo, devem instruir-se pelo menos na língua geral Guarani, e se possível fôr tambêm nas particulares das raças numerosas; e nos usos e costumes dos mesmos Índios bravos; pois foi ignorância crassa, para não dizer brutalidade, querer domesticar e civilizar Índios à fôrça de armas, e com soldados e oficiais pela maior parte sem juízo, prudência, e moralidade.

8.º Para atraír missionários virtuosos, instruídos e prudentes, será preciso assinar-lhes rendas próprias e os privilégios necessários: dêles saìrão os párocos para as novas aldeias, que terão não só tôda a jurisdição eclesiástica, mas a de polícia civil, que exercerão de acôrdo com as justiças locais.

9.º Os missionários que se destinam para feitores párocos, antes que vão presidir as novas aldeias, deverão morar por algum tempo com outro missionário já prático no govêrno e direcção dos Índios.

10.º Para que estes missionários sejam respeitados pelos Índios, e possam coìbir prontamente os tumultos e desordens que estes fizerem depois de aldeados, estabelecer-se hão nas distâncias necessárias e adequadas pequenos presídios militares, cujos comandantes obrarão de acôrdo com os mesmos missionários, e lhes darão todo o favor e auxílio requerido.

11.º Estes presídios serão formados de 20 até 60 homens de guarnição com duas ou três peças de pequeno calibre, e se o exigirem as circunstâncias locais, poderão também estes destacamentos ter alguns soldados de cavalo.

12.º As bandeiras que devem sair a buscar Índios bravos dos matos e campos para serem aldeados, serão de homens escolhidos e honrados, que levem na sua companhia como línguas, Índios mansos, e um missionário para os persuadir e catequizar com presentes, promessas e bom modo. Destas primeiras aldeias deverão sair progressivamente Índios mansos; que com alguns sertanistas e um missionário, se necessário fôr,

vão contínuamente ao mato buscar novos colonos, ou para aumentar as aldeias já estabelecidas, ou para formar com outros já mansos outras novas: pois o exemplo e trato de seus naturais já aldeados os convencerão a procurar e desejar a nova segurança e abundância em que estes vivem.

13.º Estes bandeiristas que forem fazer pazes com os Índios, e trazê-los para as novas aldeias, não se devem confiar cegamente nas promessas e sinais de amizade que lhes mostrarem os Índios bravos, mormente se tiverem sido nossos inimigos, porque muitas vezes, por falta de cautela, tem sido vítima a nossa gente das falsas aparências dos gentios; e bom será, segundo as circunstâncias, nem comam do que êles lhes apresentarem, porque já tem sucedido serem comidas envenenadas.

14.º Como cumpre excitar-lhes a curiosidade, e dar-lhes altas ideas do nosso poder, sabedoria e riqueza, será conveniente que o missionário leve uma máquina eléctrica com os aparelhos precisos, para na sua presença

fazer as experiências mais curiosas e belas da electricidade, e igualmente fósforos e gás inflamável para o mesmo fim.

15.º Na aldeação dos Índios não forçarão os missionários a que os velhos e adultos deixem logo os seus erros e maus costumes; porque é trabalho baldado querer de repente mudar abusos inveterados de homens velhos e ignorantes, ou obrigá-los a trabalhos seguidos e penosos; por isso se esmerarão principalmente em ganhar a mocidade com bom modo e tratamento, instruindo-a na moral de Jesus Cristo, na língua portuguesa, em ler, escrever, e contar, vestindo-os e sustentando-os, quando os seus pais forem negligentes, ou mesquinhos. Quanto aos adultos porêm, antes dos dogmas e mistérios da religião convirá, que primeiro se lhes ensinem com a maior clareza possível os primeiros princípios da moral cristã; v.g. o amor do próximo, a compaixão pelos males alheios, e a caridade e beneficência recíproca; que se lhes expliquem bem as vantagens que vão tirar do seu novo modo de vida; e o interêsse e amizade que tem para com êles o Govêrno Bra-

sileiro: partindo-se do princípio incontestável que se deve permitir o que se não pode evitar. E' de crer então que quando os velhos se não queiram alistar debaixo das bandeiras do Evangelho, de certo verão com gôsto entrar no seio da Igreja a seus filhos e netos. Também é uma verdade de facto, que um dos melhores meios para atrair os Índios bravos ao seio da Igreja, é procurar ganhar-lhes a amizade e confiança, cuidando primeiro nos seus bens temporais e físicos, para depois os ir atraindo à nossa santa Fé com o andar do tempo.

16.° Antes porêm de se trazerem os Índios das matas para se aldearem, deve-se d'antemão ter feito tôdas as plantações, e roças necessárias para sustento pelo menos de seis primeiros meses: igualmente deve-se ter levantado os ranchos precisos para que as famílias tenham onde logo se possam recolher.

17.° Haverá igualmente cuidado em não trazer os Índios do mato pelo meio de nossas povoações para se evitarem os roubos e desordens, que costuma cometer uma multidão de homens, mulheres e crianças pela

mor parte inconsiderada e sem freio; e devem as justiças das terras, e lavradores vizinhos concorrer com todos os mantimentos necessários aos lugares mais adequados da estrada por onde devem transitar, para que não sofram incómodos e fomes, antes façam grande conceito da fartura em que vivemos, e a que êles podem chegar.

18.° Quando entrarem os Índios nas suas novas aldeias, devem ser recebidos com todo o aparato e festas, para que formem logo grande idea do nosso poder, riqueza, e amizade.

19.° Procurarão os missionários substituir aos seus folguedos e vinhos funções aparatosas da Igreja, com músicas de boas vozes, e jogos gimnásticos, em que principalmente os rapazes ou catecúmenos se entretenham e criem emulação. Por êste meio também se conseguirá, que os pais folguem de ver seus filhos adiantados, e premiados, por suas boas acções e comportamento; e com estas funções e jogos se divertirão e instruìrão ao mesmo tempo, sem constrangimento da nossa parte.

20.° Nas grandes aldeias centrais, além do ensino de ler, escrever, e contar, e catecismo, se levantarão escolas práticas de artes e ofícios, em que irão aprender os Índios, dali, e das outras aldeias pequenas e até os brancos e mestiços das povoações vizinhas, que depois serão distribuídos pelos lugares em que houver falta de oficiais, concedendo-lhes a isenção de serviço na tropa paga.

21.° No estabelecimento das novas aldeias haverá o cuidado: 1.° de não fazer passar Índios de mato virgem para campinas, e vice-versa, os de morros para planícies úmidas; porque a súbita mudança de habitação e clima aumenta a sua mortalidade; 2.° que se escolha lugar sàdio, fértil, e longe das grandes vilas para que lhes não inoculemos logo todos os nossos vícios e moléstias; 3.° que os missionários tenham todo o disvêlo em os ir acostumando pouco a pouco a sustento mais sàdio, e nutritivo que o seu, procurando ao mesmo tempo introduzir maior asseio e luxo de vestido e ornato de suas casas; 4.° que as nossas aldeias das raças menos preguiçosas e mais capazes dos trabalhos da lavoura não se estabeleçam

em País de muita caça, ou peixe, para que os nossos colonos não se entreguem sómente nas mãos da natureza, antes pelo contrário sejam forçados a ganhar e segurar o seu sustento à custa dos seus trabalhos rústicos.

22.º Se possível fôr, convêm que as novas aldeias sejam numerosas, ainda que menos chegadas umas às outras, para maior segurança das mesmas, e para aumento dos braços empregados na agricultura e indústria.

23.º Os missionários velarão em que se não introduza o uso da cachaça nas novas aldeias, proìbindo tavernas, e devendo êles sómente distribuir aguardente, quando preciso fôr, aos enfermos, ou aos que se empregam em trabalhos duros e penosos. Procurarão igualmente aperfeiçoar segundo os processos químicos os vinhos do país, não lhes consentindo porêm nas suas festas, e folguedos suas acostumadas bebidas.

24.º Como os Índios, pela sua natural indolência e inconstância não são muito próprios para os trabalhos aturados da agricul-

tura, haverá para com êles nesta parte alguma paciência e contemplação; e será mais útil a princípio ir empregando em tropeiros, pescadores, pedestres, piões, e guardas de gado, aos que forem mais frouxos e desleixados; como igualmente em abrir valas, derrubar matos, transportar madeiras dos montes aos rios e estradas, e abrir picadas pelo sertão para que o são muito próprios, ou também ensinando-lhes aqueles ofícios para os quais tiverem mais habilidade e jeito.

25.° Concorrerá muito para acostumar os Índios à lavoura, que o missionário por todos os modos possíveis introduza o uso do arado e dos outros instrumentos rústicos europeus, para que dêste modo lhe fiquem mais suaves os trabalhos da agricultura, e se não julguem aviltados e igualados aos negros, puxando pela enxada. E talvez com o exemplo dos Índios os Brancos das povoações vizinhas, ou que se forem estabelecer nas aldeias, os imitem e percam falsos pundonores.

26.° Informar-se há o missionário dos meios com que deve contar para a subsistên-

cia da sua aldeia, ou seja em produtos da caça e pesca, ou em lavoura, para assim poder prevenir qualquer fome futura. Para isto é muito conveniente que nos anos férteis faça uma reserva de farinha, milho e feijão, que se conservará em celeiro para os anos da escassez.

27.° Igualmente convirá que as roças e lavouras, que se houverem de fazer anualmente, para que não falte o sustento aos mesmos Índios, sejam em grandeza quási dobrada do que exige o seu sustento anual para que haja sempre um excesso que se guarde nos celeiros apontados.

28.° Também será conveniente formar-se em cada aldeia uma caixa pia de economia, onde cada família entre com a pequena parte dos jornais ou ganhos que tiver, e êste dinheiro será pôsto a render ou no Banco da Província, ou nas mãos de particulares honrados e abonados, debaixo de tôda a segurança. Para esta caixa pia entrará também parte do dízimo da produção das terras, depois de passados seis anos livres, e o dízimo será o único tributo que paguem durante os 12 anos que se seguirem.

29.° Aos Índios bravos mais activos que se vierem aldear se darão as ferramentas necessárias para a lavoura, como enxadas, machados, fouces, e aos mansos, que tiverem disposições para artes e ofícios, os instrumentos precisos, cuidando que não levem descaminho, antes se conservem em bom estado.

30.° Nas aldeias, procurará o missionário não só fazer plantar os géneros comestíveis de primeira necessidade, mas igualmente os que podem servir ao comércio, como o algodão, tabaco, mamona, e mandubi para azeite, café, linho e cânhamo para panos e cordoaria, segundo o clima, e natureza do terreno.

31.° Igualmente animará a criação do gado vacum, cavalar, porcos, carneiros, e cabras que alêm de lhes ministrarem alimento mais abundante e nutritivo, podem com o andar do tempo ser vendidos para fora. Para o que se lhes dará o exemplo criando-os êle mesmo, e aproveitando todo o produto do dito gado: será tambêm conveniente que dê a princípio do leite das suas

vacas às crianças, para que as mães conheçam as utilidades da sua multiplicação e conservação até para a criação de seus filhos; e aos adultos fará presente de alguns queijos e manteiga a que os irá acostumando. Explicar-lhes há com razões sãs e claras os proveitos que podem, e devem tirar do seu gado, não só para o melhor e mais certo sustento, mas tambêm para comércio, como disse. Dêste modo diminuìrá a dieta vegetal, e pouco própria à gente de trabalho, e com o mesmo fim, em vez de farinha de pau, e de milho, que são pouco digeríveis e sàdias, se introduzirá o uso de pão de milho ou de mistura com farinha de arroz, de batatas, e carás, ou com trigo e centeio; pelo menos o uso do fubá ou farinha de milho não fermentada para polenta, ou angú, ou para cuscuz, pão de que usam geralmente os Árabes e Negros da Costa da África, e que é muito nutritivo e sàdio.

32.º Aos que mostrarem desejos sinceros de criar alguns dêstes gados lhes ministrará o missionário as cabeças necessárias, contanto-que primeiro façam currais e potreiros com ranchos secos para se abrigarem

de noite das feras e das injúrias do tempo. Ensinar-lhes há a tosar a lã das ovelhas, a mungir o leite, e a tirar partido de tôda a sua criação.

33.º Alêm dêstes meios, procurará por todos os outros possíveis, excitar-lhes desejos fortes de novos gozos e comodidade da vida social, tratando por esta razão com mais consideração e respeito aqueles Índios, que procurem vestir-se melhor, e ter suas casas mais cómodas e asseadas; e de entre estes se escolherão os maiorais, e camaristas da aldeia. Aos que forem desleixados e mal asseados, o pároco como o maioral da aldeia castigará policialmente, ou lhes imporá certa coima pecuniária, que entrará para a caixa pia de economia da aldeia.

34.º Como sucede muitas vezes que as Índias dão leite a seus filhos por seis e sete anos, cuja lactação prolongada, alêm de fazer frouxas e pouco sàdias as crianças, tem tambêm o inconveniente de diminuir a procriação por todo o tempo da lactação, o missionário vigiará que as crianças não mamem por mais de dois anos, quando muito.

35.º Como as bexigas são o maior flagelo dos Índios bravos, os missionários deverão ser instruídos na vacinação, inoculando todos os Índios que se forem aldeando; e cuidarão em vedar tôda a introdução de bexigas naturais nas aldeias; e no caso que estas se manifestem, se deverão separar os bexiguentos para uma casa de enfermaria arredada da aldeia, em sítio próprio e sàdio, onde os doentes sejam tratados por pessoas já vacinadas. O mesmo cuidado haverá em evitar tôdas as moléstias contagiosas, mormente as de pele como sarnas, mal de S. Lázaro, etc.

36.º Procurarão os missionários estabelecer relações entre as diferentes aldeias de Índios e povoações de brancos, não só para se socorrerem mútuamente em caso de desordens e levantamentos, mas igualmente para a saca de géneros comestíveis e outros, de umas povoações para outras, assim para comércio, como em caso de carestia, ou escassez de víveres. Êste objecto deve ser muito recomendado aos governos provinciais, que o devem promover até com sacrifícios do Tesouro Público.

37.° Será útil para promover as compras e vendas entre os Índios e os Brancos, que haja nas aldeias dias certos e determinados de mercados ou feiras, as quais serão vigiadas pelo maioral e pároco, para se evitar que os Índios ainda buçais não sejam enganados pelos Brancos nas suas compras e vendas. Não convêm outro-sim que nas aldeias novas haja comunicações desregradas entre a nossa gente e os Índios, donde nascem mil abusos e imoralidades. Se os nossos a-pesar-da polícia enganarem aos Índios, e lhes prejudicarem com lesão enorme, o pároco e maioral depois de tomarem conhecimento sumário e verbal do caso, suspenderão semelhantes contratos, e darão parte às Justiças das terras donde forem os enganadores para que pelos meios legais procedam no que fôr de justiça.

38.° Quando estes Índios contratarem com a nossa gente para lhes darem tantos dias de trabalho por certo jornal ou vestuário, para ser válido êste ajuste deve ser com aprovação do pároco e maioral da aldeia, do que se passará por escrito contrato, para que se possam obrigar as partes a seu pleno

cumprimento: e será bom outro-sim, que semelhantes contratos sejam por limitado tempo, fazendo-lhes conhecer os males a que ficam expostos na sua longa ausência suas mulheres e filhos, e quanto lhes será melhor plantarem e colherem êles mesmos para si do que para outros.

39.° Nas aldeias, em cuja vizinhança houver animais ferozes ou formigas daninhas se estabelecerá um prémio pecuniário para qualquer que matar um dêsses animais ferozes, ou tirar um formigueiro.

40.° Como em tôdas as sociedades não possa haver felicidade e progressos, sem que a indústria seja animada, e recompensada, e os crimes castigados e prevenidos, os missionários e justiças vizinhas vigiarão e se darão as mãos para que os crimes e desordens dos Índios não fiquem impunes, e logo que o maioral e missionário da aldeia precisar para prender o culpado de ajuda e socorro, recorrerá aos comandantes dos Presídios, ou às Justiças vizinhas, tendo-lhes formado culpa sumária.

41.° Quando as necessidades públicas exigirem o emprêgo de braços indianos, estes serão entregues a quem tiver direito da requisição, procedendo-se por turnos, segundo as listas exactas que deve haver na aldeia, regulando-se com justiça o tempo dos seus serviços e seus jornais para lhes ser indefectívelmente pagos.

42.° O missionário ou pároco de qualquer aldeia nova deverá fazer uma lista nominal, por famílias e idades, de todos os Índios ali estabelecidos, notando nela o seu carácter e a sua indústria e aptidão, e esta lista irá aumentando à proporção que fôr crescendo a aldeia com novos colonos. Nestas listas se declararão as quantidades, e qualidades das terras cultivadas por cada família, como igualmente se notarão tôdas as obras de indústria fabril de cada uma das mesmas famílias. No fim de cada ano se remeterá uma tabela exacta ao Tribunal Provincial encarregado, como diremos, do govêrno de tôdas as missões e aldeias de Índios da Província.

43.° Debalde se mandarão executar estas e outras disposições se não houver um

corpo ou Tribunal Superior, que vigie sôbre a administração assim eclesiástica como civil de tôdas as aldeias de cada Província: portanto em cada uma delas, em que houver Índios bravos que catequizar e civilizar, haverá um tribunal conservador dos Índios composto do Presidente do Govêrno Provincial, do Bispo, do Magistrado Civil de maior alçada da Capital, de um secretário, e dos oficiais papelistas necessários, que serão pagos pela Caixa geral do produto das rendas das terras vagas, e de outros réditos extraordinários que nela deverem entrar.

44.° Êste Tribunal terá a seu cargo: 1.° receber as contas e participações do estado de cada uma das aldeias, que serão remetidas e assinadas pelo pároco e maioral da aldeia com as listas nominais de que fala o § 42.° 2.° Ouvirá e responderá as representações dos mesmos missionários e maiorais, e das justiças territoriais em negócios concernentes aos Índios e aldeias. 3.° Despachará todos os requerimentos das partes queixosas que a êle recorrerem. 4.° Protegerá os Índios contra as vèxações das justiças territoriais e capitães-mores. 5.° Dará

tôdas as providências necessárias e novas que requerer o aumento da civilização dos mesmos Índios. 6.° Procurará com o andar do tempo, e nas aldeias já civilizadas, introduzir brancos e mulatos morigerados para misturar as raças, ligar os interêsses recíprocos dos Índios com a nossa gente, e fazer dèles todos um só corpo da Nação, mais forte, instruída, e empreendedora, e destas aldeias assim amalgamadas irá convertendo algumas em Vilas como ordena a Lei já citada de 1755. 7.° Para que os Índios bravos que se vem aldear por qualquer motivo insignificante ou capricho não abalem outra vez para o mato, e achem nêle esconderijos, procurará por todos os meios possíveis que êste plano de civilização seja geral e simultâneo por tôda a Província quando menos, ordenando entradas contínuas de bandeiras, que explorem os matos e campos, pacifiquem as nações nossas inimigas e contínuamente tragam Índios bravos para as novas povoações. 8.° Para estirpar a apatia habitual dos Índios e influir-lhes novos brios, mandará formar companhias cívicas com fardamento acomodado ao clima e costumes dos mesmos Índios, que nos dias

santos façam os seus exercícios no pátio da aldeia, e se vão assim acostumando à subordinação militar, e sirvam para polícia das mesmas aldeias e distritos. 9.° Cuidará quanto antes, que os rapazes Índios que tiverem mostrado mais talentos, e instrução nas escolas menores das aldeias, venham freqùentar as aulas de latim, e outras de gimnásio, de sciências úteis, que deve haver em cada capital das províncias, os quais serão sustentados como pensionários do Estado. 10.° Dos que tiverem mais progressos nas aulas, e tiverem mostrado melhor comportamento, escolherá os maiorais e chefes militares, não só para as aldeias dos Índios, mas também com o andar do tempo para as povoações brasileiras, tendo-se muito em vista favorecer em iguais circunstâncias os de origem indiana, para se acabarem de uma vez preocupações anti-sociais e injustas. 11.° Igualmente fará ordenar de entre os alunos os que tiverem mais vocação para o estado eclesiástico, que entrarão no colégio ou congregação dos missionários, e em outros benefícios da Igreja. 12.° Finalmente todos os anos remeterá uma conta circunstanciada do estado eclesiástico e

económico de tôdas as aldeias da Província, e requererá, se preciso fôr, novas modificações ou ampliações ao Regimento geral para a catequização e civilização dos Índios, que deve quanto antes formar o Poder Legislativo.

Tenho apontado todos os meios que me parecem mais convenientes e adoptados para a civilização e prosperidade futura dos miseráveis Índios, para que tanto devemos concorrer, até por utilidade nossa, como cidadãos, e como cristãos. Permita o Céu que estes meus toscos, e rápidos apontamentos possam ser aproveitados, corrigidos, e emendados pela sabedoria da Assembleia Geral Constituinte, como ardentemente desejo.

(*Apontamentos para a civilização dos Índios bravos do Império do Brasil* — Rio de Janeiro 1 de Junho de 1823 — 12 pags.)

À escravidão e a formação nacional

... Deus me anima para ousar levantar a minha fraca voz no meio desta Augusta Assembleia a favor da causa da Justiça, e ainda da sã Política, a causa mais nobre e santa, que pode animar corações generosos e humanos. Legisladores, não temais os urros do sórdido interêsse; cumpre progredir sem pavor na carreira da justiça e da regeneração política; mas todavia cumpre que sejamos precavidos e prudentes. Se o antigo despotismo foi insensível a tudo, assim lhe convinha ser por utilidade própria: queria que fôssemos um povo mesclado e heterogéneo, sem nacionalidade, e sem irmandade, para melhor nos escravizar. Graças aos Céus, e à nossa posição geográfica, já somos um povo livre e independente.

¿Mas como poderá haver uma Constituição liberal e duradoura em um país contínuamente habitado por uma multidão imensa

de escravos brutais e inimigos? Comecemos, pois, desde já, esta grande obra, pela expiação de nossos crimes e pecados velhos. Sim, não se trata sómente de sermos justos, devemos também ser penitentes; devemos mostrar à face de Deus e dos outros homens, que nos arrependemos de tudo o que nesta parte temos obrado há séculos contra a justiça e contra a religião, que nos bradam acordes *que não façamos aos outros o que queremos que não nos façam a nós*. É preciso pois que cessem de uma vez os roubos, incêndios, e guerras que fomentamos entre os selvagens de África. É preciso que não venham mais a nossos portos milhares e milhares de negros, que morriam abafados no porão de nossos navios, mais apinhados que fardos de fazenda. E' preciso que cessem de uma vez tôdas essas mortes e martírios sem conto, com que flagelávamos e flagelamos ainda êsses desgraçados em nosso próprio território. É tempo pois, e mais que tempo, que acabemos com um tráfico tão bárbaro e carniceiro; é tempo tambêm que vamos acabando gradualmente até os últimos vestígios da escravidão entre nós, para que venhamos a formar em pou-

cas gerações uma Nação homogénea, sem o que nunca seremos verdadeiramente livres, respeitáveis e felizes. É da maior necessidade ir acabando tanta heterogeneidade física e civil; cuidemos desde já em combinar sábiamente tantos elementos discordes e contrários, e em *amalgamar* tantos metais diversos, para que saia um *Todo* homogéneo e compacto, que se não esfarele ao pequeno toque de qualquer nova convulsão política. ¿Mas que sciência química, e que destreza não são precisas aos operadores de tão grande e difícil manipulação? Sejamos pois sábios e prudentes, porêm constantes sempre.

Culpa dos Portugueses, que havemos de expiar

... Nação nenhuma talvez pecou mais contra a humanidade do que a Portuguesa de que fazíamos outrora parte. Andou sempre devastando não só as terras da África e da Ásia, como disse Camões, mas igualmente as do nosso País. Foram os Portugueses os primeiros que, desde o tempo do Infante D. Henrique, fizeram um ramo de comércio legal de prear homens livres, e vendê-los como escravos nos mercados europeus e americanos. ¡Ainda hoje perto de quarenta mil criaturas humanas são anualmente arrancadas de África, privadas de seus lares, de seus pais, filhos e irmãos, transportadas às nossas regiões, sem a menor esperança de respirarem outra vez os pátrios ares, e destinadas a trabalhar tôda a vida debaixo do açoite cruel de seus senhores, elas, seus filhos e os filhos de seus filhos para todo o sempre!

Se os negros são homens como nós, e não formam uma espécie de brutos animais; se sentem e pensam como nós, ¿que quadro de dor e de miséria não apresentam êles à imaginação de qualquer homem sensível e cristão? Se os gemidos de um bruto nos condoem, é impossível que deixemos de sentir também certa dor simpática com as desgraças e misérias dos escravos; mas tal é o efeito do costume, e a voz da cobiça, que vêem homens correr lágrimas de outros homens, sem que estas lhes espremam dos olhos uma só gota de compaixão e de ternura. Mas a cobiça não sente nem discorre como a razão e a humanidade. Para lavar-se pois das acusações que merecia lançou sempre mão, e ainda agora lança de mil motivos capciosos, com que pretende fazer a sua apologia: diz que é um acto de caridade trazer escravos de África, porque assim escapam êsses desgraçados de serem vítimas de despóticos régulos: diz igualmente que, se não viessem êsses escravos, ficariam privados da luz do Evangelho, que todo o cristão deve promover, e espalhar: diz, que êsses infelizes mudam de um clima e país ardente e horrível para outro doce,

fértil e ameno; diz por fim, que devendo os criminosos e prisioneiros de guerra serem mortos imediatamente pelos seus bárbaros costumes, é um favor, que se lhes faz, comprá-los, para lhes conservar a vida, ainda que seja em cativeiro.

Homens perversos e insensatos! Tôdas essas razões apontadas valeriam alguma cousa, se vós fôsseis buscar negros à Africa para lhes dar liberdade no Brasil, e estabelecê-los como colonos; mas perpetuar a escravidão, fazer êsses desgraçados mais infelizes do que seriam, se alguns fôssem mortos pela espada da injustiça, e até dar asos certos para que se perpetuem tais horrores, é de-certo um atentado manifesto contra as leis eternas da justiça e da religião. ¿E porque continuarão e continuam a ser escravos os filhos dêsses africanos? Cometeram êles crimes? Foram apanhados em guerra? ¿Mudaram de clima mau para outro melhor? ¿Saíram das trevas do paganismo para a luz do Evangelho? Não por certo, e todavia seus filhos, e filhos dêsses filhos devem, segundo vós, ser desgraçados para todo o sempre. Fala pois contra nós a justiça e a religião, e só vos podeis escorar no bárbaro

direito público das antigas nações, e principalmente na farragem das chamadas leis romanas: com efeito, os apologistas da escravidão escudam-se com os Gregos, e Romanos, sem advertirem que entre os Gregos e Romanos não estavam ainda bem desenvolvidos e demonstrados os princípios eternos do direito natural, e os divinos preceitos da religião; e todavia como os escravos de então eram da mesma côr e origem dos senhores, e igualmente tinham a mesma, ou quási igual civilização que a de seus amos, sua indústria, bom comportamento, e talentos os habilitavam fácilmente a merecer o amor de seus senhores, e a consideração dos outros homens; o que de nenhum modo pode acontecer em regra aos selvagens africanos.

Se ao menos os senhores de negros no Brasil tratassem êsses miseráveis com mais humanidade, eu certamente não escusaria, mas ao menos me condoeria da sua cegueira e injustiça; porêm o habitante livre do Brasil, e mormente o europeu, é não só, pela maior parte, surdo às vozes da justiça, e aos sentimentos do Evangelho, mas até é cego a seus próprios interêsses pecuniários, e à felicidade doméstica da família.

Com efeito, imensos cabedais saem anualmente dêste Império para a África; e imensos cabedais se amortizam dentro dêste vasto país, pela compra de escravos, que morrem, adoecem, e se inutilizam, e demais pouco trabalham. ¿Que luxo inútil de escravatura também não apresentam nossas vilas e cidades, que sem êle poderiam limitar-se a poucos e necessários criados? ¿Que educação podem ter as famílias, que se servem dêstes entes infelizes, sem honra nem religião? ¿de escravas, que se prostituem ao primeiro que as procura? Tudo porêm se compensa nesta vida; nós tiranizamos os escravos, e os reduzimos a brutos animais, e êles nos inoculam tôda a sua imoralidade, e todos os seus vícios.

A escravidão, mãe da indolência e do vício

As famílias não teem educação, nem a podem ter com o tráfico de escravos, nada as pode habituar a conhecer e amar a virtude, e a religião. Riquezas e mais riquezas gritam os nossos pseudo-estadistas, os nossos compradores e vendedores de carne humana; os nossos sabujos eclesiásticos; os nossos magistrados, se é que se pode dar um tão honroso título a almas, pela mor parte, venais, que só empunham a vara da justiça, para oprimir desgraçados, que não podem satisfazer á sua cobiça, ou melhorar a sua sorte. ¿E então, senhores, como podem regular a justiça e a virtude, e florecer os bons costumes entre nós? Senhores, quando me emprego nestas tristes considerações, quási que perco de todo as esperanças de ver o nosso Brasil um dia regenerado e feliz, pois que se me antolha, que a ordem das vicissitudes humanas está de

todo invertida no Brasil. O luxo e a corrupção nasceram entre nós antes da civilização e da indústria; ¿e qual será a causa principal de um fenómeno tão espantoso? A escravidão, senhores, a escravidão, porque o homem, que conta com os jornais de seus escravos, vive na indolência, e a indolência traz todos os vícios após si.

Males económicos da escravidão

... A introdução de novos Africanos no Brasil não aumenta a nossa população, e só serve de obstar à nossa indústria. Para provar a primeira tese bastará ver com atenção o censo de cinco ou seis anos passados, e ver-se há que a-pesar-de entrarem no Brasil, como já disse, perto de quarenta mil escravos anualmente, o aumento desta classe é ou nulo, ou de mui pouca monta: quási tudo morre ou de miséria, ou de desesperação e todavia custaram imensos cabedais, que se perderam para sempre, e que nem sequer pagaram o juro do dinheiro empregado.

Para provar a segunda tese, que a escravatura deve obstar à nossa indústria, basta lembrar, que os senhores, que possuem escravos, vivem, em grandíssima parte, na inércia, pois não se vêem precisados pela fome ou pobreza a aperfeiçoar sua indústria, ou melhorar sua lavoura. Demais, continuando

a escravatura a ser empregada exclusivamente na agricultura, e nas artes, ainda quando os estrangeiros pobres venham estabelecer-se no país, em pouco tempo, como mostra a experiência, deixam de trabalhar na terra com seus próprios braços e logo que podem ter dois ou três escravos, entregam-se à vadiação e desleixo, pelos caprichos de um falso pundonor. As artes não se melhoram: as máquinas, que poupam braços, pela abundância extrema de escravos nas povoações grandes, são desprezadas. Causa raiva, ou riso ver vinte escravos ocupados em transportar vinte sacos de açúcar, que podiam conduzir uma ou duas carretas bem construídas com dois bois ou duas bêstas muares.

A lavoura do Brasil, feita por escravos buçais e preguiçosos, não dá os lucros, com que homens ignorantes e fantásticos se iludem. Se calcularmos o custo actual da aquisição do terreno, os capitais empregados nos escravos que o devem cultivar, o valor dos instrumentos rurais com que deve trabalhar cada um dêstes escravos (1), sustento e ves-

(1) Por ex. 20 escravos de trabalho necessitam de 20 enxadas, que tôdas se poupariam com um só arado.

tuário, moléstias reais e afectadas, e seu curativo, as mortes numerosas, filhas do mau tratamento e da desesperação, as repetidas fugidas aos matos, e quilombos, claro fica que o lucro da lavoura deve ser mui pequeno no Brasil, ainda a-pesar-da prodigiosa fertilidade de suas terras, como mostra a experiência.

No Brasil a renda dos prédios rústicos não depende da extensão e valor do terreno, nem dos braços que o cultivam, mas sim da mera indústria e inteligência do lavrador. Um senhor de terras é de facto pobríssimo, se pela sua ignorância ou desmazêlo não sabe tirar proveito da fertilidade de sua terra, e dos braços que nela emprega. Eu desejara, para bem seu, que os possuìdores de grande escravatura conhecessem, que a proìbição do tráfico de carne humana os fará mais ricos; porque seus escravos actuais virão a ter então maior valor, e serão por interêsse seu mais bem tratados; os senhores promoverão então os casamentos, e estes a população. Os forros aumentados, para ganharem a vida, aforarão pequenas porções de terras descobertas ou taperas, que hoje nada valem. Os bens rurais serão estáveis, e a renda da terra não se confundirá com a do trabalho e indústria individual.

Não são só estes males particulares que traz consigo a grande escravatura no Brasil, o Estado é ainda mais prejudicado. Se os senhores de terras não tivessem uma multidão demasiada de escravos, êles mesmos aproveitariam terras já abertas e livres de matos, que hoje jazem abandonadas como maninhas. Nossas matas preciosas em madeiras de construção civil e náutica não seriam destruídas pelo machado assassino do negro, e pelas chamas devastadoras da ignorância. Os cumes de nossas serras, fonte perene de umidade e fertilidade para as terras báixas, e de circulação eléctrica, não estariam escalvados e tostados pelos ardentes estios do nosso clima. E', pois, evidente, que se a agricultura se fizer com os braços livres dos pequenos proprietários, ou por jornaleiros, por necessidade e interêsse serão aproveitadas essas terras, mormente nas vizinhanças das grandes povoações, onde se acha sempre um mercado certo, pronto e proveitoso, e dêste modo se conservarão, como herança sagrada para nossa posteridade, as antigas matas virgens, que pela sua vastidão e frondosidade caracterizam o nosso belo país.

Depois de abolido o tráfico, a emancipação gradativa

... Êste comércio de carne humana é um cancro que rói as entranhas do Brasil, comércio porêm, que hoje em dia já não é preciso para aumento da sua agricultura e povoação, uma vez que, por sábios regulamentos, não se consinta a vadiação dos brancos, e outros cidadãos mesclados e a dos forros; uma vez que os muitos escravos, que já temos, possam, às abas de um govêrno justo, propagar livre e naturalmente com as outras classes, uma vez que possam bem criar e sustentar seus filhos, tratando-se esta desgraçada raça africana com maior cristandade, até por interêsse próprio; uma vez que se cuide emfim na emancipação gradual da escravatura, e se convertam brutos imorais em cidadãos úteis, activos e morigerados.

Acabe-se pois de uma vez o infame tráfico

da escravatura africana; mas com isto não está tudo feito: é tambêm preciso cuidar sèriamente em melhorar a sorte dos escravos existentes, e tais cuidados são já um passo dado para a sua futura emancipação.

As leis devem prescrever estes meios, se é que elas reconhecem, que os escravos são homens feitos à imagem de Deus. E se as leis os consideram como objectos de legislação penal, ¿ porque o não serão tambêm da protecção civil?

Torno a dizer porêm que eu não desejo ver abolida de repente a escravidão; tal acontecimento traria consigo grandes males. Para emancipar escravos sem prejuízo da sociedade, cumpre fazê-los primeiramente dignos da liberdade: cumpre que sejamos forçados pela razão e pela lei a convertê-los gradualmente de vis escravos em homens livres e activos. Então os moradores dêste Império, de cruéis que são em grande parte neste ponto, se tornarão cristãos e justos, e ganharão muito pelo andar do tempo, pondo em livre circulação cabedais mortos, que absorve o uso da escravatura: livrando as suas famílias de exemplos domésticos de corrupção e tirania; de inimigos seus e do

Estado; que hoje não teem pátria, e que podem vir a ser nossos irmãos, e nossos compatriotas.

O mal está feito, senhores, mas não o aumentemos cada vez mais; ainda é tempo de emendar a mão. Acabado o infame comércio da escravatura, já que somos forçados pela razão política a tolerar a existência dos actuais escravos, cumpre em primeiro lugar favorecer a sua gradual emancipação, e antes que consigamos ver o nosso país livre de todo dêste cancro, o que levará tempo, desde já abrandemos o sofrimento dos escravos, favoreçamos, e aumentemos todos os seus gozos domésticos e civis; instruamo-los no fundo da verdadeira religião de Jesus Cristo, e não em momices e superstições: por todos estes meios nós lhes daremos tôda a civilização de que são capazes no seu desgraçado estado, despojando-os o menos que pudermos da dignidade de homens e cidadãos. Êste é não só o nosso dever mas o nosso maior interêsse, porque só então conservando êles a esperança de virem a ser um dia nossos iguais em direitos, e começando a gozar desde já da liberdade e nobreza de alma, que só o vício é capaz de

roubar-nos, êles nos servirão com fidelidade e amor; de inimigos se tornarão nossos amigos e clientes. Sejamos pois justos e benéficos, Senhores, e sentiremos dentro da alma, que não há situação mais deliciosa, que a de um senhor carinhoso e humano, que vive sem mêdo e contente no meio de seus escravos, como no meio da sua própria família, que admira e goza do fervor com que êsses desgraçados adivinham seus desejos, e obedecem a seus mandos, observa com júbilo celestial o como maridos e mulheres, filhos e netos, sãos e robustos, satisfeitos e risonhos, não só cultivam as suas terras para enriquecê-lo, mas veem voluntáriamente oferecer-lhe até as primícias dos frutos de suas terrinhas, de sua caça e pesca como a um Deus tutelar. É tempo, pois, que êsses senhores bárbaros, que por desgraça nossa inda pululam no Brasil, ouçam os brados da consciência e da humanidade, ou pelo menos o seu próprio interêsse, senão, mais cedo do que pensam, serão punidos das suas injustiças, e da sua incorrigível barbaridade.

Projecto de lei sôbre a escravidão

...Vou, finalmente, senhores, apresentar-vos os artigos que podem ser objecto da nova lei que requeiro; discuti-os, emendai-os, ampliai-os segundo a vossa sabedoria e justiça:

Art. I. Dentro de 4 ou 5 anos cessará inteiramente o comércio da escravatura africana; e durante êste prazo, de todo escravo varão, que fôr importado, se pagará o dôbro dos direitos existentes; das escravas porêm só metade, para se favorecerem os casamentos.

Art. II. Todo o escravo, que fôr vendido depois da publicação desta lei, quer seja vindo de África, quer dos já existentes no Brasil, será registrado em um livro público de notas, no qual se declarará o preço por que foi vendido. Para que êste artigo se exe-

cute à risca fica autorizado qualquer cidadão a acusar a sua infracção, e provado o facto, receberá metade do valor do escravo — dos contratantes que o subnegaram ao registro.

Art. III. Nas alforrias dos escravos, cujo preço de venda não constar do registro, se procederá a uma avaliação legal por jurados, um dos quais será nomeado pelo senhor, e outro pela autoridade pública a quem competir.

Art. IV. Nestas avaliações se atenderá aos anos de cativeiro e serviço do escravo, ao estado de saúde, e à idade do mesmo: por ex. As crianças até um ano só pagarão o 12.° do valor do homem feito: as de 1 até 5 só o 6.°: as de 5 até 15 dois 3.^{os}: as de 15 até 20 três 4.^{os}: de 20 até 40 o preço total; e daí para cima irá diminuindo o valor à proporção.

Art. V. Todo o escravo, ou alguêm por êle, que oferecer ao senhor o valor, por que foi vendido, ou por que foi avaliado, será imediatamente fôrro.

Art. VI. Mas se o escravo, ou alguêm por êle, não puder pagar todo preço por inteiro, logo que apresentar a 6.ª parte dêle, será o senhor obrigado a recebê-la, e lhe dará um dia livre da semana, e assim à proporção mais dias, quando fôr recebendo as outras 6.as partes até o valor total.

Art. VII. O senhor, que forrar escravos gratuitamente, em prémio da sua beneficência poderá reter o fôrro em seu serviço por 5 anos, sem lhe pagar jornal, mas só o sustento, curativo e vestuário: mas se um estranho o forrar na forma dos artigos 5.º e 6.º, poderá contratar com o fôrro o modo da sua indemnização em certos dias de trabalho, cujo contrato será revisto e aprovado pelo juiz policial curador dos escravos.

Art. VIII. Todo o senhor, que forrar escravo velho ou doente incurável, será obrigado a sustentá-lo, vesti-lo, e tratá-lo durante sua vida, se o fôrro não tiver outro modo de existência; e no caso de o não fazer, será o fôrro recolhido ao hospital, ou casa de trabalho à custa do senhor.

Art. IX. Nenhum senhor poderá vender escravo casado com escrava sem vender ao mesmo tempo, e ao mesmo comprador, a mulher e os filhos menores de 12 anos. A mesma disposição tem lugar a respeito da escrava não casada e seus filhos dessa idade.

Art. X. Todos os homens de côr fôrros, que não tiverem ofíçio, ou modo certo de vida, receberão do Estado uma pequena sesmaria de terra para cultivarem, e receberão outro-sim dêle os socorros necessários para se estabelecerem, cujo valor irão pagando com o andar do tempo.

Art. XI. Todo senhor que andar amigado com escrava, ou tiver tido dela um ou mais filhos, será forçado pela lei a dar a liberdade à mãe e aos filhos, e a cuidar na educação dêstes até a idade de quinze anos.

Art. XII. O escravo é senhor legal do seu pecúlio, e poderá por herança ou doação deixá-lo a quem quiser, no caso de não ter herdeiros forçados: e se morrer *ab-intestato,* e sem herdeiros, herdará a *Caixa de Piedade.*

Art. XIII. O senhor não poderá castigar o escravo com surras, ou castigos cruéis, senão no pelourinho público da cidade, vila, ou arraial, obtida a licença do juiz policial, que determinará o castigo à vista do delito: e qualquer que fôr contra esta determinação será punido com pena pecuniária arbitrária, a bem da *Caixa de Piedade,* dado porêm recurso ao Conselho Conservador da Província.

Art. XIV. Todo escravo, que mostrar perante o juiz policial, ou Conselho Provincial Conservador, que tem sido cruelmente maltratado por seu senhor, tem direito de ir buscar novo senhor; mas se fôr estropiado, ou mutilado bárbaramente, será imediatamente fôrro pela lei.

Art. XV. Os escravos podem testemunhar em juízo, não contra os próprios senhores, mas contra os alheios.

Art. XVI. Antes da idade de 12 anos não deverão os escravos ser empregados em trabalhos insalubres e demasiados; e o Conselho vigiará sôbre a execução dêste artigo para bem do Estado e dos mesmos senhores.

Art. XVII. Igualmente os Conselhos Conservadores determinarão em cada província, segundo a natureza dos trabalhos, as horas de trabalho, e o sustento e vestuário dos escravos.

Art. XVIII. A escrava durante a prenhez, e passado o terceiro mês, não será obrigada a serviços violentos e aturados; no oitavo mês só será ocupada em casa; depois do parto terá um mês de convalescença; e passado êste, durante um ano não trabalhará longe da cria.

Art. XIX. Tendo a escrava o primeiro filho vingado, se pejar de novo, terá, alêm do que acima fica determinado, uma hora de descanso mais, fora das horas estabelecidas; e assim à proporção dos filhos vingados que fôr tendo: ficará fôrra logo que tiver cinco filhos, porêm sujeita a obedecer e morar com o marido, se fôr casada.

Artigo XX. O senhor não poderá impedir o casamento de seus escravos com mulheres livres, ou com escravas suas, uma vez

que aquelas se obriguem a morar com seus maridos, ou estas queiram casar com livre vontade.

Art. XXI. O Govêrno fica autorizado a tomar as medidas necessárias para que os senhores de engenhos e grandes plantações de cultura tenham pelo menos dois terços de seus escravos casados.

Art. XXII. Dará igualmente tôdas as providências para que os escravos sejam instruídos na religião e moral no que ganha muito, alêm da felicidade eterna, a subordinação e fidelidade devida aos escravos.

Art. XXIII. O Govêrno procurará convencer os párocos e outros eclesiásticos, que tiverem meios de subsistência, que a religião os obriga a dar liberdade a seus escravos, e a não fazer novos infelizes.

Art. XXIV. Para que não faltem os braços necessários à agricultura e indústria, porá o Govêrno em execução activa as leis policiais contra os vadios e mendigos, mormente sendo estes homens de côr.

Art. XXV. Nas manumissões, que se fizerem pela *Caixa de Piedade,* serão preferidos os mulatos aos outros escravos, e os crioulos aos da Costa.

Art. XXVI. O dia destas manumissões será um dia de festa solene com assistência das autoridades civis e eclesiásticas.

Art. XXVII. Para recompensar a beneficência e sentimentos de religião e justiça, todo senhor, que der alforria a mais de oito famílias de escravos, e lhes distribuir terras e utensílios necessários, será contemplado pelo Govêrno como benemérito da Pátria, e terá direito a requerer mercês e condecorações públicas.

Art. XXVIII. Para excitar o amor do trabalho entre os escravos, e a sua maior felicidade doméstica, estabelecerá o Govêrno em tôdas as Províncias caixas de economia, como as de França e Inglaterra, onde os escravos possam pôr a render os produtos pecuniários dos seus trabalhos e indústria.

Art. XXIX. Na *Caixa de Piedade* acima mencionada, alêm das penas pecuniárias já estabelecidas, entrarão: 1.° A metade mais das quantias que custarem as dispensas eclesiásticas de missa em casa, baptizar e casar fora da matriz, etc. 2.° As duas têrças partes dos legados pios, que pelo Alvará de 5 de Setembro de 1786 foram aplicados para o Hospital Rial e Casa de Expostos de Lisboa. 3.º Os bens vacantes sem herdeiros e senhores certos, que de tempo imemorial foram doados aos cativos, e tudo mais que lhes é aplicado na lei de 4 de Setembro de 1775. 4.° O dízimo do rendimento das irmandades e confrarias; o qual será cuidadosamente arrecadado e entregue pelos magistrados, que estão encarregados de lhes tomar contas. 5.° Um por cento da renda de tôdas as propriedades rústicas e urbanas dos conventos e mosteiros; o qual será arrecadado e fiscalizado religiosamente pelos bispos, ou autoridades superiores das Províncias. 6.° Uma jóia, determinada pelo Regimento geral, que se deverá fazer, a qual deverão dar todos os que obtiverem mercês de hábitos de Cristo, ou de honras e foros passados pela mordomia-mor do Império.

7.º Emfim mais um meio por cento, que deverão pagar os que arrematarem contratos e rendas nacionais.

Art. XXX. Fica outro-sim autorizada esta Caixa a receber e administrar todos os legados e doações que lhe hajam de fazer, como é de esperar, tôdas as almas pias e generosas.

Art. XXXI. Para vigiar na estrita execução da lei, e para se promover por todos os modos possíveis o bom tratamento, morigeração, e emancipação sucessiva dos escravos, haverá na Capital de cada Província um *Conselho Superior Conservador dos Escravos,* que será composto do Presidente da Província, do Bispo, ou em falta dêste, da maior autoridade eclesiástica, do magistrado civil da maior graduação e de dois membros mais, escolhidos pelo Govêrno de entre os conselheiros provinciais. Presidirão por turno e mensalmente o Presidente e o Bispo.

Art. XXXII. Alêm dêste Conselho, haverá nas vilas e arraiais uma mesa composta do pároco, capitão-mor, e juiz de

vara branca ou ordinário, ou em sua falta de um homem bom e dos mais honrados e virtuosos do povo, escolhido pelo Conselho. Esta mesa decidirá sumáriamente dos negócios e causas que lhe pertencerem, e dará apelação e agravo para o Conselho, que também decidirá afinal sumáriamente.

São procuradores e fiscais natos os juízes e andadores das irmandades e confrarias dos homens de côr, que existirem na capital, ou nas vilas e arraiais das Províncias.

Eis aqui tendes, senhores, o que me sugerira por ora o amor da Pátria, e o zêlo da Justiça e da Piedade cristã. A vós compete corrigir, aumentar, e aperfeiçoar o meu magro e desalinhado trabalho; e a mim me bastará a consolação de haver excitado mais esta vez a vossa atenção sôbre um assunto tão ponderoso quanto necessário.

A natureza fêz tudo por nós: nada temos feito pela natureza

O vastíssimo Brasil, situado no clima mais ameno e temperado do Universo, dotado da maior fertilidade natural, rico de numerosas produções, próprias suas, e capaz de mil outras que fácilmente se podem nêle climatizar, sem os gelos da Europa, e sem os ardores da África e da Índia, pode e deve ser civilizado e cultivado sem as fadigas demasiadas de uma vida inquieta e trabalhada, e sem os esforços alambicados das artes e comércios exclusivos da velha Europa. Dai-lhe que goze da liberdade civil, que já tem adquirido; dai-lhe maior instrução e moralidade, desvelai-vos em aperfeiçoar a sua agricultura, em desempeçar e fomentar a sua indústria artística, em aumentar e melhorar suas estradas e a navegação de seus rios; empenhai-vos em acrescentar a sua povoação livre, destruindo de um golpe o

peçonhento cancro que o rói, e que enfraquece a sua fôrça militar, fôrça tão necessária nas actuais circunstâncias, que não pode tirar de um milhão de escravos, e mais, que desgraçadamente fazem hoje em dia um têrço pelo menos da sua mesclada população: então êle será feliz e poderoso.

A natureza fêz tudo a nosso favor, nós porêm pouco ou nada temos feito a favor da natureza. Nossas terras estão ermas, e as poucas, que temos roteado, são mal cultivadas, porque o são por braços indolentes e forçados; nossas numerosas minas, por falta de trabalhadores activos e instruídos, estão desconhecidas, ou mal aproveitadas; nossas preciosas matas vão desaparecendo, vítimas do fogo e do machado destruìdor da ignorância e do egoísmo; nossos montes e encostas vão-se escalvando diáriamente, e com o andar do tempo faltarão as chuvas fecundantes, que favoreçam a vegetação, e alimentem nossas fontes e rios, sem o que o nosso belo Brasil em menos de dois séculos ficará reduzido aos páramos e desertos áridos da Líbia. Virá então êsse dia (dia terrível e fatal), em que a ultrajada natureza se ache vingada de tantos erros e crimes cometidos.

Exortação aos Brasileiros

Eia pois, legisladores do vasto Império do Brasil, basta de dormir: é tempo de acordar do sono amortecido, em que há séculos jazemos. Vós sabeis, senhores, que não pode haver indústria segura e verdadeira, nem agricultura florescente e grande com braços de escravos viciosos e buçais. Mostra a experiência e a razão, que a riqueza só reina, onde impera a liberdade e a justiça, e não onde mora o cativeiro e a corrupção. Se o mal está feito, não o aumentemos, senhores, multiplicando cada vez mais o número de nossos inimigos domésticos, dêsses vis escravos, que nada teem que perder, antes tudo que esperar de alguma revolução como a de São Domingos. Ouvi pois, torno a dizer, os gemidos da cara Pátria, que implora socorro e patrocínio: pelejemos denodadamente a favor da razão e da humanidade, e a favor de nossos próprios interêsses. Em-

bora contra nós uive e ronque o egoísmo e a vil cobiça; sua perversa indignação, e seus desentoados gritos sejam para nós novos estímulos de triunfo, seguindo a estrada limpa da verdadeira Política, que é filha da Razão e da Moral.

E vós, traficantes de carne humana, vós senhores injustos e cruéis, ouvi com rubor e arrependimento, se não tendes pátria, a voz imperiosa da consciência, e os altos brados da impaciente humanidade; aliás, mais cedo talvez do que pensais, tereis que sofrer terrivelmente da vossa voluntária cegueira e ambição; pois o castigo da Divindade, se é tardio às vezes, de-certo nunca falta. ¿ E qual de vós quererá ser tão obstinado e ignorante, que não sinta que o cativeiro perpétuo é não sómente contrário à Religião e à sã Política, mas também contrário aos vossos futuros interêsses, e à vossa segurança e tranqùilidade pessoal?

Generosos cidadãos do Brasil, que amais a vossa Pátria, sabei que sem a abolição total do infame tráfico da escravatura africana, e sem a emancipação sucessiva dos actuais cativos, nunca o Brasil firmará a sua independência nacional, e segurará e

defenderá a sua liberal Constituição; nunca aperfeiçoará as raças existentes, e nunca formará como imperiosamente o deve, um exército brioso, e uma marinha florescente. Sem liberdade individual não pode haver civilização nem sólida riqueza; não pode haver moralidade, e justiça; e sem estas filhas do Céu, não há nem pode haver brio, fôrça, e poder entre as Nações.

(*Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sôbre a Escravatura* — impressa em Paris — 1825.)

A bondade livre e reflectida faz o homem bom, a bondade de instinto faz o bom homem.

§

O homem grande é modesto; o homem medíocre badaleja as menores suas vantagens: assim os rios majestosos correm em silêncio; porêm os regatinhos correm ruidosamente pelos seixinhos

§

¿Qual é a arte de ser hoje feliz no mundo? Ter mau coração e bom estômago.

§

¡De quantas cousas não se pode dizer que a impostura começou a obra e o fanatismo a acabou!

Os homens desejam e depois amam; as mulheres amam e depois desejam.

§

Há homens de tal capricho e inconstância que se aborrecem de um amigo, do mesmo modo que entojam uma comida.

§

Os anexins e provérbios de uma nação são descrições lacónicas dos seus costumes e modos de pensar: o modo de rir, de mofar, de conversar é uma pintura dos traços mais verdadeiros do carácter nacional para quem tem olhos e judicativa.

§

A côr negra do Africano é franca: não cora nem empalidece.

§

Se os Romanos conhecessem a água ardente no tempo das incursões e guerras com os Germanos, com ela os teriam destruído, como os Ingleses os selvagens da Norte-América, seus análogos em costumes, fôrça, sociedade e cultura.

§

Os Portugueses, como os Judeus com quem se misturam, não amam as flores, porque não amam a agricultura

§

Os abusos de poder teem feito o povo Português desconfiado e baixo; a má fé e a opressão o forçam a que evite o não ser enganado e seja antes enganador.

§

Lembram-nos os Portugueses, com o gôsto do que fomos, para nos consolarmos do que não somos.

§

Os Brasileiros adquirem um gôsto para a escravidão política e uma baixeza de sentimento de seu viver com os escravos, cujo coração e espírito sempre cheiram á vileza da sua condição: estes entes aviltados e fracos afogam aos meus patrícios, no seu berço, os sentimentos de virtude e liberdade civil que a natureza houvera inspirado.

§

As nações pouco cultas, mas vivas e impetuosas como a nossa, detestam novidades de prática, mas abraçam logo tôdas as especulativas, sejam quais forem.

§

Carácter geral dos Brasileiros. Os Brasileiros são entusiastas do belo ideal, amigos da sua liberdade e mal sofrem perder as regalias que uma vez adquiriram. Obedientes ao justo, inimigos do arbitrário, suportam melhor o roubo que o vilipêndio; ignorantes por falta de instrução, mas cheios

de talento por natureza; de imaginação brilhante e por isso amigos de novidades que prometem perfeição e ennobrecimento; generosos, mas com basófia; capazes de grandes acções, contanto-que não exijam atenção aturada e não requeiram trabalho assíduo e monotónico; apaixonados do sexo por clima, vida e educação. Empreendem muito, acabam pouco. Serão os Atenienses da América se não forem comprimidos e desanimados pelo despotismo.

§

No belo clima de minha província respirar é gozar.

§

A avareza é só própria de terra estéril e pobre; o amor arreiga, grela e alastra no terrão melhor e mais fértil.

§

Homens que da sua terra não saem são navios que acabam no estaleiro: errando por êste mundo se aprende a não cometer

erros. Não há escola mais útil para a vida que as muitas vidas ou modos de viver que na variedade das nações se observa: vêem-se muitas cousas nunca vistas; aprendem-se muitas que se não sabiam: faz-se o homem capaz de tôda a casta de negócios e folga ver êste mundo antes de sair dêle.

§

O viajeiro, que como eu há tanto tempo viaja, é como o homem que come muito sem ter tempo de digerir. Desejo voltar à Pátria para poder fazer boa digestão e ruminar o que hei visto.

§

Tive sempre uma intolerância inflexível de carácter e um ódio puríssimo de tôda a tirania em abstracto.

§

A liberdade é um bem que se não deve perder senão com o sangue.

§

Não há govêrno, se a lei não é obedecida, mas não há liberdade se esta obediência combate sempre a vossa vontade, e menos se revolta a razão. Cumpre pois que as instituições, que a razão as possa seguir ou pelo menos tolerar e que o interêsse particular possa sofrê-las.

§

Todo cidadão se deve a seus concidadãos, conforme a sua esfera; quando tem sublimidade de pensar, e querer o bem da espécie inteira é o seu fito. Em vão o sábio ama a paz e o retiro, deve aos outros a quem pode guiar seus profundos pensamentos e seu engenho regenerador. Se a razão desenganada busca viver longe das paixões e dos acasos da fortuna e ri das vaidades humanas, há circunstâncias que reclamam seus serviços a humanidade: ¿ deixará precipitar aos homens nos abismos da desgraça quando lhes pode dar a mão?

§

Não é senhor de si quem a outrem sujeitou a língua. Um só homem que queira e saiba falar a tempo faz calar e tremer a muitos, pode ser a conservação de um povo inteiro que o silêncio perderia. A verdade muda introduz a tirania.

§

Para ser poeta é preciso ser namorado ou infeliz.

§

As mulheres teem sido a peste de minha vida. Amo-as, mas não as estimo. Dai a uma mulher um espelho e *des bonbons*, e ei-las felizes, dizia Byron.

§

A minha veia poética foi agitada pelo amor na primeira mocidade, depois pela vista e contemplação das grandes belezas naturais.

§

Em nossos dias é muito difícil ser bom poeta: se a dificuldade da obra dá merecimento ao artifice eminente, não pode desculpar a ousadia da mediocridade. ¿ De quanto não há mister o bom poeta? Ideas e imagens novas e atrevidas, frase própria e escolhida, a arte difícil mas necessária de dar ou mais nobreza ou mais graça ao velho e trivial. Simplicidade e fôrça onde cumpre, facilidade, correnteza e harmonia imitativa no versejar. Merece, pois, desculpa o nosso século se trata com certo desdêm e menoscabo aos poetas medíocres, pois tanto mais estima e presa os partos genuínos do engenho e do gôsto. A poesia, essa deusa filha de Jove, odeia os profanos atrevidos que enxovalham os seus mistérios e só se compraz com as adorações e serviços de sacros vates a quem o estro e o bom gôsto inspiram de mãos dadas. *Il se tue a rimer, que n'écrit-il en prose?* Versos antes nascidos, que feitos, por assim dizer.

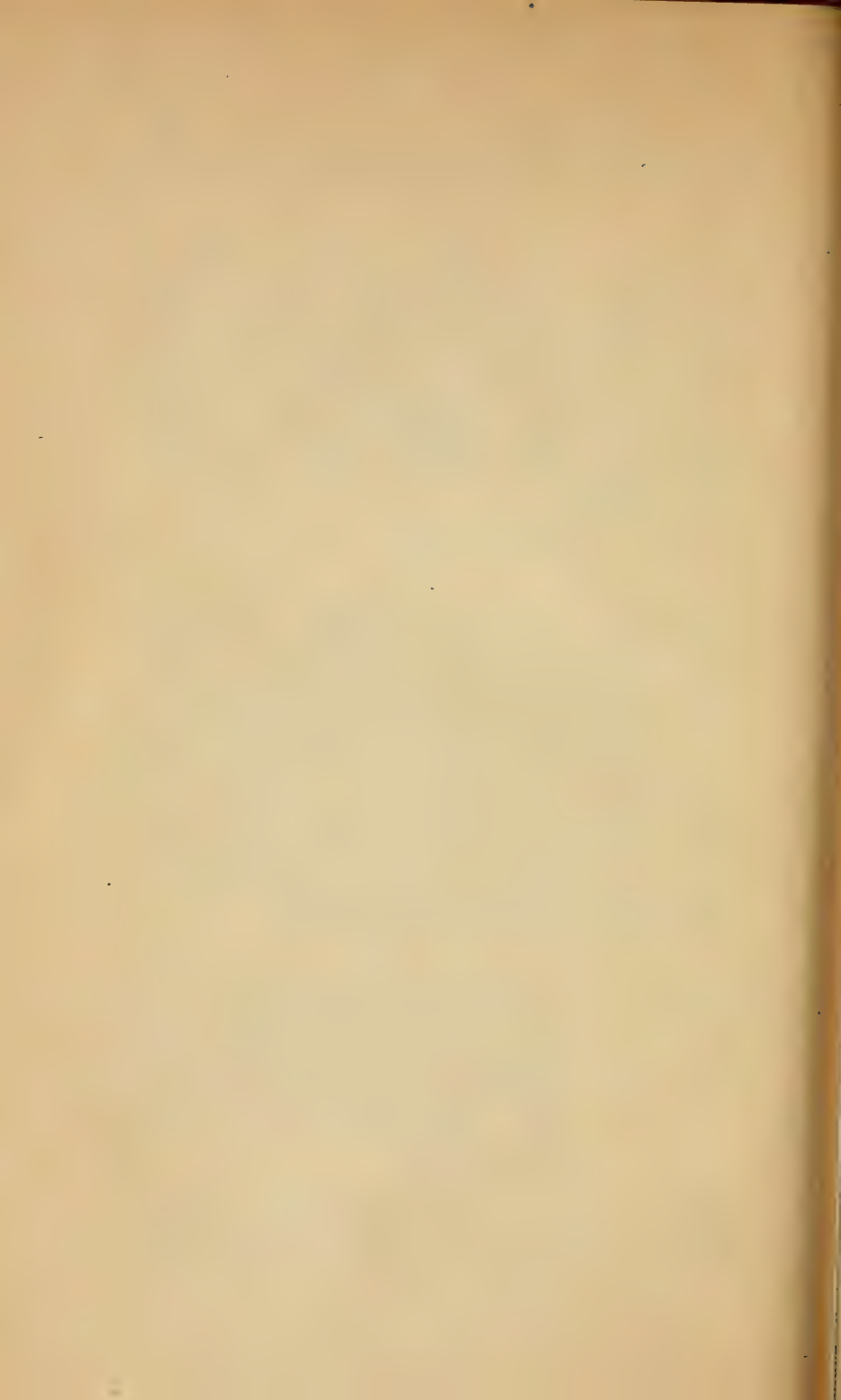
§

Se o homem de letras tem certa fraqueza por elogios e certa irritação contra sátiras

e críticas, ¿ que alma haverá tão falta de equidade ou tão desapiedada, que não queira perdoar-lhe êsse pecado venial? Quási sempre um vão elogio é a única recompensa que tira de seus trabalhos e talentos o merecimento sem arrimo, sem hipocrisia e sem intriga.

§

Há entre nós por desgraça e acanhamento da nossa literatura um cardume de críticos sem alvará que devendo aprender dos escritores que censuram ousam julgá-los sem processo. Tais críticos são o flagelo dos bons livros e a consolação da ignorância e do pedantismo. São os mimosos da gentalha a quem fazem sua côrte, denegrindo os talentos e pondo-os ao seu nível.

(Fragmentos colhidos na colecção de autógrafos de José Bonifácio, oferecida ao Instituto Histórico pelo Dr. Martim Francisco, III do nome, o mais ilustre dos Andradas da terceira geração.)

José Bonifacio de Andrada e Silva

II, o Moço

Era dêsses homens que compõem a consciência da sociedade a que pertencem. Tinha em si mesmo todo o seu prestígio, e o maior dos prestígios; porque era imaculado e incontaminável, entre as impurezas dos nossos partidos...

Rui Barbosa. *Discurso de 8 de dez. de 1886, pag. 90.*

José Bonifácio de Andrada e Silva (II), chamado também José Bonifácio, *o moço,* nasceu em Bordéus (França), durante o exílio de sua família, a 8 de Novembro de 1827, de Martim Francisco Ribeiro de Andrada e D. Gabriela Frederica Ribeiro de Andrada, irmão, mais moço, e filha segunda do Patriarca da Independência.

Ao Brasil veio com os seus, findo o destêrro, antes dos dois anos, em 1829. O pai dissera dèle ao seu amigo Vasconcelos de Drummond: «é claro como um homem do norte, é forte e muito gordo e a meu ver muito lindo». Não desmereceria crescendo, para dar um belo homem, bem proporcionado, de olhos azúis, loura barba à Nazarena, voz vibrante e estridente, tez branca, profunda simpatia, que haviam de ser encantos ajuntados aos do talento, carácter e coração, que também lhe couberam.

Destinado à carreira das armas, cursou no Rio, de 1842 a 45, a Escola Militar, que abandonou por motivos de saúde, recolhendo-se a S. Paulo, em cuja

Faculdade de Direito prosseguiu os estudos, formando-se em 1853. Foi em 54 nomeado lente substituto na Faculdade do Recife, onde exerceu e leccionou, transferindo-se depois para a de S. Paulo, onde chegou a lente catedrático e à jubilação.

DONS DE TALENTO: O PROFESSOR

Aí foi mestre, ouvido, acatado, admirado e seguido de tôda uma fulgurante legião de eminentes brasileiros, de Castro Alves a Américo Brasiliense, de Rodrigues Alves a Afonso Pena, de Salvador de Mendonça a Ferreira de Menezes, de Joaquim Nabuco a Barros Pimentel... Um dêstes, dos maiores, Rui Barboza, disse depois, numa oração comemorativa:

«Discípulo como fui de José Bonifácio, seria orgulho, se não fôsse gratidão, vaidade se não fôra dever, dar-vos aqui testemunho do seu magistério. Foi em 1868, quando comecei a ouvi-lo. Vinha êle dessa memorável sessão parlamentar em que a onipotência da Coroa, por imperscrutável mistério da sua graça, houve por bem, depois de Humaitá, vitimar, à reabilitação de Timandro, o partido de cujas simpatias populares o dinasta se valera para a campanha do Prata. Quando José Bonifácio assomou na tribuna, tive pela primeira vez a revelação viva da grandeza da sciência que abraçávamos. A modesta cadeira do professor transfigurava-se; uma espontaneidade esplêndida como a natureza tropical borbulhava dali nos es-

píritos encantados; um sôpro magnífico animava aquela inspiração caudal, incoercível, que nos magnetizava de longe na admiração e no êxtase. Lembra-me que o primeiro assunto de seu curso foi a *retroactividade das leis*. Nas suas prelecções, que a hora interrompia sempre inopinada como dique importuno, a suma filosofia jurídica, a jurisprudência romana, os códigos modernos, a interpretação histórica, o direito pátrio passavam-nos pelos olhos translumbrados em quadros incomparáveis, inundados da mais ampla intuição scientífica, impelidos por uma dialéctica irresistível. E uma memória miraculosa, uma dessas memórias capazes de reconstruir, como a de Scaligero a *Iliada* e a *Odissea*, como a de Macaulay o *Paraiso Perdido*, como a de Pascal tudo o que êle tivesse lido uma vez, arrastava em catadupa leis, datas, factos, brocardos, algarismos, ideas, fragmentos mínimos de minério precioso e enormes massas aluviais de saber, que não se imagina como aquele Niagara pudesse carrear sem alteração de sua majestade, nem prejuízo de sua limpidez (1).

Está aí, se não foram outras causas concorrentes, por quê na frontaria da veneranda Faculdade de Direito de S. Paulo se levanta hoje o bronze de um dos mais insignes de seus grandes mestres, a estátua de José Bonifácio.

---

(1) RUI BARBOSA — Discurso na *Sessão cívica em homenagem ao Senador José Bonifácio de Andrada e Silva* realizada em a noite de 8 de Dezembro de 1886 no Teatro de S. José — S. Paulo, 1887, págs. 16 e 17.

DONS DE CARÁCTER: O POLÍTICO

Ao lado, e alternadamente, da função docente, as funções políticas: em 1860 é eleito deputado provincial, em 61 deputado geral, reeleito em 64, 68, 79, ano em que é escolhido senador. Ministro da Marinha, seis dias, no efémero ministério Zacarias (gabinete de 24 de Maio de 62), no segundo ministério Zacarias, de 15 de Janeiro de 64 cabe-lhe, por sete meses e meio, a pasta do Império. Em 83, convidado pelo Imperador, rejeita a Presidência do Conselho, e propõe o Cons.º Dantas, que também a recusa, indicando o Cons.º Lafayette. Tinha sido tudo, sem nada querer ser; podia, pois, entre uma perfeita modéstia e absoluto desprendimento, dizer, como no seu último discurso: «nada sou e nada quero ser.» E não foi seu menor mérito.

No parlamento o prestígio de tribuno e de imaculado estadista não cessam de crescer. Servia-o além do passado, que ninguém possuía mais nobre, próprio e de geração, uma facúndia peregrina, um carácter adamantino. Só teve admiradores, porque até os invejosos, que tamanho merecimento não excusaria, haviam de confessar-se vencidos e deslumbrados. Diga-o seu discípulo, que foi seu colega de parlamento e testemunha de sua glória: «Imaginai um lance de serros alpestres, quando o dia surge dos espigões alcantilados, os grupos colossais de sombras que rolam para o oriente vão abismar-se no oceano crepuscular, as geleiras serpeiam, alvejando pelas es-

carpas, os picos solitários, inflamando às primeiras résteas de sol os cabeços de neve, acendem abaixo de si uma alvorada no cimo de cada penhasco, o nevoeiro se evola das avalanches, e o rosicler dos longes silenciosos afoga-se na púrpura do horizonte, incêndio imenso, por entre o qual se esfumam as brumas da voragem, emquanto as cataratas rebramam no fundo dos algares, e o azul infinito sorri contemplativamente de cima. Dir-se-ia haver em certas almas extraordinárias, paragens como essas, de onde se despenhava a palavra de José Bonifácio, a bater de fraguedo em fraguedo, a estrugir de quebrada em quebrada, a chispar de aresta em aresta, a iriar-se de raio em raio do sol, até se espraiar, estuando na imensa bacia de sua foz» (2). O quadro magnífico confunde na mesma maravilha os que o contemplam, tanto ao modêlo de pintura como ao génio do pintor

E êsses milagres de eloqüência não os pôs ao serviço de atitudes românticas ou ocasiões solenes, em que a retórica é reclamada, senão sempre ou freqüentemente, nas situações políticas mais urgentes e perigosas, apresentação de ministérios, exortações de patriotismo, interpretação do poder moderador, orçamento, créditos, liberdade de cabotagem, livre câmbio, protecção desastrosa de umas indústrias contra as outras, tarifas, eleições, representação das minorias, principalmente as grandes causas, pelo direito contra a violência do arbítrio policial e militar, por todo o Brasil, na

(2) Rui Barbosa — *Op. cit.*, pág. 18.

Baía, em Goiaz, em S. Paulo..., pela liberdade contra a escravidão que êle queria abolida ou cerceada, mais que pelos paliativos de 1871 e 1885. Foi principalmente a esta «a melhor de tôdas as causas» que se deu todo. Cumpriu com o seu destino de defensor de tôdas as ideas generosas e tôdas as causas nobres, a que uma tradição de família e o seu próprio génio liberal o chamavam. E como o fazia! «Os menores discursos seus deixavam no parlamento vivos sulcos. Quem não se tiver achado, uma vez sequer sob a varinha do mágico não poderá calcular a fôrça electrizadora de sua palavra. Impressas, as suas melhores produções oratórias distingem-se, e esmorecem como diamantes em câmara escura; falta-lhes o homem, o orador, a refracção prismática daquela alma, uma espécie de transfiguração, que petrificava os antagonistas, e arrebatava o auditório a alturas desconhecidas (3). Contudo, ainda por vezes, essas flores fanadas, que o são sempre os mais sublimes discursos impressos, acordam os ecos adormecidos do aplauso e da íntima comoção humana.

«O melhor conceito que o prègador leva ao púlpito, dizia Vieira,... é o que de sua vida teem os ouvintes...» Em José Bonifácio as obras e acções da vida eram inteiras, como sublimes as palavras e revelações da inteligência. Ouçamos dois depoimentos, de duas gerações, a que êle deixou na Câmara e a que foi encontrar no Senado. «A mais nobre, a mais pura, a mais alta individualidade

(3) Rui Barbosa — *Op. cit.*, pág. 24.

política do nosso país» seria José Bonifácio, no qual a grandeza maior «não é da eloqüência incomparável do orador, é a da pureza e integridade do político» (4). É Joaquim Nabuco quem o diz. «Sua fôrça provinha, tanto da fé que inspirava pela rectidão intransigente de uma alma inacessível à corrupção de qualquer espécie, pairando sempre na mais elevada esfera do pensamento e do sentimento humano, quanto do prestígio dêsse privilegiado talento e dessa eloqüência inextinguível que, em vida, o tornaram o mais denodado paladino de tôdas as grandes causas liberais agitadas em seu tempo» (5). É o testemunho do Cons.º Dantas.

Se a estes julgamentos políticos quisermos juntar o da opinião pública, ouviremos quem melhor a representava na imprensa do tempo, a Joaquim Serra. Era José Bonifácio «a mais esplêndida inteligência dêste país, o coração mais nobre que jamais pulsou em peito de homem... «Não era uma fôrça sómente porque a sua palavra fôsse um clarão, porque o seu carácter era uma claridade... «Quando aquela cabeça aparecia na tribuna do parlamento, como um globo de luz, àquela alma afinada no mais puro patriotismo desdobrava-se com a transparência de uma aurora. «Ninguêm teve entre nós tamanha magia na eloqüên-

---

(4) Joaquim Nabuco — *O País*, de 27 de Outubro de 1886.

(5) Cons.º Manuel Pinto de Sousa Dantas — Sessão cívica em homenagem a José Bonifácio, no Teatro S. José em S. Paulo, a 8 de Dezembro de 1886.

cia e nunca o astro da eloqüência alçou-se aquela culminação... «Mas o que sobretudo o tornava invencível era a fortaleza de sua vontade, a fina têmpera do seu carácter, a imaculada lisura daquela existência. «Era em sua máxima evidência, a oratória triunfante pela probidade do orador» (6).

DONS DE CORAÇÃO: O POETA

E «o poeta? ¿Quem poderia estudar aquela notabilidade, sem deter-se, momentâneamente ao menos, com o poeta? Se Sócrates empregou a última parte da sua vida em purificar-se da mácula de haver desobedecido à voz interior, que não cessara de segredar-lhe: «Dá-te ao trabalho e à harmonia», em José Bonifácio a harmonia foi a musa assídua de uma existência de labor indefesso. Natureza essencialmente simpática, não lavrava a poesia como artefacto: vivia-a. O fundo do seu coração era de uma brancura imaculável e inefável sensibilidade. Não lhe faltou nem a invenção, nem a percepção, nem a emoção, que formam os grandes moduladores da idealidade humana» (7).

Tinha sua lira várias cordas: umas suaves, meigas, ternas, com que afagava blandícias e carinhos, outras tersas, sonoras, clangorosas, com que se exaltava em arroubos patrióticos. Talvez que, passado o romantismo, tenham calado muitos

(6) Joaquim Serra — O *Paiz*, de 29 de Outubro de 1886.
(7) Rui Barbosa — *Op. cit.*, pág. 20.

écos, abafado muitos tons, demudado a graça ou o arroubo de muitas destas estrofes: elas conservam entretanto poesia, porque foram sentidas, embora num tempo em que havia exaltação nas comoções. Hoje em dia os poetas serão mais correctos na sintaxe, na versificação ou nas rimas, mais difíceis de gôsto nas ideas e nas imagens, mas, por isso mesmo, não serão tão sinceros nem tão espontâneos. O canto a Andrade Neves, *O Redevivo,* é uma glorificação; o lirismo gracioso e terno de *Um pé* ou do *Meu Testamento* caberá sempre numa antologia de poesia amorosa.

José Bonifácio foi feliz no lar, amando e zelando sua espôsa e prima, D. Adelaide Eugénia de Andrada e Silva, de quem houve prole abençoada: quando ela passou, ela a quem tanta carícia publicada sem nome era consagrada, a quem tantíssimas outras prodigalizadas não conheceria o público, inspirava-lhe *Os nossos sonhos,* em cujas endeixas há como que um soluço disfarçado nas evocações, um apêrto demorado do coração, na tortura lenta da saùdade...

Ia cumprir ainda sessenta anos, quando, sempre feliz!, teve o fim que ambicionava César, *repentinum inopinatumque*, morrendo súbitamente em S. Paulo, a 26 de Outubro de 1886.

Tinha alcançado todos os postos do magistério e da carreira política — professor de direito, deputado, ministro, senador, conselheiro da Coroa, presidente do Conselho, se o tivesse querido; talento, carácter, coração, abençoado por Deus e pelo Povo; mestre adorado e seguido, orador

aplaudido e vitoriado, poeta decorado e repetido; ia ter uma estátua... e quando tantos outros já envelheceram e passaram, esquecidos, Joaquim Nabuco dêle podia dizer, no dia imediato, ao do seu passamento: «é uma grande desgraça nacional, dessas que ferem de morte a esperança de uma geração inteira» (8)! Feliz José Bonifácio!

A. P.

BIBLIOGRAFIA

Rosas e Goivos (poesias), S. Paulo (sem data: 1848 diz Sacramento Blake) — in-32.º

Memória histórica da Faculdade de Direito de S. Paulo, de 1858; S. Paulo 1859 — in-4.º

Discursos parlamentares publicados por João Correa de Morais. Rio, 1880, 614 p. in-8.º

Anais da Câmara dos Deputados, de 1861 a 1879.

Anais do Senado, de 1879 a 1886.

Poesias de José Bonifácio, coleccionadas por José Maria Vaz Pinto Coelho. Rio Laemmert, 192 p. in-8.º (s. d. posterior a 1886).

Alêm dêstes livros várias edições de poesias avulsas, que foram aproveitadas nas duas edições.

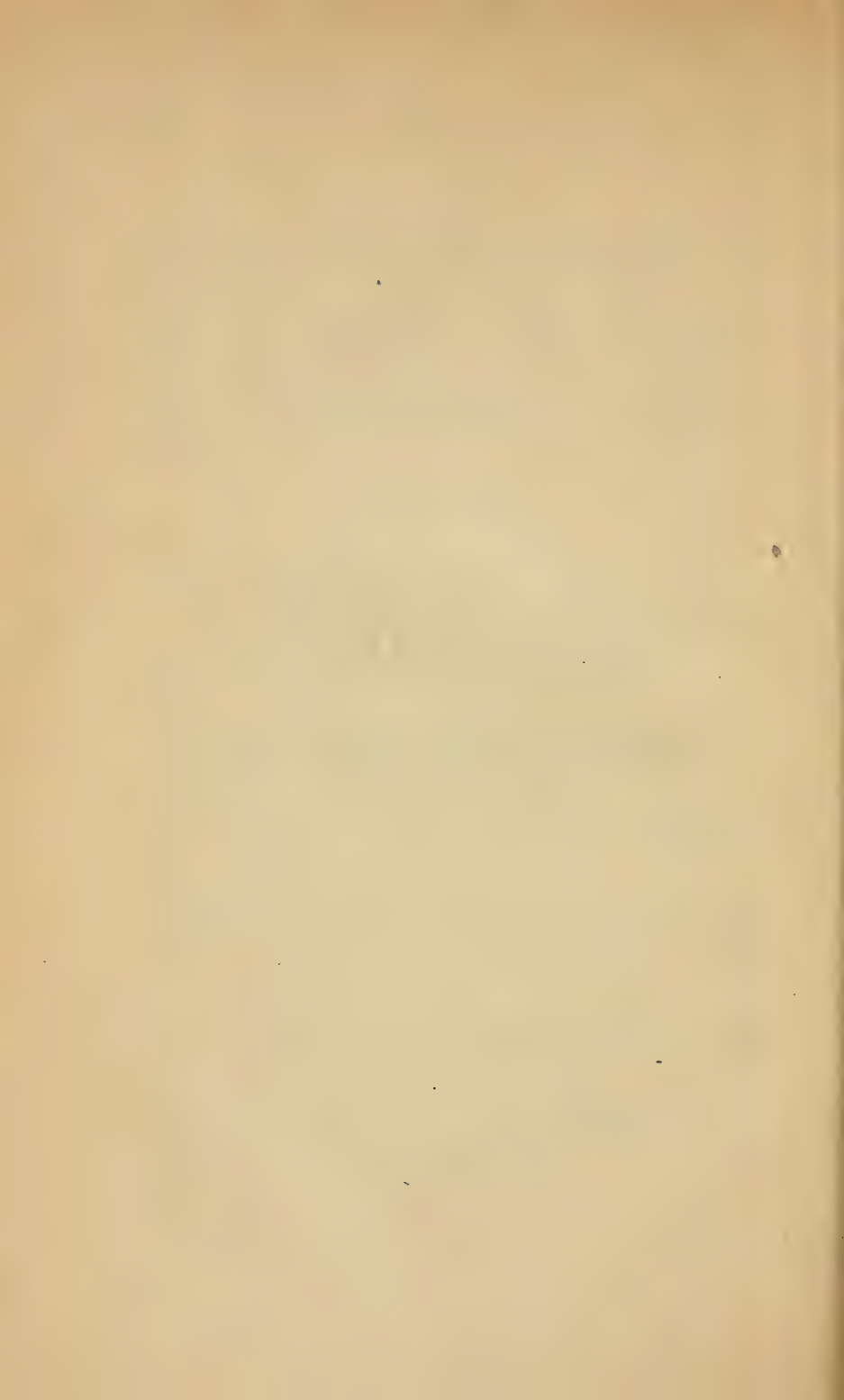
As fontes para o estudo, rápido e breve, aqui feito, estão nos ANAIS DA CÂMARA E DO SENADO; nos necrológios, dos jornais de 27 de Outubro de 1886; principalmente em RUI BARBOSA — *Discurso* na comemoração cívica de 8 de Dezembro de 1886, 1 vol. in-8.º, 73 p., S. Paulo 1887.

---

(8) J. NABUCO, *Op. cit.*

POESIAS ESCOLHIDAS

DE

JOSE BONIFÁCIO (O MOÇO)

A UM JOVEM POETA

Estrêla d'alva que sorris na aurora,
Alma do Empireo que afinaram anjos,
—Onde o cantar do Céu, onde o bebeste?
Roubaste à brisa o murmurar saùdoso,
D'harpa do Eliseo a mágica doçura,
Em noíte amena ao rouxinol dos vales
O requebro de amor? — Essa alma ardente
Fê-la Deus como o sol, do sol nascida;
Nela o fogo do génio a jorros salta;
Nela borbulham lavas incendidas,
Como a golfar mil chamas a cratera;
Nela a paixão requenta de magia
E a dor tem falas e o prazer sorrisos
E a voz encanto ignoto! —

Poëta — é teu condão cantar no mundo
E sonhar...— e sonhar;
Passar como o cisne em lago d'oiro
Nas águas a boiar!
Ave consona — tens as àsas cândidas
Como as àsas de um anjo:
A vida é negra: mas que importam males
Se és na terra um arcanjo?

Ri-te na mente um mundo predilecto
O teu Éden vedado;
Viçam as flores, faz-se verde o campo,
É o céu azulado.
Mas amanhã quem sabe? Os sonhos passam,
A flor é já murchada,
Opaco o céu, a hervagem ressequida
E a lousa alevantada.

Poeta — é teu condão cantar no mundo
Deus fadou-te ao nascer:
Passarás como o cisne em lago d'oiro
Cantando até morrer!
Eia! — carreira infinda se te abre,
A glória ao longe entre lauréis te chama,
Os rios correm, as estrêlas brilham,
O céu vivo se arreia, as aves trinam;
Tens um ninho nos astros; eia, voa!

OH POUPAI-MA !

Oh poupai-ma, Senhor! — porque tão cedo
Dos anos no verdor murchar no exílio,
E ver sua alma sequiosa e jovem,
Da desgraça acurvada sob o pêso
Nos caminhos da vida ? !—

Oh poupai-ma, Senhor!—lágrima triste
Como gota d'orvalho cristalino
Na límpida pupila lhe estremece;
Dai-lhe alentos, meu Deus, dai-lhe esperanças,
Que sua alma remocem !—

Oh poupai-ma, Senhor!—deixai que ao menos
Seja meu fado o seu, choremos juntos,
Que minh'alma e a sua um todo formem,
Que seja a minha vida a vida dela
E meu peito seu peito!

VISÃO

I

Por noite negra em que a tormenta ruge,
Em que a nuvem se inflama e o raio cruza,
Onde vais desgraçada?

Pálida a face — demudado o rosto,
O andar hirto de estátua — a voz nas fauces,
Muda, triste e sem vida.

Onde vais desgraçada? — o vento às sôltas
Encrespa as ondas dessas tranças pretas,
E zune—e passa rindo!

E tu nem ouves—nessa dor perdída,
Opresso o coração—o olhar imóvel,
Nem um soluço ao menos!

Outrora viva em salas fulgurantes
Teu pé mimoso molestava as sêdas
Era teu rosto um céu!

Escravos todos a teus pés rendidos
Por um olhar daqueles fugitivos
Morriam... sim, morríam!

E agora assim murchada a luz dos olhos,
Estrêla que passou, flor já sem brilho,
Nem me queres ouvir!

E a senda agreste da montanha erguida
Sobes... sobes... com ânimo quieto
Eis ao cimo chegada.

II

Vi-a um instante—rareando ao longe
Como em doce manhã serena sombra
De rápido fulgor!

Rolou depois no fundo dos abismos,
E o pescador julgou-a — em brancas vestes
— Alva espuma do mar.

Voga nas águas, voga,—em paz descansa!
Não terás sôbre a terra estreita cova,
Nem oração de crente!

Vai-te, não voltes!—E's a imagem triste
Da felicidade... uma ilusão perdida,
Sonho, visão ou nada!

S. Paulo 1853.

O REDIVIVO

Dorme o batalhador!... Porque chorá-lo?
Armas em funeral — silêncio, ó bravos!
Que a dor não o desperte!
Tão só... tão grande... sôbre a terra inerte!
A pátria além... partido o coração...
Saùdade imensa e imensa solidão!..

Não o despertem!—êle dorme agora
Embalado nos braços da metralha,
Ao troar da artilharia,
Por lençol—a bandeira: em terra fria
Tem por leito—os troféus; por travesseiro
Tem o canhão no sono derradeiro!

Sorrindo adormeceu—a espada em punho,
A imaginar, sonhando, ouvir no espaço
O clarim da investida!
À cabeceira a morte agradecida;
— Aos pés — a glória; e ao lado ajoelhada
— A pátria, pobre mãe desventurada

Segura as rédeas do corcel sem dono
Formosura sinistra—olhar infindo !—
E' a deusa da guerra !
Mede os espaços, os confins da terra...
Quer despertá-lo... treme... o passo incerto...
Estende a mão e aponta p'ra o deserto !

Quando êle adormeceu, na mente insana
Homéricas visões lhe apareceram !
Olhou fito o seu norte...
Eu sou a Eternidade — disse à Morte,
Do meu ginete o pé a terra abala,
Quando eu caminho e a viração nem fala.

É que eternas visões ! ? — na marcha ousada,
Para saùdá-lo os mortos levantavam-se,
Tocavam as cornetas,
As peças disparavam nas carretas,
E, ao cabo do caminho, a doce paz
Lhe preparava os arcos triunfais !

Êle via, qual mar tempestuoso,
Ondas revoltas, umas após outras,
Da audaz cavalaria
As cargas, que a Vitória presidia ;
E salvando a galope a imensidade,
Dizia à Morte: — eu sou a Eternidade !

As montanhas se abatem quando eu passo;
O rio inclina o dorso e me saúda,
Se me apeio em caminho!
O meu cavalo é águia, o céu é ninho;
A fome, a peste, a chuva, em véus de fumo,
São meus soldados, guiam-me no rumo!

E que eternas visões — em vale imenso
A narina incendida, o peito arfando,
O ginete parava!
Eis a voragem!... lá no fundo a lava
Que entornam os vulcões da artilharia,
E um exército de mortos, que se erguia!

Depois nuvem de fogo... uns sons tremendos...
Um estalar de ossos... ais... mil pragas...
Uma orquestra infernal!
Num mar de sangue o sol como fanal!
Os tambores rufando... armas quebradas...
Bandeiras rôtas... retintim de espadas!

Um trovejar sem fim... um largo incêndio.
Mas êle à frente, no corcel fitando
O infinito — seu norte,
Dizia a Eternidade: eu sou a Morte
Meu cavalo é o destino, o céu mortalha,
Meu braço é raio, o coração muralha!

Ao ver-me, tremulante as palmas dobra
A palmeira: estreitam-se os banhados;
O arroio nem transborda;
No firmamento azul o sol acorda!
Quem é, pregunta a noite à ventania,
Êste arcanjo de luz e poesia?

É da floresta o rei, exclama o vento;
É o espectro do sol, afirma a estrêla;
Das águas o senhor
Murmura o rio em cântico de amor;
E a tempestade diz: meu cavaleiro,
Tens por corcel as àsas do pampeiro!

....
....

E corre e corre... ao cabo da carreira
Imenso boqueirão... fôsso sem bordas...
Tranca-lhe o espaço a cruz!
Em baixo a densa treva... o cimo é luz!
Basta, lhe brada a voz da imensidade,
A Morte foi teu guia à Eternidade!

Armas em continência — ! é um morto vivo!
Ei-lo que passa agora, erguida ao alto
No esquife da vitória!
O Brasil o saúda, e tu, História
Um poema de luz de novo escreves!
Soldados, cortejai ANDRADE NEVES!

S. Paulo, 1869.

À MARGEM DA CORRENTE

(à morte de Castro Alves)

Companheiro! uma cruz na selva corta
E planta-a no meu tôsco monumento

CASTRO ALVES.

Eu ouvi-o cantar...
O sabiá pousava
Da laranjeira em flor no verde galho,
À margem da corrente!
E que doce gorgeio!... — a manso e manso,
Em múrmuro ruído as águas trépidas
Deslisavam sorrindo; e na carreira
A prateada esteira coleando,
Pelo formoso vale,
No frémito das auras, no sussurro
Das fôlhas sêcas, no cicio brando
Do remexer das flores — parecia
Gemer, gemer com êle!

E o sabiá cantava! — a endeixa triste,
Da veia cristalina ao som tremente,
Expandia-se ao longe... e as doces notas
— Soluço indefinível,
Perdiam-se no ar, como o respiro
Das matas virgens em manhãs serenas,

Quando na excelsa coma a flor e as fôlhas
Tremem, sentindo em lágrimas de orvalho
Da madrugada os beijos!...
Vinha surgindo a aurora! — o firmamento,
Em mar azul, as ardentias d'oiro
Ondulava contente!

Tingindo alegre os largos horizontes
De suave carmim — a luz brotava...
E o sol, o rei altivo do oriente,
Tirando o carro de corcéis de fogo,
Em purpúreos coxins
A laureada fronte reclinava
Medindo o espaço infindo!

E o sabiá cantava
Na laranjeirá em flor!...
Vagos rumores do cair das fôlhas
Misteriosos sons; brando estalido
Das ramas a quebrar; frescor das relvas;
Suaves pios; bater macio d'àsas
Das aves voejando; ecos longínquos
Da recatada selva!... a natureza,
Abrindo os olhos úmidos de pranto,
Nas pompas de seu leito
Meiga sorria aos cânticos festivos
Do despertar do sono!

E a luz subia... e o sabiá cantava
Á margem da corrente!
Dizia a borboleta: — eu dou-te os vôos;

As fôlhas verdes: — aqui tens frescura;
A flor dos bosques: — eis o meu perfume;
Eu sou teu eco: — a sonorosa gruta;
Sou teu espelho: — a límpida corrente;
Os anilados céus: — guardo teu ninho;
O sol: — vem procurar-me!...
E a flor, e a borboleta e a fôlha verde,
E a torrente, e o sol, e o céu, e a gruta
Eram d'ave inspirada — a imensa orquestra
No concêrto do amor!...

E o sabiá cantava!...
Na laranjeira o galho estremecia,
Como se o orvalho lhe afagasse as flores,
Ou aquela voz, nas dúbias harmonias,
A raiz lhe tocasse...
Depois eu vi-o, as penas sacudindo,
Ainda umidecidas
De sereno e de luz, cantando sempre —
Bater... bater as àsas ansiosas...
Voar... voar... até sumir-se ao longe
Último som e nota!

Da laranjeira as flores desfolhadas
No vivo aroma o derradeiro leito
Cercaram-lhe de incenso...
E a brancura finíssima fingia
Dos cantos matinais a nívea campa!...
Ouvi... ouvi... ternissima
A extrema nota, repetida ainda...
— Eco saùdoso das canções de outrora,

Nas gemebundas auras!
E veio a noite — e na manhã seguinte
Novo sol, nova luz;
Só não voltara o sabiá das matas,
E o galho — era uma cruz.

Dorme, dorme feliz!... Oh não desertes,
À margem da corrente!
Dorme, ó criança, ao ressonar das brisas,
Filho da luz! descansa! Atravessaste
Entre sepulcro e berço a terra ingrata,
Mais feliz do que nós!...
Não sentirás neste areal deserto,
Na morte d'alma, a vida!...
No vivo coração a própria tumba!...
Não hás de ver as lágrimas estanques...
— Suplício da saùdade!
E a cada hora — uma ilusão que vai-se...
Para não mais voltar... oh nunca... e nunca...
Nem pedirás a inspiração de um sonho
A um punhado de terra! .

Dorme criança, dorme! os que ficaram
— À sombra do caminho,
Por entre os laranjais sentem, chorando,
O aroma de teus cantos!
Fôste do sonho à morte!... oh dorme, dorme!
Talvez sonhes ainda .

ÀRVORE SÊCA

Sim, os tufões da noite te despiram;
O inverno as fôlhas tuas requeimou;
Erguida e só, no tope da montanha,
E's a imagem do tempo que passou.

Ontem, altiva, os ramos ostentavas;
Hoje, curvada estás, pobre infeliz!
Quem vê-te assim, princesa destronada,
Alça uma prece a Deus, e baixo a diz.

Cada galho dos teus sabe uma história;
Também a sabe o tronco escodeado,
Como os ossos do morto, a cruz das campas,
E as ruínas do templo derrocado.

Ao som da tempestade, entre gemidos,
Os furacões nocturnos te adoraram.
E's qual mulher, que o gôzo consumira,
Ou mágoas para a terra debruçaram.

Do monte a grimpa te serviu de sólio;
Rendeu-te o sol um preito de homenagem;
Terás por leito o val; e o viajante
Há de buscar em vão tua ramagem.

Quando te vejo assim, penso que sonhas;
Penso que tens um'alma, um coração;
Que sentes como eu sinto; que estremecem
Tuas raízes, neste fundo chão!

Eras vistosa e de folhuda copa...
E hoje, árvore sêca e descarnada!
Quem sabe si, amanhã, dobrando a fronte,
Tombarás por um raio fulminada?!...

Tambêm da vida as fòlhas me caíram,
E já talhei, tão moço, o meu sudário!
Eu dormirei na vala dos cadáveres,
Tu, no cimo do monte solitário!

PODES SORRIR

Podes sorrir-te.. Embora! As flores murcham
Mas não morre o perfume sôbre o chão!
Que importa o riso sôbre lábio ingrato,
Se inda, mulher, te bate o coração?!

Fada orgulhosa, nos salões brilhantes,
Vagas sem tino, no dançar louquejas;
E as penas brancas da plumagem alva
Caíram tôdas.. Num paúl doudejas.

Vale, acaso, essa vida de delírio,
Aqueles sonhos de paixão fervente,
Os quentes beijos, os abraços ternos,
E o céu tranqùilo sôbre a terra ardente?!

Ai! que louca tu foste! As nossas festas
Tinham por luzes os clarões da lua
Inda hoje, às vezes, solitária e bela,
Tua imagem triste no luar flutua!

Não chorarei... Oh! não! Lá quando, um dia
Emmudecer o som da louca festa,
Essa história de gozos infinitos
Hão de contar-te as brisas da floresta!

Teu pranto em fio pelas faces murchas
Há de ser minha única vingança.
Serás a estátua muda da Saudade,
No sepulcro deserto da Esperança!...

Embalde o tentas... Minha imagem sempre,
Como um remorso, surgirá perdida!
Eu sou tua sombra, seguirei teu corpo!
Eu sou tu'alma, seguirei tua vida!

SAUDADES

Era mentira quando o seio ardente,
Inda tremente, sôbre o meu senti!
Oh! que loucura, nesse vão desejo,
Naquele beijo, que ao te dar morri!

Lembra-me ainda o clarear da lua,
Quando na tua, minha mão tremeu;
Inda imagino teu vestido aereo,
Nesse mistério, que me enlouqueceu.

Úmida nuvem de uma luz saudosa
A face rosa te cobriu... Passou...
Como de orvalho êsse véu nitente,
Que o lírio algente de pudor curvou.

Oh! que alegrias, nos jardins, nas salas,
As doces falas de te ouvir sonhei!
Entre as roseiras do luar, queridas,
Hoje esquecidas a memória achei.

Ficou-me apenas, nesta curta idade,
Murcha saudade do sonhar fàgueiro:
E' flor que exprime, quando passas linda.
A vida finda do amor primeiro.

ADEUS DE GONZAGA

Adeus, Marília, adeus! O sonho corre;
Vai-se gastando a vida, vai fugindo:
Estremece-me a voz; ei-la que morre,
Inda o teu doce nome repetindo.
Uma hora lá vem, outra decorre,
E eu vejo em prantos o teu rosto lindo!
Adeus, Marília, adeus! A sepultura
Abre-me agora um leito em terra escura.

Ai! como é feia a terra do destêrro!
Aqui não sopra a minha pátria aragem;
Aqui lançou-me a liberdade o êrro
De prestar à inocência vassalagem;
Aqui, no chão do exílio, onde me enterro,
Inda plácida brilha a tua imagem!
Luar das minhas noites, sol do dia,
O corpo aquece-me... Eis a terra fria!

Oh! tu não sabes como é negra a sorte,
Quando tudo é horror, tudo castigo;
Quando a memória louca busca um norte,
E vê deserto o mundo, êrmo jazigo!

Olha: em roda de mim é tudo morte,
Porque esta vida lá deixei contigo!
Oh! não esqueças, não, quem te adorava,
Oh! alma livre de minh'alma escrava!

Aquelas sombras do cair da tarde
Inda murmuram plácidos amores;
Inda um desejo treme, e voa e arde
No doce orvalho ao gotejar das flores;
Inda nos prados, da natura alarde,
Sacode a viração meigos frescores!
E nós sepultos, (que tristeza e calma!)
Eu em teu coração, tu em minh'alma!

Mas não morreu-me, não, a agra lembrança
De tudo que viveu em teu sorriso;
Luz perdida no êrmo da esperança,
Neste inferno de dor, meu paraíso...
Isto só, nada mais... A vida cansa,
Cerca-me a escuridão, trevas diviso!
Meu peito é sepultura, onde enterradas
Estão nossas lembranças mais amadas!

Como um abismo de saudades cava
A dor neste meu peito, dia a dia!
Lá eu tinha a choupana, onde habitava,
Tinha brancas ovelhas que pascia,
Lá, que aurora feliz, quando acordava,
Lá, que noite formosa se dormia!

Tinha, tinha dois sóis... que luz tão bela!
O sol do céu e o sol dos olhos dela.

Aqui suspiro e gemo, desterrado,
Avesinha nas grades da prisão;
Aqui, se busco em pranto o meu passado,
Vejo nuvens, deserto e solidão;
Aqui o céu é triste, anuviado,
Não tem ecos de amor, não tem-nos, não!
Lá eu tinha dois céus, ao sol já pôsto,
Um céu no firmamento, outro em seu rosto.

Oh! como surge agora enfeitiçada
Aquela minha terra dos amores!
Aqui vejo-a na fonte debruçada,
Flor que o rosto inclinou entre outras flores.
Ali, na face nívea a mão pousada,
Rosa que descorou em seus ardores;
Mais alêm, sob a copa do arvoredo,
Contando ao sol da tarde o seu segrêdo.

Ai! Marília, Marília! que é da vida
Que em meus braços contigo então sonhava?
A casa, o ribeirão, a luz sumida,
Detrás do monte... alêm... que desmaiava;
Da ovelha desgarrada a voz perdida,
O gado que sòsinho ali pastava,
O chão, a relva, a fonte, as lindas flores,
Nosso céu, nossa luz, nossos amores!...

Nada, nada ficou!... Neste deserto
O ténue sòpro desta vida expira;
Mal bate o coração, já não acerto
Èsses hinos de amor que a alma delira!
Eis lá na sepultura vejo ao perto
Murchas coroas e quebrada a lira.
Trevas... silêncio... solidão... horror!
Nem um pranto... um gemido... uma só flor

TEU NOME

Teu nome foi um sonho do passado;
Foi um murmúrio eterno em meus ouvidos;
Foi som de uma harpa que embalou-me a vida;
Foi um sorriso d'alma entre gemidos!

Teu nome foi um eco de soluços,
Entre as minhas canções, entre os meus prantos;
Foi tudo que eu amei, que eu resumia:
Dores... prazer... ventura... amor... encantos!

Escrevi-o nos troncos do arvoredo;
Nas alvas praias, onde bate o mar;
Das estrêlas fiz letras: soletrei-o,
Por noite bela, ao mórbido luar!

Escrevi-o nos prados verdejantes,
Com as fôlhas da rosa ou da açucena!
Oh! quantas vezes na àsa perfumada
Correu das brisas em manhã serena!

Mas na estrêla morreu; caíu nos troncos;
Nas praias se apagou; murchou na flores;
Só guardado ficou-me, aqui, no peito,
—Saudade ou maldição dos teus amores.

ENLÊVO

Se invejo as coroas, os cantos perdidos
Dos bardos sentidos, que altivos ouvi,
Bem sabes, donzela, que os loucos desejos,
Que os vagos almejos, são todos por ti.

Bem sabes que, às vezes, teu pé sôbre o chão,
No meu coração faz eco, passando;
Que sinto e respiro teu hálito amado;
E, mesmo acordado, só vivo sonhando!

Bem sabes, donzela, na dor ou na calma,
Que é tua a minha alma, que é meu o teu ser,
Que vivo em teus olhos; que sigo teus passos;
Que quero em teus braços viver e morrer.

A luz do teu rosto — meu sol de ventura,
Saudade, amargura, não sei o que mais —
Traduz meu destino, num simples sorriso,
Que é meu paraíso, num gesto de paz.

Se triste desmaias, se a côr te falece,
A mim me parece que foges p'r'o céu,
E eu louco murmuro, nos amplos espaços,
Voando a teus braços:—«E's minha!... Sou teu!...»

Da tarde no sôpro suspira baixinho,
No sôpro mansinho suspira... Quem és?
Suspira... Hás de ver-me de fronte abatida,
Sem fôrça, sem vida, curvado a teus pés.

A LAGRIMA

Não sei, meu Deus, se a lágrima é ventura,
Ou se é tristeza que nos vem do céu;
Não sei se é orvalho ou luz, que cobre o véu
Do mistério da morte, a noite escura!

Nasce a criança e a lágrima fulgura;
Renasce a mãe nos prantos que verteu.
Tudo que é grande, em lágrimas ardeu...
O berço geme e chora a sepultura.

Até de Cristo o grande sacrifício
Teve nos prantos imortal sacrário,
Teve nas dores divinal ofício!

Talvez... perdoa, eu fiz, ardente e vário,
Das lágrimas de amor o teu suplício,
Dos braços teus, ó santa, o meu Calvário!...

CAMÕES

Entre dois sonhos — lida mal sonhada
De fantasias mil — a fantasia
Viveu, como su'alma desvivia
De seus fundos cuidados mal cuidada.

Em lembrança da pátria deslumbrada,
A glória, sem a glória dela, erguia;
Escura noite lhe surgira o dia,
Na viva luz da formosura amada.

Partido o coração, a alma partida
Naqueles sonhos, vasta imensidade,
Era-lhe a vida morte, e a morte vida

Hoje renasce na imortal saudade...
Tem nos versos a pátria aos céus erguida,
E o seu amor num templo — a Eternidade

SONETO (2)

Deserta a casa está... Entrei chorando,
De quarto em quarto, em busca de ilusões:
Por tôda a parte as pálidas visões!
Por tôda a parte as lágrimas falando!

Vejo meu pai na sala caminhando,
Da luz da tarde aos tépidos clarões,
De minha mãe escuto as orações
Na alcova, aonde ajoelhei rezando.

Brincam minhas irmãs, (doce lembrança!...)
Na sala de jantar... Ai! mocidade,
E's tão veloz, e o tempo não descansa!

Oh! sonhos, sonhos meus de claridade!
Como é tardia a última esperança!...
Meu Deus, como é tamanha esta saudade!...

---

(2) Êste soneto, sem dúvida, inspirou o outro, mais conhecido, de Luís Guimarães Junior, «*Visita à casa paterna*».

SONETO

Se te procuro, fujo de avistar-te
E se te quero, evito mais querer-te,
Desejo quási, quási aborrecer-te
E se te fujo estás em tôda a parte.

Distante, corro logo a procurar-te,
E perco a voz e fico mudo ao ver-te;
Se me lembro de ti, tento esquecer-te
E se te esqueço, cuido mais amar-te.

O pensamento assim partido ao meio
E o coração assim tambêm partido
Chamo-te e fujo, quero-te e receio!

Morto por ti, eu vivo dividido,
Entre o meu e o teu ser sinto-me alheio
E sem saber de mim vivo perdido.

SONETO

Um ar de santa, uma presença honesta,
Um recatado olhar que enfeitiçava,
Uma fala que a gente procurava,
Quási receio e, ao mesmo tempo, festa;

Uma doçura d'alma tão modesta,
Um sorriso a fugir mal despontava,
Um não sei quê do céu, que Deus mandava,
E que aos anjos da terra amor empresta;

Uns sustos infantis, um quási mêdo
Do mundo que a cercava, e sossegada
De crença vira um mágico segrêdo,

Tudo que a mente crê abençoada
E a fantasia pinta... oh! foi tão cedo
Vaidade, ou sonho, ou pó, ou cinza ou nada!...

SONHO

Os tristes olhos meus, tão empregados
No emprêgo de vos ver... desempreguei-os;
Nos vossos os prendi, pobre ceguei-os
No assombro desta luz quási assombrados!

Estes cuidados meus tão mal-cuídados,
Ou morte ou vida, assim, assim deixei-os;
Foi por querer, senhora, que busquei-os,
E sem querer, de amor vi desprezados.

Se agora anoiteceu-me o pensamento,
E em vosso rosto, qual manhã risonha,
Não me abre o sorriso o firmamento;

Se o dia é sempre o mesmo, e a luz tristonha,
E o tempo igual e a hora sem momento,
Dizei se vivo ou se a minha alma sonha!

MEU VERSO

Suave e débil, meu verso
Buscara o teu jardimzinho,
Se acaso tivesse àsas,
— As àsas do passarinho.

Scentelha — voara presto
Ao teu risonho aposento,
Se acaso tivesse àsas,
— As àsas do pensamento.

E lá ficar adejando
A teu lado, em santo ardor,
Se acaso tivesse àsas,
— As àsas puras do amor.

A CASTRO ALVES

Talvez é sono a vida, e vida a morte,
Dorme-se aqui p'ra despertar além!
O vivo é um morto, e a luz que do alto vem
Do céu à terra é a ponte de transporte!

— Passageira ilusão, ou crença forte...
Quem sabe?! — o mundo é nada... e a lousa tem
O segrêdo da esfinge... o mal e o bem
Das mortas gerações... destino ou sorte!...

Não sei; responde: a tua mocidade,
Planeta em céu ignoto, é anjo ou verme,
E o sol de lá é a luz da Eternidade?!

Talvez!... quem sabe,... O pó tudo resume!..
Mas do teu coração, inda a saudade
Ficou — murmúrio e flor, brisa e perfume.

NAO E SIM

Eu quero um *sim* e tu respondes *não;*
Eu digo *não* e tu respondes *sim*...
Entre o *sim* e o *não*... talvez... emfim...
E' *não* o lábio e *sim* o coração.

Úmido o lábio treme de paixão,
E o *não* lá vem de manso, a furto... assim...
Mas teu olhar de languidez sem fim
E' um *sim* que morre no desmaio em vão!

Pois seja o *não* e o *sim* à mesma hora,
O *não* que é vôo d'ave amedrontada
O *sim* que é o pío d'ave à luz da aurora.

Oh! dêsse *não*... mais um abraço e nada...
Oh! dêsse *sim*... e mais um beijo agora...
E *não* e *sim*... Depois é madrugada.

LENDO CAMÕES

Um *quê* de brando e um *não sei quê* de altivo
No rubro lábio crespo de carmim;
Um *quê* de fina mofa... e assim... assim..
Nos olhos seus um *não sei quê* de vivo;

Um *quê* e um *não sei quê* em traço esquivo
Na móbil graça que diz não e sim;
Um *quê* d'entre o coral, rindo o marfim,
De um *não sei quê* de voz ou som festivo;

Um *quê* de leve aragem no sorriso,
De leve borboleta, um *não sei quê*
No aéreo passo, que subtil diviso.

Traquinando, menina escuta e crê:
De todos estes — *quês* — do paraíso,
Se não há *para quê*, dize: *Porquê?*

ASPIRAÇÕES

Quando eu morrer ninguêm venha chorar-me:
Lancem meu corpo à solidão sem termos;
Eu amo aqueles céus, aqueles ermos,
Onde a tristeza, Deus, vem consolar-me!

Lá sinto ainda est'alma esvoaçar-me
Eterizada, e eu sonho a renascermos;
Eu e ela, ambos nós, ambos enfermos,
Eu morto já e ela a despertar-me!

Lá fico aragem, fôlha, passarinho,
Lá me transforma em eco a solidão
E a natureza inteira abre-me um ninho.

O' Deus de amor, ó Deus da Criação
Prende minh'alma aos musgos do caminho,
Derrete-me no espaço o coração!...

UM PÉ

Adorem outros palpitantes seios,
Seios de neve pura;
De angélico sorrir meiga fragrância;
Ou sôbre o colo de nevada garça,
Caindo a mêdo, em ondas aloiradas,
Bastos anéis de tranças perfumadas,

Adorem o coral do lábio ingrato
Na alvura do alabastro,
A voz suave, o pálido reflexo
Da luz do céu em face de criança;
Ou sôbre altar erguido à formosura
Na fronte ebúrnea a mórbida brancura.

Adorem outros de um airoso porte
Relevados contornos,
A majestade da beleza altiva
Desdenhoso passo, o gesto ousado,
A descuidosa mão, que a trança alisa
Na trípode infernal a pitonisa.

Não, não quero painéis de tal encanto,
Tenho gostos humildes.
Amo espreitar a negligente perna,
Que mal se esconde nas rendadas saias
Ou ver subindo o patamar da escada
Sem àsas, a voar, um pé de fada!

Um pé, como eu já vi, de tez mimosa,
De tez fôlha de rosa,
Leve, esguio, pequeno carinhoso,
Apertado, a gemer, num sapatinho;
Um pé de matar gente e pisar flores,
Namorado da lua e pai de amores!

Um pé, como eu já vi, subindo a escada
Da casa de um doutor;
Da moçoila gentil, erguida, a saia
Deixou-me ver a delicada perna...
Padres, não me negueis, se estais em calma,
Um coração no pé, na perna um'alma.

Um pé, como eu já vi, junto a otomana.
Em férvido festim,
Tremendo de valsar, envergonhado
Sob a meia subtil, e a côr do pejo
Deixando flutuar na veia azul,
Requebro, amor, feitiço — um pé taful!

Poeta do amor e da saudade,
Depois de morto peço,
Em vez de cruz, sôbre a funérea pedra,
A forma do seu pé: foi o meu culto...
Quero sonhar o *resto*, emquanto a lua
Chorosa e triste, pelo céu flutua...

A PALMEIRA

Esbelta, erguida neste campo imenso,
Balouças a ramagem
E as verdes palmas de pudor se vergam
Às carícias da aragem.

No liso tronco e na elevada copa,
Scismas, sonhas talvez;
¿Quem sabe quantos prantos fugitivos
Rolaram a teus pés!?

¿Que braço nu sôbre o entesado arco
Poisou à sombra tua?
¿Que mãe aqui chorou, rôla dos bosques,
Pelo clarão da lua!?

Talvez, talvez no tôpo a flor aberta
Balançava sorrindo,
Emquanto os ecos iam nas florestas,
Gemidos repetindo.

Ficaste — sim, despida de lembranças,
Entre a vida e o pó,
Como sem ramos da queimada existem
Troncos no campo só.

O sol que desce e te incendeia a coma
E' o sol de nossa terra;
Vento lá do sertão, do céu sem nuvens,
Desceu daquela serra.

Traz saudades, traz vida — e traz perfumes
Lá do ninho azulado,
Ave de luz que as àsas d'oiro bate
No adejo alvoroçado...

Ai! tu, palmeira, de verdor coberta,
Sonhas, scismas talvez!
E viver, viver! No invisível livro
Da natureza lês!

Do pássaro a cantar, do vento ao longe,
Entendes a harmonia;
E bebes louca os amorosos beijos
Do levantar do dia.

À tarde, quando a sombra pardacenta
Passa tremendo e vai
De teus ramos tambêm, vestígios tristes,
Alguma flor te cai!

¿Quem sabe se à raiz te poisam ossos?
Se era um deserto aqui?
Se era oculto mistério o burburinho
Da viração que eu vi?

É noite, é noite! De tuas verdes palmas
O sereno caíu,
Talvez lágrimas tristes, história longa
Dum sonho que fugiu!

MEU TESTAMENTO

Vem cá, traze a tua caixa de costura,
E, em vez de agulha, tira o teu rosário,
O caso é sério,
Pode causar-te riso...
Tu vais servir-me agora de notário.

Em nome da Santíssima Trindade,
Livre o juízo e são o entendimento,
Sentado em teu banquinho,
Inda a teus pés sonhando,
Eu dito, escreve tu meu testamento.

De todos os meus bens desembargados,
Faço-te a minha herdeira universal;
Mas não sem condições,
Guardarás, se puderes
Meu coração no fundo do dedal.

Deixo-te um longo beijo bem ao meio
Da fina bôca... oh sim, guarda-o com mêdo!
Pode haver curioso
Que por instinto ou hábito
Tente roubar do cofre o meu segrêdo.

Num cantinho do lábio entre umas dobras
De púrpura subtil e junto à neve,
Deixo-te os meus suspiros
A procurar carinhos
De longas horas em momento breve.

Não te deixo um abraço... foram tantos!
Não sei se o diga, corará teu rosto...
Talvez nas aperturas
Das nacionais finanças
Ouse o fisco lançar-te algum imposto.

Deixo-te aquele olhar tão feiticeiro,
Meio luz, meio sombra, assim, assim,
Ao pé do jasmineiro,
Aquele olhar tão lânguido,
Aquele olhar do banco do jardim.

O mais é reservado e escrito fica
Em teu quartinho, ao lado do teu leito,
Flores, quadros, perfumes,
Meus sonhos a voar...
¿Queres um codicilo mais bem feito?

Guarda estes versos; são meu testamento
Podem cerrá-lo anéis de teus cabelos;
Mas se ingrata o perderes
Virei roubar-te à noite
Minhas cartas de amor entre os novelos.

OS NOSSOS SONHOS

Tu e eu! que ventura e vida imensa?
Que lindo sol! que bela primavera!
Pudesse eu ver-te ainda! Oh! quem me dera
Tua alma remoçar, e a minha crença!
Aquecer-me ao clarão esmorecido
Dessa réstea de sol, meio sumido!

Mas os dias de outrora não volveram!
Mas é já tarde p'ra falar de amores!
Os nossos sonhos, nossas pobres flores
Em seu próprio jardim já feneceram!
Foi ânsia de viver... não sei de quê...
Decifra o mito, e, se não o podes, crê!

Inda te escuto a voz, inda à noitinha
Vejo tua sombra a perseguir-me os passos;
Inda em meu sonho, em plácidos abraços
Contemplo est'alma que me diz que és minha!
Mas da tarde à serena claridade
Quero chamar-te, e chamo-te saudade!

Noutro tempo, meu Deus, não era assim,
Tudo então me falava só de amores:
A brisa, o orvalho, o ninho, o céu, as flores,
A natureza inteira, o mar sem fim!
Até cada rumor dos arvoredos
Era um ninho de amor — tinha segredos!

Em nossa vasta solidão sem termos
Não se ouvia do mundo um só respiro
Tinhas tu em meu peito o teu retiro,
Eu em teu coração meus doces ermos!
Minha alma era tua alma repartida
Duas vidas ligadas numa vida.

Oh! não víamos do mundo o vaivêm,
A festa, a luz, a dança, as doudas falas;
Só viviam, meu Deus, naquelas salas
Tu e eu tão sómente e mais ninguêm,
O meu teu ser, o teu meu sentimento,
Unidos coração e pensamento.

Mas à visão final a vista me arde...
Vi um altar... ouvi um juramento...
De tua doce voz o meigo acento
Murmurou-me um adeus... Era já tarde!
Ai! despertei do sonho em que vivi
Sem luz, sem sol, quero dizer sem ti!

TRECHOS DE PROSA ESCOLHIDOS NOS DISCURSOS

DE

JOSÉ BONIFÁCIO (O MOÇO)

Contra o proteccionismo

Três são os argumentos da escola proteccionista, pôsto que todos se possam reduzir a um só: independência nacional, acréscimo de produção, diversidade nos desenvolvimentos. Respondam por mim, Sr. Presidente, a pena do escritor, o cinzel do artista e a palavra do homem de estado.

Independência! Ser independente do estrangeiro, exclamava um dos membros mais eminentes da liga contra as leis dos cereais na Inglaterra, é o tema favorito da aristocracia. Pois bem, contemplemos êste advogado infatigável da independência nacional. Seu cozinheiro é francês, e seu criado suíço. Resplandecem pérolas nos ornatos de sua mulher, e sôbre a cabeça formosa pluma de terra estranha. As carnes de sua mesa veem da Bélgica, e os vinhos do Reno ou do Rhone. Pousam-lhe as vistas sôbre flores vindas da América do Sul e embria-

gam-lhe o olfacto as fôlhas vindas da América do Norte. Seu cavalo favorito é de origem árabe, e seu cão da raça de S. Bernardo. Enchem-lhe a galeria quadros flamengos e estátuas gregas. Se quer distrair-se ouve cantores italianos ou contempla dançarinas francesas. Seu espírito mesmo é um arremêdo de contribuições exóticas: a filosofia e a poesia veem de Grécia e Roma, a geometria de Alexandria, a aritmética da Arábia e a religião da Palestina. Desde o seu berço afiou seus dentes no coral do Oceano Índico, e depois da morte ornamentará seu túmulo o mármore de Carrara. Oh! sejamos independentes!

Em uma brochura espirituosa, publicada na Inglaterra, quando mais acesa corria a discussão contra os proteccionistas, a mão do artista desenhou no frontispício da obra um verdadeiro quadro alegórico. Era uma vasta barraca de macacos simétricamente repartida. Em frente de cada divisão estavam os alimentos do dia. Mas os daninhos animais, esquecidos do que era seu, procuravam apropriar-se do quinhão do vizinho, sem perceber que o mesmo faziam todos. A luta travou-se, e, terminada a con-

tenda, parte da pitança diurna perdeu-se, e o tempo esperdiçou-se às tontas.

O economista diz com razão: nenhum país é bastante forte para proteger-se, proìbindo aos outros que o mesmo façam. Quando a Inglaterra tentou roubar em proveito dos fabricantes de Manchester e de seus obreiros a indústria da Índia, protegendo o algodão de casa, as outras nações quiseram imitá-la. A França que não produzia senão uma parte do algodão, do ferro e de outras cousas necessárias ao seu comércio, seguiu-lhe o exemplo. A Rússia e a Alemanha fizeram o mesmo; outras pequenas nações acompanharam as tendências dos grandes Estados.

O que perderam umas, ganharam outras na liquidação final; e como tinham de levar em linha de conta o preço do trabalho e o tempo perdido, houve diminuìção geral na massa da produção e conseqùente míngua mais tarde na produção de cada país. Forçar uma indústria qualquer é desequilibrar as fôrças produtoras, é tirar de umas e dar a outras, é por conseqùência produzir mal e mais caramente uma cousa, quando se pode produzir com mais perfeição e por preço mais barato outras.

A palavra de homem de Estado é valiosa, e pela sua generalidade abrange o valor do sistema protector em seus fundamentos. O nobre deputado pela Baía citou-nos Thiers, que eu peço licença para não considerar autoridade na matéria; eu cito-lhe lord Palmerston.

São palavras eloqüentes estas com que fechou êle um dos seus famosos discursos sôbre as leis dos cereais. Poucas vezes a tribuna parlamentar as escutou tão belas, e nenhumas por certo mais verdadeiras.

¿Porque se dividiu o globo em zonas e climas? ¿Porque os diversos países produzem frutos diferentes, quando as necessidades do homem são as mesmas? ¿Porque as terras mais afastadas do mundo põem-se em contacto por meio dêstes oceanos imensos que pareciam destinados para desuni-las? ¿Porque tudo isto, senão para que o homem dependa do homem, senão para que a partilha das necessidades da vida acompanhasse a extensão e difusão das luzes; senão para que a permuta dos bens e das cousas fôsse a troca dos sentimentos benévolos e das ideas elevadas; senão para que o comércio, levando em uma das mãos a civilização e na

outra a paz, fizesse o género humano mais feliz, mais sábio e melhor? Tais foram os decretos d'Aquele que criou e ordenou o mundo; mas os legisladores da terra intervieram com a sua arrogância e vaidade insensata, e, encadeando o desenvolvimento instintivo da natureza substituíram leis desgraçadas às leis eternas da Providência. *(Discurso de 7 de junho de 1865 na Câmara dos Deputados).*

Exortação ao Ministério 5 de janeiro

... Quero dirigir um apêlo aos nobres ministros. É a invocação do patriotismo aos depositários do poder público.

Se podem êles dar corpo a tôdas as suas reminiscências; se é possível ressuscitar o que lá se foi, erguendo-se aos olhos do govêrno; se cada um dos ministros pode ainda ouvir uma voz misteriosa, que lhe recorde o cumprimento de sagrados deveres; imagino que desfila pela frente da bancada ministerial mais de um vulto fantástico, a reavivar-lhes honrosas lembrancas de outro tempo, que lhes fala ao ouvido, cada um por sua vez.

Ao nobre Presidente do Conselho (1) dirige-se o primeiro: — Aqui estou eu; sou o passado com tôda a sua herança, carrego sessenta e oito anos de serviços feitos à Pátria; defendi e amei a liberdade do meu

---

(1) Conselheiro João Luís Vieira Cansansão de Sinimbú.

país, amei-o loucamente na mocidade, subi pelos degraus da Constituição, quero respeitá-la; pois bem, não me arranqueis a memória, para que eu possa ao menos ter ainda saùdades.

Ao nobre Ministro da Guerra (2): — Eu sou a glória, venho do Paraguái; pousei um instante no campo de batalha de 24 de maio; atravessei os banhados; dormi na barraca em que primeiro cravastes a vossa gloriosa lança; sentei-me sonhando ao vosso lado sôbre os muros de Humaitá; inda hoje julguei descobrir-vos por entre os nevoeiros que desciam do cabeço dos montes, e ouvir a vossa voz nas ventanias que atravessavam o rio; já não achei flores na solidão da morte para tecer-vos uma coroa; trago-vos um rosário de lágrimas; guardai-o para enfeitar a vossa espada; porêm olhai: — a banda que vos cinge não é cadeia de escravos, é flâmula de homens livres.

Ao nobre Ministro da Fazenda (3): — Eu sou a tribuna, ou antes o povo. Foi nos meus braços, pelos vossos próprios esfor-

(2) Marechal Manuel Luís Osório, Marquês do Herval.
(3) Conselheiro Gaspar da Silveira Martins.

ços, que subistes às altas posições do Estado. Ministro, deputado, senador, eu ainda quero ter mãos para bater-vos palmas ruìdosas, ainda quero saùdar-vos no caminho triunfal. Mas lembrai-vos: a púrpura do poder não tem mais preço do que os gloriosos padrões da vossa vida; não me roubeis o direito de acompanhar-vos, repetindo o que já deveis ter lido: ¡o reconhecimento é a memória do coração!

Ao nobre Ministro da Justiça (4): — Eu sou a democracia; no tempo em que, trabalhador pertinaz e talentoso, vós ocultáveis no modesto gabinete de advogado, eu estava convosco; quando infatigàvelmente defendíeis na imprensa os altos princípios da liberdade, eu era ainda a inseparável companheira do jornalista. Fôstes para as alturas e eu fiquei. Não vos acuso; não vos fiz um crime da ascensão ao poder: ¡tôda a idea, antes de ser acção, é um apostolado, e neste país há lugar para todos! ¡Pois bem, deixai também lugar para mim!

Ao nobre Ministro do Império (5): — Eu

(4) Conselheiro Lafayete Rodrigues Pereira.
(5) Conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho.

sou a imprensa; combatemos juntos; segui vossos passos; cobri de flores vosso caminho; solícita ajudei-vos em vosso vôo rápido, do meu berço às alturas do Ministério. Pois bem, guardai as vossas ideas, porque eu guardo o vosso programa. Se as esquecêsseis, ¿a quem poderia restituir o legado que me deixastes?

Ao nobre Ministro da Marinha (6): — Depois de Pátria, eu sou quási a vossa segunda mãe; criei-vos em meus peitos, embalei-vos em meus braços; eu sou a heroína hercúlea de seios titânicos, essa que trazia do exílio as sombras dos desterrados para coroá-los de luz (7): os arminhos da fortuna não valem as verdes relvas onde brincastes criança. Lá vos espero de mãos postas para curvar-me em nome da Pátria; lá, de joelhos, onde tantos bravos morreram, não me esqueçais: eu sou a Baía!

Senhores, reùni tôdas as recordações que

---

(6) Conselheiro João Ferreira de Moura. Não havendo apêlos pessoais a fazer a êste, então ministro novel, José Bonifácio recorreu à terra natal do político, e fêz um hino à Baía. Alguma destas frases são ainda hoje repetidas, como ufania baiana.

(7) Alusão às eleições de José Bonifácio, o Patriarca, então no exílio, duas vezes escolhido pela Baía.

vos são caras. É a soberania nacional que vos suplica; é a democracia que se dirige a uma Câmara de liberais. O amor da liberdade deve ser, na frase bíblica, invencível como a morte; deve, como o apóstolo, ter a sêde do infinito; deve ser grande como o universo que o contêm.¡ Em nosso país, na pedra isolada do vale, na árvore gigante da montanha, no píncaro agreste da serrania, na terra, no céu e nas águas, por tôda a parte, Deus estampou o verbo eterno da liberdade criadora na face da natureza, antes de gravá-lo na consciência do homem!

Em nome da Monarquia constitucional representativa; em nome da Câmara que vos apoia, e que sem dúvida aceitará contente o vosso projecto modificado, senhores ministros, eu vô-lo peço: não arredeis do trono a confiança da nação; honrai as esperanças do povo, libertando a acção da constituinte. *(Discurso em 1878, na Câmara dos Deputados).*

Necessidade de fé

Neste país a anarquia do pensamento vai lavrando, ao lado da fraqueza do elemento popular; a fé mingua na proporção que a fôrça cresce, ¿mas quem acredita que o homem e a sociedade possam viver sem fé? ¿Quem se recordará das afirmações, tantas vezes lidas, de que para ter uma família, uma sociedade, uma pátria, é preciso antes de tudo possuir uma crença viva, cuja origem está na consciência individual ou social? Quero neste momento recordá-las, repetindo alheias ideas, mas cunhadas pela verdade da teoria e pela verdade dos factos.

Para formar uma família, iluminada pela alegria e pela calma, é preciso uma fé conjugal, assentada sôbre a dignidade mútua e revelando-se pela comunidade fecunda da religião e da justiça. Para formar uma sociedade, para dar aos interêsses das pes-

soas e das famílias a segurança que é a sua primeira necessidade, sem a qual o trabalho é cativeiro, a troca dos produtos—estelionato, e a riqueza—emboscada do privilégio, é preciso uma fé jurídica que, elevando as almas acima dos apetites egoístas as torne mais felizes servas do respeito e do direito de outrem que de sua própria fortuna. Para formar um Estado, para conferir ao poder adesão e a estabilidade, é preciso uma fé política, sem a qual os cidadãos, entregues às puras atracções do individualismo, nada mais seriam do que um agregado de existências incoerentes e repulsivas, que dispersará como poeira ao primeiro sôpro. Sem fé a virtude não pode ser galardoada, o mérito reconhecido, e a justiça dominar todos os poderes, até a própria magistratura.

Entre nós a fé se entibia; a sociedade descrê e o homem duvida; porque a autoridade tem sido mais fôrça do que idea, mais licença do que ordem, mais interêsse do que lei. *(Discurso em 16 de abril de 1879, na Câmara dos Deputados)*.

Analfabetismo e voto

... E' um direito político, e por isso exige o voto generalizado, votem todos que podem votar, como parte da associação política.

Repito-vos — é preciso escolher: ou aceitar o censo, medida de capacidade, graduando-a; ou aceitar o censo, medida da independência pessoal, generalizando o voto. O mais é negar e afirmar ao mesmo tempo.

Excluindo os analfabetos, as razões expostas para sustentar o projecto ligam-se a três origens: à opinião dos escritores, ao direito dos países estranhos e à especialidade de nossas circunstâncias. Dominando-as, deve o espírito humano procurar um princípio superior para explicá-las.

¿ Qual é êste princípio superior? Se para votar não basta querer e discernir; se é preciso condição especial de capacidade, então a lógica tenazmente exige mais alguma cousa. Excluís os analfabetos, porque

não sabem ler e escrever, porque não sabem calcular; excluís os que não sabem calcular porque não são doutores; excluís os que são doutores, porque há quem saiba mais do que êles *(Risos)*. ... E' a lógica do projecto: ou a condição do acêrto está no exercício cumulativo do voto pela associação, e neste caso pouco importa que o analfabeto vote, ou está no voto individual, e neste caso os capazes excluem os menos capazes.

¿E quem sabia ler e escrever na antiguidade? Na antiga Roma os fidalgos tinham copistas, os escravos copiavam. O que sabe ler e escrever pode até não servir-se do meio à sua disposição para alargar os seus conhecimentos.

A sociedade sabe mais do que todos; é a reùnião de tôdas as fôrças intelectuais e materiais dos homens que a compõem; acima dela não há sciência nem interêsses, tudo se perde em vasto seio.

Quando, portanto, os escritores em que se inspiram os nobres deputados nos perguntam se é possível confundir Pascal e um camponês, o espirituoso Voltaire e qualquer habitante de uma cidade, Newton e um ope-

rário, imaginam uma associação fora de si mesma, e sem lógica não querem chegar à doutrina prometedora dos predestinados.

Compreendo o receio das últimas conclusões; a teoria da eliminação política não tem limites; as capacidades graduam-se, pela sua própria natureza, são relativas, e por isso as incapacidades não teem fim. Determinai a vossa medida, para que ela não seja o arbítrio em vez da justiça. ¿ Quem deve ter o direito do voto?

«Saber ler e escrever», é a questão pela questão. ¿ Como se define essa quantidade certa? ¿ Em que a leitura e a escrita por si sós afirmam os conhecimentos necessários para votar? ¿ Não podem uns saber mais do que outros? ¿ Stuart Mill, tão citado nesta matéria, contenta-se apenas com essa afamada condição, ou pelo contrário pede mais alguma cousa, as primeiras regras de aritmética? ¿ Seus desejos não se alargam mesmo ainda mais, quando vê em outros conhecimentos garantia de acêrto? ¿ Porque parais a meio caminho?

... A opinião dos escritores, citados nesta casa para sustentar a famosa exclusão não tem o valor que se lhe empresta; porque

parte do ensino obrigatório é gratuito, e assenta todo o seu raciocínio na generalidade ou facilidade da instrução primária. No Brasil não raciocinariam do mesmo modo. Uma das províncias do Império em que a instrução está mais generalizada é a do Rio de Janeiro. Pois bem, leia-se o relatório do Sr. Visconde de Prados, e ver-se há qual a distribuìção das escolas e quais as facilidades que lá mesmo se encontram para aprender a ler e escrever. Há perímetros de tal extensão, em que os moradores das extremidades precisariam do dia inteiro para ir às escolas e voltar das apetecidas lições.

Pode-se dizer que a Europa civilizada desconhece esta incapacidade : se há exemplos em contrário são raríssimos. E' que lá se compreende que não há direito de excluir por tal motivo, porque há dever de instruir. Acha-se sem dúvida mais fácil e nobre essa tarefa, e no entanto essa exclusão não teria as proporções monstruosas do projecto, ou se considere o alcance da medida, ou se considere a injustiça da privação dos direitos.

A especialidade das circunstâncias do Império não explica a odiosa limitação do

projecto. Pelo contrário, argumentar com a grande massa dos que não sabem ler, acusando o perigo da eleição pela inconsciência do voto, é fulminar os governos pela sua desídia e negligência, e seguir um caminho tortuoso para chegar ao mesmo fim.

O caminho recto seria—os que não sabem ler nem escrever, ou proporcionar-lhes tempo e meios para saber.

O projecto inverte os dados do problema, e quando a massa dos excluídos devia afastá-los da exclusão, pelo tristíssimo e odioso alcance da medida, argumenta com ela, reduzindo a delegação nacional ao mandato da insignificante minoria, criação eloqùente do mesmo poder!

... Confesso que não posso compreender, mesmo em face das leis do meu país, esta incapacidade, forjada pelo projecto que discutimos. ¿Não é a lei obrigatória para todos depois de promulgada, até mesmo para os analfabetos? ¿Não presumimos nós a sciência porque em uma sociedade organizada a conversação diária, as reùniões, a imprensa, os julgamentos dos tribunais, a publicidade das sentenças, e tantos outros meios forneceram ao homem o conhecimento da lei? ¿Não o

punis, se a viola, ainda que não pudesse conhecer pela leitura o texto da lei? ¿Porque então o excluís de concorrer para sua formação, pelo seu voto?

Essa lei dispõe de sua liberdade, de sua família, de sua honra, de todos os seus interêsses, e, reconhecendo a integridade de seu juízo, de sua vontade, o projecto os coloca como testemunhas mudas diante de tudo que lhes pode ser caro. Os analfabetos não votam porque não sabem ler, e como conseqüência não podem comunicar os seus pensamentos pela imprensa, salvo em causa própria, porque não estão no gôzo de seus direitos políticos.

Sêde lógicos; excluí os cegos, porque não podem ler, ou criai uma escola de cegos para ensinar aos que o sabem a ler e escrever como êles; excluí os surdos porque não ouvem e não podem reclamar nos actos eleitorais; excluí os mudos, porque não falam, e por isso estão impedidos de defender os seus direitos nos dias de eleição; excluí os epilépticos, conhecidos ou não conhecidos; excluí os pródigos, que nem ao menos sabem administrar sua fortuna; excluí os velhos desmemoriados, que

já nem ao menos conservam inteiras as lembranças da própria vida. O vosso projecto é uma obra incompleta ; parece aterrorizar-se ante as tremendas conseqüências de seu próprio princípio.

... «Forçar a instrução, se é necessário, ou disseminá-la para que a todos chegue, sem perigo de exclusões posteriores, compreende-se, mas esquecê-la, e excluir em nome da democracia a massa do povo, é de um liberalismo que, em honra dos nossos maiores, não conheceu a constituição do Império.

Não sustento o sufrágio universal, porque antes de tudo o voto é um acto de vontade, e a sua base é a independência da pessoa, assim como a fiança do seu regular exercício a soberania da nação. Poderia sustentá-lo com o exemplo da França republicana, da Suíça, da Grécia, e até da Prússia para a nomeação do «Reichstag» do império alemão ; porêm a minha doutrina é outra, é o voto generalizado, nos termos da Constituìção, para defesa de todos os interêsses legítimos, por maiores que sejam e como garantia permanente da paz e da ordem.

O despotismo das minorias, pela onipo-

tência do govêrno, do projecto, constitui uma verdadeira aristocracia, criando um privilégio, em proveito dos seus eleitores *de jure proprio.* Apelar para o tempo não é contestá-lo; tôdas as aristocracias argumentaram assim, e esta nem ao menos tem raízes, é uma criação artificial, levantada para simplificar a já conhecida intervenção do poder público nas urnas do Império.

Muda-se a forma, o facto fica o mesmo ou piora as condições.

. . . É por isso mesmo que protesto contra a aristocracia eleitoral do projecto.

Esta aristocracia decompõe-se à primeira vista. Figura com seu elemento mais poderoso em primeiro lugar o funcionalismo, e seguem-se depois os construtores de obras e seus dependentes, os privilegiados do orçamento e suas aderências, a advocacia administrativa com os seus contratos, as associações com suas garantias, e no fim, cerrando a cauda da grande liberdade eleitoral, o cortesanismo em procura de honras e títulos.

. . . É uma verdadeira ilusão o que se pretende — purificar as urnas, excluindo a nação de votar. É velha e conhecida a ver-

dade; as águas quanto mais profundas menos corruptíveis.

... Não é com o projecto do govêrno, restritivo e inconseqüente, que há de voltar a pureza da eleição. Os orçamentos do Império dão prova irrefragável da natureza dos elementos, que todos os dias o avolumam.

Os *déficits,* que se tornam dívidas flutuantes, e afinal se consolidam, sobrecarregando funestamente o futuro, apontam com a imparcialidade das cifras, não para os que necessitam de censo para votar, porêm sim para aqueles que o podem dispensar ganhando muito mais do que perdem, na estéril peleja da política brasileira.

Esta é a verdade.

Os dependentes continuam na formidável aposta das urnas, e o quinhão a distribuir pelo govêrno é maior e mais produtivo para cada lutador.

A representação amesquinha-se, e há alguma cousa de odioso neste grito, lançado às massas por uma Câmara liberal: não podeis votar, mas vinde pagar impostos e concorrer para a renda do Estado ¿Pois nem ao menos era possível, em vez da exclusão

imediata, consagrar no projecto que por lei ordinária se pudesse excluir os analfabetos e levantar o censo. ¡¿Em que prejudicava êste adiamento desde que o Govêrno apela para as pretendidas facilidades de ensino?! Se é fácil, instruí primeiro, é a voz da consciência. *(Discurso de 28 de maio de 1879, na Câmara dos Deputados).*

Elemento servil

O projecto que se discute, se não é a escura transacção entre os interêsses rivais e contraditórios de ideas políticas opostas, é com certeza, pela sua origem, pelos seus meios de acção e pela fatalidade dos fins que leva em seu bôjo, um quási contrato entre as fracções desagregadas de dois partidos, ambos a expiar faltas comuns, entre as agonias mortificantes dos que descem e as convulsões epilépticas dos que sobem.

Não é uma reforma: é um expediente de guerra, que prolonga a escravidão dos negros, para nobilitar a suposta liberdade dos brancos. ¡Excelente projecto, principalmente para os que ainda hoje ousam reviver, em nome da sua bandeira, as tradições heróicas de 1831! ¡Magnífica e também esplêndida vitória para êsses que trazem do passado, coroado de flores e de lágrimas, o ataúde de um grande homem, encerrando mais do

que o seu corpo, porque a história o transformará um dia em berço de uma geração inteira!

Não é uma reforma, é o epitáfio de uma Câmara entregue imperativamente ao Senado pelo Sr. Presidente do Conselho, para que se incumbam os senadores do Império de abri-lo em uma campa gigantesca onde ao mesmo tempo devem enterrar as liberdades do parlamento, as prerogativas da assemblea geral e até as grandes ficções constitucionais, sagradas e indispensáveis condições dêste govêrno mixto que fundou a soberania da nação e que mais do que ninguêm deve o Senado zelar e defender em nome da Constituição jurada.

A história, essa não conhece os cortesãos da democracia e os revolucionários da ordem, se passarem as obras esplendorosas das coligações inconscientes que vem das trevas, dirá que a sua fisionomia é dupla — projecto adiantado para os liberais do exército aliado, projecto conservador para os sócios da guerra que vieram dos arraiais inimigos.

A fisionomia é característica e dúplice: ela contempla ao mesmo tempo as sombras

do ocidente e as auroras do oriente, novo deus da fábula, confundindo nos horizontes que abraça o seu olhar todos os pontos do quadrante, ou criação fantástica dos visionários demoníacos, encerrando duas faces num mesmo rosto, a escravidão a pedir a liberdade e a liberdade a perpetuar a escravidão!

O Sr. Presidente do Conselho pode sem dúvida lisonjear-se. Mais feliz do que César, S. Ex.ª poderia recordar as frases célebres do grande homem, dirigindo-as aos novos e velhos marinheiros de sua equipagem: *Quid times? Cesarem vehis!*

Enterrado com tôdas as pompas do estilo e com tôdas as régias cerimónias o poder pessoal, S. Ex.ª entra pelos parlamentos como o mais elevado representante brasileiro do providencialismo na história. Tudo se abaixou diante dos seus passos. Dois chefes liberais trouxeram-lhe sorrindo os lauréis formosos e virentes que deviam premiar um vencido disfarçado na pessoa de S. Ex.ª Seus adversários políticos em grande parte estimulados, procurando rivalizar na prédica do novo evangelho social, estenderão para a nova ceia do Cristo a toalha da

comunhão e o vinho generoso da magna aliança deve ser o suor sanguinolento do pobre, assim como o pão glorioso dos partidos regenerados seria no futuro a carne quási apodrecida de uma raça moribunda... (*Discurso na sessão de 4 de Setembro de 1885, do Senado*).

A Câmara não representa o País

O nobre Presidente do Conselho associou-se àquele plano monumental que pretende educar eternamente o cidadão para votar, da mesma sorte que educa os africanos do contrabando para serem livres: nem voto para o cidadão e nem liberdade para o homem de raça negra. Um dia o nefasto projecto, sem ter salvado os interêsses, aos quais S. Ex.ª sacrificou a constituição e a justiça, há de ser apreciado até pelas matrículas de ontem e de hoje. Nesta hora solene, serenadas as paixões, a imparcialidade dos pósteros dando verdadeiro realce à luta do momento, irá procurar nas estatísticas de S. Ex.ª o número dos escravos possuídos pelos eleitores do censo e pelos seus representantes e desta indagação não hão de escapar os mesmos colegas de S. Ex.ª

O nobre Presidente do Conselho sem dúvida invocará a autoridade da lei; são os

eleitores reconhecidos do país, dirá S. Ex.ª; não conheço outros representantes da soberania organizada; mas o seu próprio argumento afirmará com invencível contradição que o espelho não reflecte a imagem.

Se o Império do Brasil é uma associação política, livre e independente, o que pelo menos supõe o assentimento tácito dos associados; se todos os poderes são delegações da nação; se é no seu equilíbrio conservador dos direitos do cidadão que reside o mais seguro meio de tornar efectivas as garantias constitucionais; se pela Constituição do Império é a massa dos cidadãos activos que deve nomear senadores e deputados para a assemblea geral; se para as reformas que alteram a constituição em sua parte essencial, é necessário procuração com especialidade de poderes; se a mesma dissolução, concedida pela lei fundamental, é a mais palpável demonstração de que a verdade e a presunção se distanciam; o nobre Presidente do Conselho há de distinguir a Nação, o eleitorado e os representantes da nação.

Reduzir tôda a legitimidade do seu projecto ao voto do eleitorado, aliás indefinível

na manifestação da vontade de seus eleitos, é dar ao mesmo censo uma significação cruelmente material, relembrando ao país estas palavras de um orador notável:

«A lei que não reconhece o direito do cidadão senão por meio de um sinal monetário assemelha-se à fábula dos antigos que para dar entrada às almas no Elísio exigia que trouxessem um óbulo na bôca.»

O recibo das colectorias pode dar entrada nos colégios eleitorais, mas não substitui a inteligência, a virtude, a capacidade e o trabalho. Suprimindo o direito de votar, a lei não suprime o direito de pensar, o direito de discutir, o direito de falar na imprensa, em uma palavra, o direito de ser o representante das massas activas da nação brasileira, quando se não é o candidato aceito pelo eleitorado censatário da lei.

Nos anais parlamentares de certos povos ficou célebre a distinção entre o país real e o país legal. ¡O nobre Presidente do Conselho dentro ou fora do Império, a ninguêm convencerá que 145.000 eleitores valem a Nação brasileira! (*Do mesmo discurso*).

1871 e 1885 (8)

... Se tudo falhasse, se neste recinto augusto, tabernáculo sagrado da inteligência, da virtude e dos talentos, não houvesse um recanto oculto para agasalhar a desgraça, como os templos antigos agasalhavam o próprio crime; se os encantamentos das alturas supremas só pudessem encontrar um éco gemebundo fora das fronteiras do Império; ainda assim, no meio de uma nação católica, como nos dias em que o princípio cristão começava a avassalar a barbaria do mundo velho, proclamando a igualdade humana; os escravos do novo Império poderiam dirigir ao govêrno as mesmas palavras que um jovem mártir da escravidão antiga, dirigia ao prefeito que lhe lançava em rosto sua mísera condição: «Eu sou escravo de

---

(8) 1871 (28 de Setembro de): lei do ventre livre; 1885: projecto de libertação dos escravos sexagenários.

César, e admitido por seu benefício e sua graça na comunidade da esperança de todos aqueles que vós vêdes presentes.»

As constituìções são os moldes das sociedades políticas, mas teem antes de si os organismos vivos, cuja alma procura, através dos penosos trabalhos de uma gestação imensa, as alturas absolutas da justiça e da beleza eternas, como a agulha, a-pesar dos seus desvios, o polo magnético que a atrai.

Êste organismo prêso outrora às capitanias do velho regime, municípios e províncias de hoje, proclama ao Sr. Presidente do Conselho pelas associações, pela imprensa, pelos territórios livres dentro do Império, e até pela contrafeita resignação dos que o seguem, que o recibo do imposto não é carta de alforria e que os títulos de 5 % não passam de documentos monstruosos do cativeiro de umas províncias, em proveito das outras.

Se há, como pretendem os publicistas, alguma cousa que paira acima dos acontecimentos, como o profeta via o espírito de Deus acima das ondas, o nobre Presidente do Conselho há de ouvir a voz misteriosa do espírito do tempo, estendendo seus braços

incomensuráveis, como os braços gigantescos de uma cruz entre a sepultura de um morto e a glorificação de um vivo. São duas épocas que convêm aproximar — o ano de 1871 e o ano de 1885; lá entre os nevoeiros semi-transparentes do passado, o chefe conservador, salvando o berço de crianças inocentes, no meio da revolta de seus próprios amigos; aqui, o chefe liberal mandando guardar, como prisões de estado, as sepulturas abertas da liberdade sonhada.

Recolher os ecos amortecidos de tanta voz que não fala para engrossar de súbito como pavoroso contraste, os hinos guerreiros dos novos batalhões da Beócia, que mudaram de uniforme, é quási um dever, ao menos para que o projecto do govêrno saia com a marca da origem e com o sêlo da verdade.

Em 1871, depois de uma nobre tentativa frustrada em uma emenda do Senado, um chefe conservador levanta a bandeira da emancipação dos escravos no parlamento, luta instante por instante para fazê-la triunfar, rompe com os seus próprios amigos, sofre mesmo a injustiça dos seus adversários; mas leva como principal artigo de sua

fé social a carta de alforria para as gerações futuras. Em 1885, um chefe liberal, vitorioso pelo silêncio, depois de uma dissolução, que derrubara um govêrno amigo, porêm enfraquecera ao mesmo tempo as fôrças beligerantes, quando treze anos já tinham consagrado a conquista da idea emancipadora, e o movimento abolicionista devassara os paços das assembleas populares, reinando sem contraste em províncias livres; o ex-Presidente do conselho oferece alegremente às gerações do fim dêste século, como carta de alforria de velhos sexagenários, a sua tabela de preços aumentados, aliás grotesca refutação dessa propriedade que se esvai mais de-pressa do que o próprio género taxado, e que, naturalmente, inimiga da lógica, não quis aproveitar os corpos para vender aos anfiteatros de medicina, a pele para forrar a cadeira da justiça e os ossos para refinação de açúcar.

Em 1871, o Presidente do Conselho dizia aos seus amigos que o acusavam de obedecer à pressão estrangeira e apontavam para a sorte da lavoura: «Não podemos encerrar-nos dentro dos muros da China; prevaleçam por tôda a parte a mo-

ral, a religião, as verdades da sciência política e económica; os exemplos do mundo civilizado devem influir sôbre nós, e a idea de emancipação penetrou no espírito nacional do Brasil e não pode deixar de ficar vitoriosa».

Em 1885, o ex-Presidente do Conselho, repetindo o velho estribilho de todos os interêsses, prejudicados pelas reformas, dirige apóstrofes diversas a seus amigos; o seu mote é êste: «Nada de sentimentalismo, a questão é essencialmente prática, a religião não sustenta as finanças, a moral não entra nos cofres do tesouro, é preciso considerar o trabalho, e esta nação de mais de dez milhões de habitantes, de inteligência apurada e que não pode confundir-se com êsse milhão de escravos, que a própria condição tornou mais degenerados, morrerá à míngua sem o amparo tutelar do braço negro.»

Em 1871, o chefe conservador, à frente do ministério, dizia a seus amigos, fraccionados em dois campos opostos: «E' preciso atender ao interêsse individual e ao interêsse público; releva não encarar só o interêsse material da sociedade, mas também os interêsses morais. Cumpre que respeitemos os

direitos, que defendamos os interêsses dos proprietários de escravos; mas não é possível que a êsses direitos sacrifiquemos os direitos e interêsses da sociedade brasileira».

Em 1885, o chefe liberal à frente do ministério, declara aos amigos que o seguem e aos que dêle se separam: «Antes de tudo é preciso tranqùilizar a lavoura, não desorganizando o serviço agrícola».

Em 1871, o Visconde do Rio Branco, treze anos antes que a propaganda tivesse ganho o terreno de províncias inteiras, antes que os abusos do fundo de emancipação tivessem elevado arbitrária e desigualmente o preço do escravo de município a município, antes que as províncias livres tivessem pago à sua custa o preço dos escravos que possuíam, antes que a desigualdade de valores, pela desigualdade de condições económicas e industriais, tornasse pela diferença da mercadoria negra o sul tributário do norte, obrigado assim a pagar os seus e os escravos de outras províncias, colocando-se muito acima do individualismo de todos os interêsses, prègava com tôda a isenção do seu grande espírito estas verdades:

um grande fundo de emancipação seria tributo muito pesado, seria o desvio de uma grande parte das rendas públicas, que devem ter sua aplicação aos caminhos de ferro, às estradas ordinárias, à navegação por vapor, à colonização, e a tantos outros melhoramentos materiais e morais.

Em 1885, o Sr. Conselheiro José António Saraiva, para entupir os *déficits* acumulados para diminuir o juro da dívida pública, para aligeirar o pêso dos impostos, para preparar a conversão dos títulos da dívida fundada, para tornar mais sólido o crédito nacional no estrangeiro, aumenta desmedidamente o fundo de emancipação, gravando mais o pobre do que o rico, e responsabilizando todos os inocentes pela culpa dos que traficavam em carne humana e dos governos que não souberam cumprir a lei.

Em 1871, o Visconde do Rio Branco, defendendo o direito ao pecúlio, e fazendo sobressair a diferença entre a proposta do govêrno e as modificações feitas pela comissão, dizia: Se o princípio ficasse como estava consignado na proposta, seria irrecusável, mas a nobre comissão especial tirou-lhe o carácter obrigatório, cedendo às preven-

ções que se levantaram contra uma idea já recebida, e disse: o pecúlio e economia do escravo só poderão dar-se com o consentimento do senhor.

Em 1885, o Sr. Conselheiro José António Saraiva achou cousa melhor: ao lado dos açoutes liberalmente distribuídos e sem remédio especial no projecto, penalidades novas e de natureza incompreensível, impondo a cada homem neste Império de maravilhas a pena de furto pelo acoutamento de escravos, sem distinção alguma, fazendo-a depender da simples achada da cousa perdida, que é na hipótese, o escravo.

Em 1871, o Visconde do Rio Branco defendendo a proposta do govêrno, ainda em referência ao pecúlio, que em tudo queriam os seus amigos da dissidência tornar dependente da vontade do senhor, recordava com elogio o aditivo da oposição liberal, apresentado no Senado a 19 de Setembro de 1870, cujo segundo parágrafo era o seguinte: «O escravo que por meio de seu pecúlio ou por liberalidade de outrem ou por contrato de prestação de futuros serviços obtiver meios para a indemnização do seu valor, tem direito perfeito à sua alforria, e

esta, sendo recusada pelo senhor, será outorgada pela autoridade pública».

Em 1885, o último Presidente do Conselho de um ministério liberal substitui o aditivo da oposição de 1870, assinado pelo colega do ministério que se julgou dispensado de indicar um nome à coroa para incumbir-se da organização ministerial, naturalmente porque não lhe foi perguntado ou porque outra não podia ser a resposta, pelos títulos de 5 % de semi-liberdade ou pela escravidão disfarçada na disciplina do trabalho.

Em 1871, o chefe conservador que presidia o gabinete invocava como argumento para defender o resgate, a respeitável opinião do Sr. Visconde de Itaboraí, negando-se a aceitar a emenda, por ser matéria estranha ao orçamento, mas prometendo a sua adesão, se constituísse projecto em separado.

Em 1885, o antecessor do nobre Presidente do Conselho, chefe liberal, fornece-lhe o melhor argumento em favor do seu projecto, hoje obra exclusiva de um gabinete que já não pode apelar para uma Câmara dissolvida, e que antes de renovado êste

mandato não pode estribar-se em um mandato vitalício.

Em 1871, o reformador, que saía das fileiras conservadoras, negava a obrigação restrita de indemnizar, porque não reconhecia um direito de propriedade no domínio do homem sôbre o homem, e tinha para escoltá-lo as opiniões autorizadas do Marquês de S. Vicente e de Sales Tôrres Homem. Aquele, não querendo que o Estado se constituísse tributário dos senhores de escravos, com preterição de todos os outros interêsses do país, acrescentava: «Seria uma comuna oposta à de Paris impor sôbre os pobres em favor dos ricos.» Êste, mostrando que era manter-se aberto o sorvedouro do cativeiro o resgate gradual por meio de um grande fundo de emancipação, apontava para as largas concessões feitas aos proprietários de escravos, e admirava-se dos furores levantados contra a proposta «cuja falta de lógica não provinha senão da intenção de lhes poupar» sacrifícios e de proteger seus interêsses em antagonismo com as verdades morais e religiosas e com os interêsses gerais da civilização.

Em 1885, o reformador que vinha salvar

o partido liberal de um naufrágio certo, reerguendo a liberdade abatida ao pé da ordem desconsolada, ressuscitou o velho princípio de direito da propriedade escrava, com todos os lavores da mais incompreensível e contraditória doutrina, e fê-lo caminhar com duas muletas a jogar uma contra a outra — a tabela de preços para as alforrias obrigatórias e a servidão regulamentar com salário a capricho.

Representando estas duas tradições opostas, como se a evolução social tivesse o destino forçado de acabar pelo absurdo, o nobre Presidente do Conselho é um liberal como o foi o Sr. Conselheiro Saraiva, para não ser conservador como foi o Sr. Visconde do Rio Branco, e os amigos que sustentaram o reformador do passado parecem quási resignados a ter como tarefa única descobrir a velha espingarda do moderno reformador a ver se escapa às irrequietas pesquisas de curiosos do dia.

Nesta campanha, cheia de mistérios, dos que desceram sem saber como, e dos que subiram sem saber porquê, o nobre Presidente do Conselho não terá desculpas aos olhos do futuro. O seu grande talento e as

melhores reminiscências de sua vida destinavam-lhe um lugar diverso na altura do poder. Simples continuador de um ministério, cuja origem hoje S. Ex.ª mesmo não poderá assinalar, o nobre Presidente do Conselho enterrou o seu partido amortalhado na mesma sepultura em que, vivo, conservara o Sr. Conselheiro Saraiva, prêso, o partido liberal. *(Do mesmo discurso).*

Peroração

Ao contemplar a ascensão ao poder do nobre Presidente do Conselho, tive uma ilusão momentânea. Sonhei que já velho, de anos e de serviços S. Ex.ª consagraria algum tempo de seus dias mais preciosos à melhor de tôdas as causas. Porêm S. Ex.ª preferiu mais uma vez a vida do seu partido à glória sua e de seu país.

Tristeza ou desânimo, refugiei-me nas recordações literárias de um tempo um pouco semelhante a êste, relendo as lutas da emancipação dos escravos na Inglaterra.

A 28 de julho de 1828 Wilberforce vivia ainda; porêm, como se esperasse o salário da sua vida antes de deixá-la, sua derradeira hora se aproximava, quando seus amigos lhe vieram anunciar que o acto libertador tinha sido votado, e que a sua idea escarnecida, caluniada, injuriada, rasgada como a veste do mártir, durante meio sé-

culo, tinha-se tornado uma lei do seu país e seria em breve infalívelmente uma lei da humanidade.

Já quási absorvido nos pensamentos eternos, o santo velho, que há longo tempo não proferira uma palavra, juntou suas mãos emmagrecidas pelos anos e consumidas pelos zelos, elevou para o céu, donde lhe tinha vindo a coragem e donde lhe vinha emfim a vitória, e agradecendo humildemente a Deus, exclamou : «Eu morro contente.»

O nobre Presidente do Conselho, ainda cheio de vida, atravessando por um caminho semeado de destroços e ouvindo talvez o tumultuar das gerações já mortas, subiu em momento de aflições nacionais às alturas do poder ; ¡e não achou lá de cima, rompendo o silêncio, ao menos uma palavra de consolação para aqueles que tinham vivido uma vida inteira no cativeiro e sonhavam ao pé das sepulturas uma réstea de luz do sol eterno ! *(Do mesmo discurso).*

A lei e a disciplina

... A sociedade brasileira passa por uma crise: a insubordinação vem de cima, é a insubordinação contra a lei. A primeira de tôdas as disciplinas é a disciplina moral. Os ministérios que não sabem respeitá-la criam por tôda a parte a anarquia. São os chefes invisíveis de tôdas as subordinações, porque mesmo a obediência passiva do soldado não se compreende sem a noção do direito.

Sr. Presidente, eu tive alguns anos de praça em tempos melhores do que êste. Nas recordações da mocidade, sob a carga dos anos e das moléstias, ficaram-me ainda algumas reminiscências de camaradagem militar com as boas lições da verdadeira disciplina. Aprendi naquela escola o culto de dois sentimentos às vezes exagerados, a tendência a proteger o fraco contra o forte e o excessivo amor do ponto de honra.

Não compreende portanto o meu espírito;

não acho moldes no coração, para atribuir ao exército brasileiro, factos que a minha consciência, antes de os repudiar como senador do Império, já os repudiava como soldado. Mas em tôdas as classes pode haver desvios; tôdas as individualidades estão sujeitas ao êrro e à cegueira das paixões; seria loucura criar neste país a impecabilidade, fôsse para quem fôsse.

Quero portanto recordar factos nos quais a autoridade civil e a autoridade militar representam um papel importante, sem que até hoje eu possa dizer ao país o papel que coube à lei e aos seus executores.

Lá se vão os anos — um dia um homem, fôssem quais fôssem os seus erros (não é meu costume processar os mortos e, muito mais, os que morrem assassinados), julgou-se perseguido por militares e com prazo certo para viver... como visse atrás de si os executores da alta sentença, que o seguiam, procurou um abrigo junto da autoridade civil... no edifício da polícia, quási cercado; esta, sem fôrça para defender-se e querendo ao menos garantir em nome da humanidade, a vida de um homem, tratou de entender-se com os sitiantes... o inter-

mediário foi um capitão do exército, representando ao mesmo tempo o chefe de polícia e o ajudante general... a vítima saíu do abrigo, sob a dupla garantia da autoridade civil e da autoridade militar... logo depois de abandonada a casa, onde ao mesmo tempo velavam a balança da justiça e a espada do exército, assassinaram-no fria e cruamente, como se o caminho da salvação fôsse a escada da sombria tortura... ¡caíu nos braços do próprio oficial que o levava para salvá-lo, como se a bandeira do seu país não fôsse ao menos a bandeira da misericórdia!

Devia, com todos os esclarecimentos que o detalhe dos factos devià proporcionar ao govêrno, com tôdas as testemunhas, curiosos de tôdas as classes, paisanos, soldados, policiais; com tôdas as autoridades que naturalmente o facto descomunal em demorado tempo, antes da execução, devia ter chamado ao teatro do suplício; com todo o interêsse que o quartel general do exército deveria nobremente nutrir pela salvação de um infeliz, que se entregou à discrição, pedindo um asilo e protectores por tôda a parte; com o ministério reùnido a pouca

distância ; com tôda a magistratura a quem cabia tambêm sindicar do facto para processá-lo e punir, passou incólume até hoje o monstruoso assassinato.

Ministros, autoridades judiciárias e policiais, autoridades militares, em um país constitucional, onde a lei deve ser acatada por todos, até hoje ninguêm teve notícia de quem assassinou Apulcro de Castro... ¡na capital do Império, à luz do dia, e com todo o aparato de uma execução ostentosa !...

...A ninguêm censuro e processo neste momento ; sinto apenas a necessidade de aproveitar êste ensejo para demonstrar que a primeira condição dos governos é o culto sincero do respeito pela lei.

Nada sou e nada quero ser, reputar-me hei feliz emquanto me fôr mantida, neste recinto esta liberdade de pensamento, que em mim tanto amo como nos outros.

...Na lei e dentro da lei está a salvação para todos, não há disciplina fora dela. O cidadão está sujeito à lei comum, e, se é funcionário público, tambêm à lei do ofício.

O soldado sem deixar de ser cidadão e como tal sujeito à lei comum, é igualmente subordinado à lei militar. Porêm a mesma

constituição expõe no art. 150 a lei antes da disciplina; é a lei que organiza o exército, regula as promoções, estatui os soldos e dispõe sôbre a disciplina.

A obediência passiva não exclui o exercício dos direitos do cidadão; modifica-os, atendendo às conveniências públicas. De outra sorte todo o cidadão não podia ser obrigado a pegar em armas.

Se há lei, mostre-a o Govêrno e faça com que a executem; se não há lei, faça-se a lei como fôr conveniente aos grandes interêsses do país; os avisos não são lei, não há disciplina a capricho, e os mesmos crimes disciplinares precisam de uma definição legal.

Com a lei a justiça faz-se irmã da concórdia; sem a lei, a anarquia continuará a descer de cima para baixo, e o Govêrno do país pagará cedo ou tarde seus próprios pecados... (9) *(Discurso na sessão de 8 de Outubro de 1886, no Senado).*

---

(9) Estas palavras foram proféticas

ÍNDICE